



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



No. 2 dezembro 2017 ISSN 3085-6841

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA
CONJUNTURA ECONÔMICA

GAACE - UFCG

Conselho Editorial

Karla Vanessa B. S. Leite

Ricardo Schmidt Filho

Organizadores

Karla Vanessa B. S. Leite

Ricardo Schmidt Filho

Kassia Larissa Abrantes Alves

Camila Noronha Alves

Ednaldo de Ceita Vicente de Almeida

Mateus Cavalcante Honorato da Silva

Mattheus Rodrigues da Silva

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Ricardo Schmidt Filho; Kassia Larissa Abrantes Alves; Camila Noronha Alves; Ednaldo de Ceita Vicente de Almeida; Mateus Cavalcante Honorato da Silva. Mattheu Rodrigues da Silva. (orgs. Do No.) No. 2; EDUFCG; Campina Grande; 2017; p 171.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. II.

Filho, Ricardo Schmidt. Conjuntura: uma leitura alternativa

APRESENTAÇÃO

O sétimo volume da revista “Conjuntura: uma leitura alternativa” é resultado do esforço feito, ao longo do ano de 2016, pelos alunos e professores que compõem o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). As discussões realizadas quinzenalmente pelo grupo buscam acompanhar e analisar a conjuntura econômica mundial, nacional, regional e local tendo como base as variáveis dos seguintes subgrupos: política fiscal, política monetária e inflação, mercado de trabalho e atividade econômica. Considera-se que tal espaço apresenta relevância significativa, uma vez que fornece subsídios necessários para uma apreciação crítica e permite aos participantes o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

O ano de 2016, seguindo a tendência de 2015, não foi dos mais fáceis. Tanto o cenário político quanto o cenário econômico foram marcados por uma série de instabilidades. Contrariando as expectativas, Donald Trump foi eleito como Presidente dos Estados Unidos. Na Europa, o Reino Unido optou por não mais participar da Zona do Euro, sendo o primeiro país a deixar o bloco. Cuba vivenciou a morte do líder da Revolução Cubana, Fidel Castro. É importante ressaltar que a economia mundial ainda se recupera dos efeitos da crise de 2008.

No Brasil, as incertezas políticas e econômicas. Numa clara tentativa de salvar seu mandato e contrariando o projeto que foi aprovado nas urnas, nas eleições de 2014, a então Presidente Dilma Rousseff e sua equipe econômica trataram de implementar políticas de ajuste fiscal. Tais medidas não apresentaram os efeitos propagados e tanto a economia quanto a popularidade da Presidente desciam ladeira abaixo. Em 31 de agosto de 2016, o senado aprovou o processo de *impeachment* e a Presidente, democraticamente eleita em 2014, foi destituída do cargo. Assume, então, Michel Temer, como presidente interino.

Tão logo assumiu a Presidência, Michel Temer, juntamente com sua equipe econômica, tratou de emplacar reformas impopulares – PEC 55, reforma trabalhista, reforma da previdência, entre outras – com a alegação de que tais medidas seriam necessárias para a recuperação econômica. Nesse contexto, a discussão em torno das “soluções” propostas foi (e ainda é) intensa. O GAACE, em parceria com o Programa

de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia) e seguindo a tendência de uma série de instituições, lançou uma nota pública contra a aprovação da PEC 55, que se encontra nas páginas seguintes.

Dentro desse contexto de instabilidades e incertezas políticas e econômicas, os artigos que seguem, de cunho jornalístico, buscam contribuir para uma reflexão sobre a conjuntura econômica brasileira, especificamente, fornecendo informações, dados e elementos importantes para que se construa uma discussão séria e teoricamente fundamentada. Agradecemos, especialmente, ao Professor Marcelo Carcanholo pela sua tão importante contribuição para a nossa coletânea de artigos. Desejamos a todos uma excelente leitura e esperamos estar contribuindo, dentro das nossas possibilidades, para a transformação que almejamos da nossa sociedade.

Campina Grande, 21 de Maio de 2017.

Karla Vanessa B. S. Leite

Coordenadora do GAACE e Tutora do PET – Economia



SUMÁRIO

NOTA CONTRA A PEC 241/55	8
AUGE E DECLÍNIO DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS NA AMÉRICA LATINA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAL CONJUNTURA	11
SERÁ ESSA A HORA DE MEXER NO COLCHÃO?	15
“NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR”	19
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CURSO DE ECONOMIA	24
O BRASIL PERDEU UMA GRANDE CHANCE DE SE DESENVOLVER	27
O PODER DA MÍDIA NAS MANIFESTAÇÕES DE 13 E 31 DE MARÇO	31
A GRANDE MUDANÇA ARGENTINA COM MAURICIO MACRI	33
LEI ANTITERRORISMO SANCIONADA: UMA PUNHALADA NA DEMOCRACIA	36
AGÊNCIAS DE RATING: PODER E CREDIBILIDADE	39
“[...] NO GRANDE BANQUETE DA NATUREZA NÃO HÁ LUGAR PARA ELE”	42
CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E RESTRIÇÃO DE CRÉDITO A EMPRESAS	44
A PONTE PARA O ABISTMO E OUTROS CAMINHOS	46
UMA REFLEXÃO SOBRE O DESASTRE DA SAMARCO MINERADORA	49
A BIRFUCAÇÃO DE IMMANUEL WALLERSTEIN E A CONJUNTURA BRASILEIRA	52
SER MULHER PRETA E POBRE: A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NA PERIFERIA	54
MÍDIA INFORMADORA OU MÍDIA MANIPULADORA	57
IMPACTOS DAS OLIMPÍADAS NA ECONOMIA BRASILEIRA	60

IMPEACHMENT, A VITÓRIA DOS CORRUPTOS	62
REFORMA POLÍTICA: A PARTIR DA BASE DO PODER	66
CORRUPTOS QUERENDO SER VITIMAS	69
O FIM DA MONOPOLIZAÇÃO DO PRÉ-SAL	71
DESEMPREGO NO BRASIL: 2015 X 2016	74
O BRASIL NO MERCOSUL	77
NÃO PENSE EM OCUPAÇÃO, ESTUDE!	79
MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: ATUALIDADE E PERSPECTIVA	81
“O PREÇO DO FEIJÃO NÃO CABE NO POEMA...”	84
UM BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO EUROPÉIA E AS PERSPECTIVAS PÓS BREXIT	86
GRANDE AUMENTO DO MERCADO BIOMÉTRICO BRASILEIRO	89
OS RUMOS DO MERCOSUL COM OS NOVOS GOVERNOS DE DIREITA DO BLOCO	91
AS IMPLICAÇÕES DA TAXA SELIC EM 14,25% NA ECONOMIA BRASILEIRA	93
POR QUE DEMOCRACIA	95
MERITOCRACIA: UMA FARSA DISFARÇADA	97
CLT: O QUE REALMENTE ELA É	99
DÍVIDA PÚBLICA E AMÉRICA LATINA: UMA EVASÃO LÍQUIDA DA RENDA NACIONAL	101
OS EFEITOS DO CAPITALISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE	106
A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A INSERÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA CAPITALISTA	108
UMA ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS 4 PRIMEIROS MESES DE 2016: COMPOSIÇÃO REGIONAL E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA	110

RELAÇÃO CRIMINALIDADE X DESEMPREGO: AUMENTO PÓS-CRISE NO BRASIL?	113
PEC 241/2016	115
A PRODUÇÃO DE MACONHA NO CANADÁ	117
A HERANÇA MONETÁRIA BRASILEIRA: ONDE O BRASIL PECOU?	119
AS MEDIDAS PRIORITÁRIAS DO GOVERNO TEMER: QUEM VAI PAGAR O PATO?	122
PRONUNCIAMENTO DE LULA A IMPRENSA E MUDANÇAS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES	125
O PROBLEMA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NO BRASIL	126
ISRAEL E O SEU MODELO DE GESTÃO HÍDRICA: REFLETINDO SOBRE A ATUAL SECA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	130
A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA E A PUBLICIDADE DE COMBATE À INFLAÇÃO	132
FALTA DE DEMOCRACIA NA MOBILIDADE URBANA: A QUESTÃO DAS CICLOVIAS	136
OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E O PROCESSO MIGRATÓRIO: CASO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL	138
A PEC 241/2016 SERÁ BENÉFICA PARA QUEM?	141
MORTE PREMATURA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	143
ECOVILAS: UMA NOVA OPÇÃO PARA UM MUNDO HUMANIZADO	147
O DESEMPREGO NO BRASIL: A CRESCENTE MASSA DE DESEMPREGADOS AO LONGO DO TEMPO	149
QUAL A DIMENSÃO DA VITÓRIA DE TRUMP NOS EUA? O QUE ESPERAR?	151
CRISE ATINGE FIES, QUE AOS POUCOS CONSEGUIE SE REERGUER	153
ETERNA ESSÊNCIA	155
A EDUCAÇÃO NAS MÃOS ERRADAS: MÃOS DOS PODEROSOS	157

GREVE E FUTURO DAS ESCOLAS PÚBLICAS	159
ELEIÇÕES DOS EUA E SUAS SURPRESAS	161
O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM O MUNDO?	163
UMA ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE MAIO E AGOSTO DE 2016: QUAIS OS PRINCIPAIS GERADORES DE SUPERÁVITS COMERCIAIS PARA O BRASIL?	167

NOTA CONTRA A PEC 241/55

O Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia), ambos vinculados à Unidade Acadêmica de Economia da Universidade Federal de Campina Grande, vêm, por meio dessa nota, manifestar posição contrária à PEC 241/55.

Nosso entendimento é que a proposta de emenda constitucional que estabelece um teto para os gastos primários, permitindo apenas a correção pela inflação, para os próximos 20 anos, parte de um diagnóstico equivocado sobre a estrutura fiscal da economia brasileira e, portanto, propõe “soluções” que, além de não atacarem diretamente as causas dos problemas, modificarão, profundamente, o Pacto Social firmado na Constituição de 1988.

Como economistas, educadores, estudantes e estudiosos da Ciência Econômica, não podemos nos furtar de, em um momento conturbado como o que enfrentamos no cenário brasileiro e mundial, lembrar que a Economia não é apenas “o estudo dos mercados”, tampouco que só objetiva a fria racionalização alocativa de recursos visando maximização de retorno econômico. Muito mais do que isso, a Ciência Econômica deve se preocupar com a análise dos processos de distribuição do produto social que nos conduza a alcançar alguma justiça distributiva. Em uma sociedade que sempre foi marcada pela intensa concentração de renda e riqueza e por descrédito ao importante debate sobre o conflito distributivo, calar-se frente aos claros propósitos da referida PEC é compactuar com a sina de “socialização das perdas”, infelizmente, já naturalizada na economia brasileira.

Nos últimos anos, diversos economistas, inclusive do Fundo Monetário Internacional e de outros segmentos conservadores, vêm criticando o excesso de austeridade fiscal e seus efeitos negativos e contraproducentes que podem se constituir em entraves ao crescimento econômico. As experiências de severa austeridade fiscal vistas em algumas economias europeias (Grécia e Espanha são exemplos disso), após a crise financeira internacional de 2008, evidenciou que a busca desenfreada pela *melhora* nos indicadores fiscais tende a sufocar de tal forma a ação dos mesmos que os conduzem a arranjos político/econômicos que inviabilizam o bom funcionamento da economia, com prejuízos concentrados nas camadas menos favorecidas da população. A retórica da austeridade, que o Brasil está sendo submetido desde 2014, não é o único caminho para recuperar a economia. Defendemos que o Estado tem um importante

papel estabilizador do ciclo econômico e que a política fiscal pode ser um instrumento anticíclico importante para suavizar as fases de desaceleração e recolocar a economia na trajetória do crescimento.

Alegando se tratar de uma discussão meramente técnica e que, como tal, deve ficar restrita a um pequeno grupo de cientistas/especialistas (entre eles, economistas), a PEC 241/55 irá desmontar uma série de direitos e conquistas sociais modificando o perfil do Estado e da sociedade brasileira. Em outras palavras, está sendo construído um novo projeto social, que dificilmente passaria pelo crivo das urnas. A imposição de um teto aos gastos primários não apenas não irá resolver o problema, como também contribuirá para manter e reproduzir a perversa estrutura de distribuição (concentração) de renda do país.

Além dos efeitos negativos que a aprovação PEC 241/55 trará para o desempenho da economia e dos danos irreparáveis para as garantias e conquistas sociais, essa proposta é antidemocrática, pois deixa à margem a maior parte da população brasileira (os menos favorecidas, mais vulneráveis e que mais necessitam do Estado) e se constitui em mais um ataque ao nosso Estado Democrático de Direito. Consideramos, portanto, que se faz necessário promover um amplo debate que permita incluir toda a sociedade, principalmente, as camadas da população que mais serão afetadas pelas mudanças propostas. Ademais, acreditamos estar diante de um projeto com viés claramente político/ideológico que fere a soberania e a justiça social, em claro favorecimento de uma pequena parcela da população (o grande capital e as elites).

Campina Grande, 06 de dezembro de 2016.

ASSINAM:

1. Karla Vanessa Batista da Silva Leite – Professora da UAECON e Coordenadora do GAACE
2. Ricardo Schimidt Filho – Professor da UAECON e Tutor do PET – Economia
3. Águida Cristina Santos Almeida – Professora da UAECON
4. Alunilda Januncio de Oliveira – Professora da UAECON
5. Cláudia Nascimento de Queiroz – Professora da UAECON
6. Diago Marenilson – Professor da UAECON
7. Diego Mendes Lyra – Professor da UAECON
8. Gelfa de Maria Costa Aguiar – Professora da UAECON
9. José Lourenço Cândido – Professor da UAECON
10. Leiliam Cruz Dantas – Professora da UAECON
11. Márcia Lima Pereira Couto – Professora da UAECON

12. Maria Rejane Ferreira dos Santos – Professora da UAECON
13. Marta Lúcia Sousa – Professora da UAECON
14. Renato Kilpp – Professor da UAECON
15. Sinedei de Moura Pereira – Professor da UECON
16. Thaís Marcuino da Silva – Professora da UAECON
17. Alexandre Silva Lima – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
18. Alice Davi Ferreira – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
19. Camila Noronha Alves – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
20. Ednaldo de Ceita Vicente de Almeida – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
21. Francisca Lucena Ribeiro – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
22. Gicele Barros Costa – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
23. João Paulo Fernandes de Lima – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
24. Kássia Larissa Abrantes Alves – Discente do curso de Ciências Econômicas e integrante do GAACE
25. Mateus Cavalcante Honorato da Silva – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
26. Mattheus Rodrigues da Silva – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
27. Ray Araújo Duarte do Rego – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
28. Shayanne Silvana Alves da Silva – Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do PET – Economia e do GAACE
29. Viviane Juliana Oliveira Silva – Discente do curso de Ciências Econômicas e integrante do GAACE

AUGE E DECLÍNIO DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS NA AMÉRICA LATINA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAL CONJUNTURA

Marcelo Dias Carcanholo¹

Os chamados governos progressistas na América Latina se apresentaram como alternativas ao neoliberalismo que se aplicava de forma contundente nos anos 90 do século passado. O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou o processo de transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Esse processo de transferência de valor inclui tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo.

Ao contrário da ideia mais difundida, o neoliberalismo não se define por uma política econômica ortodoxa (superávits primários na política fiscal, regime de metas inflacionárias para a política monetária e regime de câmbio flutuante). Segundo seus defensores, ele se define, em um primeiro momento pela estabilização macroeconômica como um pré-requisito fundamental. Que tipo de política econômica seria utilizada, se mais ou menos ortodoxa, é o contexto conjuntural que decide. Em um segundo momento mais fundamental, que se define nos marcos estruturais da economia, deveriam ser aplicadas as reformas estruturais liberalizantes (privatizações, liberalização e abertura dos principais mercados), que seriam as responsáveis pela construção de um ambiente econômico competitivo que incentivasse os aumentos de produtividade e investimentos privados, ainda segundo eles, única forma de garantir um crescimento sustentado com redistribuição de renda.

Os resultados práticos da implementação desta estratégia na América Latina e Caribe, a partir dos anos 90 do século passado, são provas empíricas incontestes dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes, como as que compõem a região. As privatizações e aberturas de mercados acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que eleva a desnacionalização/transnacionalização das economias. Os problemas estruturais de

¹ Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), e Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).

déficits em balanços de pagamentos, elevados estoques de dívida e passivos externos, trajetórias instáveis no pagamento desses serviços, entre outras características estruturais das economias dependentes, são agravados pelo neoliberalismo, na medida em que incrementam os já mencionados mecanismos de transferência de valor.

Quais eram as alternativas de desenvolvimento ao neoliberalismo, ao menos nas economias dependentes? A primeira era modificar a composição da forma de apropriação do excedente produzido mediante a superexploração do trabalho. Assim, reduzir as taxas de juros, para níveis abaixo das taxas de lucro do capital na esfera produtiva, incentivaria a reprodução do capital de forma ampliada, com uma dinâmica de crescimento sustentável. Esta última define o que se passou a chamar de estratégia neodesenvolvimentista, característica dos governos progressistas que não se propuseram modificações mais estruturais, como Argentina e Brasil. Mas o neodesenvolvimentismo constitui uma falsa alternativa ao neoliberalismo.

Quanto às reformas estruturais a favor da mercantilização da sociedade, o máximo que se dizia era que o custo de reversão das reformas poderia ser maior que o benefício. Tinha-se, portanto, que conviver com os custos sociais – segundo eles, primordialmente de curto prazo – das reformas, sendo que as políticas sociais se encarregariam de minimizar os problemas de curto prazo. O que essa proposta tinha de diferente? Unicamente a alteração da política econômica! Ao reduzir as taxas de juros, a política econômica distinta proporcionaria o crescimento dos investimentos privados, e portanto da economia (emprego e renda). Mas as reformas estruturais liberalizantes não só seriam mantidas, como, em alguns casos, aprofundadas.

A outra alternativa seria romper com as reformas neoliberais. Isto implicaria, além de modificação da política econômica, reverter os processos de liberalização e abertura dos mercados, retroceder nas privatizações, renacionalizando setores estratégicos da economia. Esta alternativa, ao romper com as reformas neoliberais, reduziria o peso dos mecanismos de transferência de valor, diminuindo a necessidade de elevar a exploração da força de trabalho e, portanto, possibilitando uma redistribuição da renda e da riqueza. Esta redistribuição, por sua parte, ainda contribuiria para a criação/ampliação de um mercado interno, necessário para compensar a redução do mercado externo (via exportações), como padrão de acumulação que caracterizou as economias da América Latina e Caribe entre 2001 e 2008.

Em termos de economia política, o que esta alternativa promove é uma contraposição extremamente radical com fortes interesses internos e externos de classes

e frações de classes que se beneficiam do atual padrão de acumulação do capitalismo dependente. Isto implica uma forte reação desses setores, tanto econômica como política, o que exige do campo alternativo e crítico uma força política constituída para enfrentar a reação, uma base popular forte e consciente, em síntese, uma acumulação de forças e consciência para enfrentar a luta de classes que isso provocaria. Esta alternativa de enfrentamento mais estrutural pode caracterizar, com várias especificidades e diferenças entre eles, processos em países como Venezuela, Bolívia e Equador.

As distintas alternativas de desenvolvimento não resolvem, em si, os condicionantes estruturais destas economias dependentes, mais relacionados com as características da divisão internacional do trabalho, específicas em cada momento histórico. O que elas podem fazer – e isto não é pouco – é reduzir o grau dessa dependência. Além disso, os condicionantes estruturais da dependência podem ser agravados ou aliviados pela conjuntura, especificamente pelo cenário externo.

Independente do maior ou menor enfrentamento ao neoliberalismo, os governos progressistas se apoiaram em um cenário externo favorável da economia mundial, em que os preços das commodities exportadas subiram fortemente, ao mesmo tempo em que a quantidade exportada também crescia em função do considerável crescimento de economias que aumentaram sua participação na pauta exportadora da região, como a China. Aliado a isso, entre 2001 e 2007, o ciclo de liquidez internacional também favorável, com baixas taxas de juros, permitiu o aumento das reservas estatais e da arrecadação estatal. Com isto, abriu-se a possibilidade de uma política de conciliação de classes, uma vez que, junto ao crescimento das rentabilidades dos capitais, a maior arrecadação estatal permitiu a implementação de políticas sociais que minimizassem os efeitos sociais da superexploração do trabalho, e, em alguns casos, com alguma melhora na redistribuição de renda.

O estouro da crise na economia mundial, a partir de 2007, reverteu radicalmente o cenário externo, o que redefine duas questões interligadas para os desafios da América Latina e Caribe na conjuntura atual.

Por um lado, a perspectiva hegemônica no mundo, e na região, é de uma retomada da estratégia neoliberal, sem nenhuma coloração progressista, com as propostas de fortes ajustes fiscais e retomada/avanço dos programas de privatizações e abertura/liberalização de mercados. Por outro lado, a possibilidade que o cenário externo favorável colocava para a manutenção das políticas de conciliação de classe, característica dos governos progressistas, se esgotou. Não é por outras razões que a forte

guinada à direita no espectro político-econômico tenha se concretizado nos últimos tempos na região.

O que a atual conjuntura econômica e política colocam para a América Latina e o Caribe é, portanto, uma disjuntiva muito clara. O que se vê, de forma hegemônica na região, é o renascimento do neoliberalismo sem concessões, com forte base política conservadora, que procura repassar os custos do ajuste da crise econômica para a classe trabalhadora. A proposta é clara: fortes ajustes fiscais, baseados nos gastos públicos que minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente; programas de reformas que reforçam as privatizações, abertura de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais, entre outros. Não há espaço mais para nenhum tipo de conciliação, seja nas políticas sociais, ou no interesse de distintas classes sociais.

Qual a alternativa para a região, desde um ponto de vista popular? A ruptura radical, também sem nenhuma concessão, com o neoliberalismo. Tampouco há mais espaço para as fantasias neodesenvolvimentistas.

SERÁ ESSA A HORA DE MEXER NO COLCHÃO?²

Matheus Rodrigues da Silva³

As reservas internacionais são um elemento muito importante, dentro de uma economia aberta ao mercado externo. Essas reservas se constituem em estoques em moeda estrangeira, principalmente o dólar, e servem como um colchão de segurança em momentos de saída de capitais estrangeiros e desvalorização da moeda local. O fato de o Banco Central do Brasil (BCB) reter essas moedas estrangeiras não quer dizer que elas são ociosas e que ficam guardadas em um cofre. A maioria das reservas internacionais estão em forma de investimentos em títulos da dívida pública de países com risco próximo a zero, por exemplo, e consequentemente são remunerados por taxas de juros mais baixas. Manter um alto nível de reservas torna o colchão mais pesado, tendo os seus prós e os seus contras.

Pelo lado positivo esse “peso elevado” torna o país menos susceptível a crises decorrentes de saídas de capitais. Primeiramente, só o fato de se manter certo nível de reservas já dá ao país detentor uma maior credibilidade para com os seus credores, para futuros empréstimos e para atrair investidores estrangeiros, por mostrar que tal país está resguardado, em caso de problemas futuros.

Desde 1999, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adotou um regime cambial que podemos chamar de *flutuação suja*, no qual é permitido que a moeda flutue até um determinado patamar e quando a moeda chega nesse limite, para frear a desvalorização (ou valorização excessiva) e evitar pressões sobre a economia, o BCB joga dólares no mercado através de *contratos de swaps cambiais*⁴, *venda direta de dólares do mercado*⁵ e da *leilões de linha*⁶, reduzindo a tendência de desvalorização/valorização.

Pelo lado negativo, manter reservas internacionais também gera custos que podem ser tanto custos de oportunidade, que é o que se perde por não usar este

²Artigo escrito em Março de 2016.

³Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e membro do Programa de Educação Tutorial (PET- Economia). E-mail: mattheusr36@gmail.com

⁴Esta operação se trata de um acordo entre o BCB e um investidor, em que o BCB garante ao investidor o pagamento do diferencial da moeda estrangeira em relação ao real mais uma taxa de juros efetiva, enquanto o investidor paga ao BCB o valor da taxa de juros corrente.

⁵São vendas no mercado à vista por parte do BCB, onde o excesso de dólares gera um efeito de desvalorização do mesmo.

⁶São feitos através da venda de dólares no mercado à vista, mas nesse caso esses dólares devem voltar ao BCB em um prazo de dois meses, e a grande quantidade de dólares no mercado nesse período ajuda a reduzir temporariamente as pressões sobre moeda local.

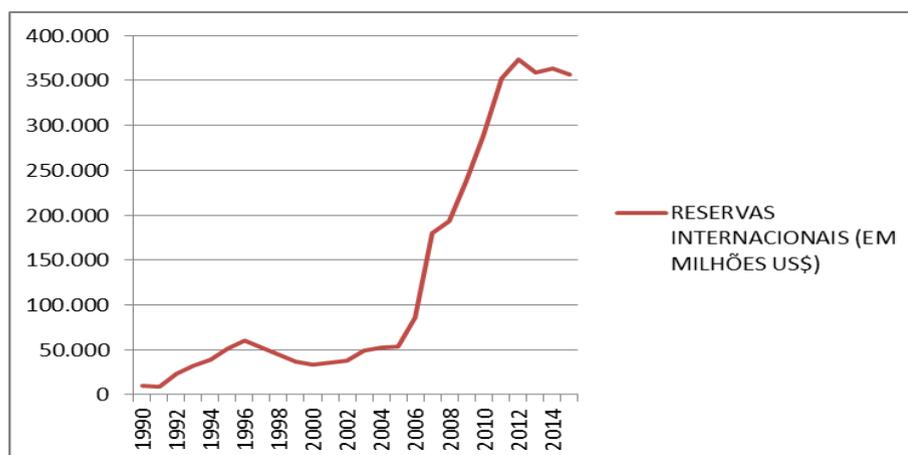
montante em investimentos, como também custos de manutenção que pode ser calculado a partir da relação entre as *taxas de juros reais*⁷ internas, que remuneram os detentores de títulos da dívida pública local, e externas, que remuneram as reservas que estão sob forma de títulos da dívida pública de países estrangeiros e dos custos para obter a moeda, como argumenta o professor de economia internacional da UFRJ, Reinaldo Gonçalves. Levando em conta os custos de carregamento e os custos de oportunidade, o Brasil deixa de ganhar um valor estimado em 65 bilhões de reais por ano.

A partir do final da década de 1990, houve um grande movimento de acumulação de reservas por parte das economias emergentes, ocasionada pela globalização financeira, pela volta dos capitais aos países emergentes e principalmente por conta da crise dos países asiáticos, que levou esses países utilizar métodos de se proteger da volatilidade dos capitais e evitar crises ou endividamento para freá-las (LAAN; CUNHA; LÉLIS, 2011).

O caso brasileiro não foi diferente. A partir da década de 1999, mais precisamente após o início do regime de câmbio flexível e o início de uma maior abertura comercial, deu-se início a um período de acumulação mais acentuada de reservas, provenientes de sucessivos superávits comerciais. Em 2006 houve um aumento significativo do volume de reservas, que segundo Menezes (2012) tinha como objetivo “[...] *estimular a recuperação do crescimento econômico, reestabelecer a solidez econômica e de solvência, readquirir a confiança dos investidores e reequilibrar o fluxo de capitais*”. Hoje, o Brasil é um dos dez maiores detentores de reservas no mundo. A evolução das reservas pode ser vista no gráfico 1.

⁷ Taxa de juros nominal menos a inflação esperada.

GRÁFICO 1 – Evolução das Reservas internacionais (em milhões US\$) do Brasil entre 1990 e 2015



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

Hoje, estamos em um momento delicado, do ponto de vista político, econômico e social, e, desde o início do ano presente, especula-se a respeito da utilização dessas reservas para políticas econômicas, seja para investimentos em infraestrutura como defende o PT, seja para pagar parte da dívida pública que é a proposta do ministro da casa civil Jaques Wagner. O ministro da fazenda já anunciou que não há nenhum interesse por parte do governo nesse tipo de política, embora a presidente não tenha descartado tal ideia totalmente.

O fato é que dentro da situação em que a economia brasileira está inserida atualmente, em meio a cenários internos e externos desfavoráveis, depois de seguidos rebaixamentos por parte das principais agências de rating, tudo isso dentro de um cenário futuro incerto, independentemente dos custos de manutenção e da necessidade de buscar alternativas para estabilizar a economia, mexer no colchão não é a melhor alternativa. Do mesmo modo que foi dito anteriormente, que só o fato de possuir essas reservas é um sinal de segurança, uma simples sinalização oficial de interesse de mexer no colchão traria efeitos negativos, como fuga de capitais e até mesmo um novo rebaixamento por parte das agências de rating, prolongando os efeitos negativos vigentes nas variáveis econômicas. Em suma o melhor caminho é esperar a poeira baixar para se discutir a respeito dessa possibilidade. Como disse John Maynard Keynes, em períodos de incerteza, os agentes tendem a preferir a liquidez, dada as atuais circunstâncias para o momento e melhor carregar um colchão pesado do que correr o risco de ficar sem ele, sem resolver nenhum problema.

REFERÊNCIAS

LAAN, Cesar Rodrigues van der; CUNHA, Andre Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. A estratégia de acumulação de reservas no Brasil: uma avaliação crítica. **Economia e sociedade. Campinas. Vol. 21, n. 1 (abr. 2012), p.[1]-38, 2012.**

MENEZES, João Vitor Barboza de et al. A Importância das Reservas Internacionais Brasileiras: uma análise do custo-benefício da utilização via política econômica com enfoque na atual crise do sistema financeiro internacional. 2012.

“NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR”⁸

Natalia T. Rodrigues ⁹

Crise, confusão, dificuldade, complexidade e medo. Estas dentre tantas outras expressões, são as que mais têm aparecido não só nos noticiários atuais, mas em todos aqueles espaços em que se fala de política. Um olhar atento às últimas eleições presidenciais não nos deixa dúvida de que encontraríamos dificuldades seja o (a) que fosse eleito (a) à presidência.

Os anos dourados de crescimento econômico com certa redistribuição de renda via políticas compensatórias; a inserção de um setor significativo da população pobre nas Universidades; a valorização real do salário mínimo, estas entre outras medidas adotadas nos últimos treze anos petistas parecem ter chegado ao fim, frente aos escândalos de corrupção como o Mensalão, a Lava Jato, e fundamentalmente o fim da eufemística estratégia de desenvolvimento chamada *novodesenvolvimentista*. Foi-se o tempo em que pudemos crescer economicamente agradando a gregos e troianos, ou seja, agradando aos bancos e um setor significativo da população brasileira.

A crise de 2008 que fora apontada pelo ex-presidente Lula como “marolinha” chega ao Brasil com bastante intensidade nos marcos de 2010. De lá para cá, a política macroeconômica do governo segue sendo a mesma (afinal, a estratégia de desenvolvimento novodesenvolvimentista não rompe com o tripé macroeconômico neoliberal, isto é foi mantido o regime de meta de inflação, o regime fiscal e o câmbio flutuante), entretanto, agora com um cenário internacional menos favorável junto aos escândalos de corrupção, gregos e troianos não mais podem ser beneficiados mutuamente. Vemos assim demissões em massa de trabalhadores, chegando hoje à casa de 12% de desempregados segundo o IBGE, um ajuste fiscal ferrenho que corta da saúde e educação, greves de diversas categorias como fora a dos técnicos administrativos e professores em 2015 e nada, absolutamente nada para reverter o quadro. Ao contrário, vemos a permanência do ajuste, a criminalização das manifestações, dado que foi aprovada a Lei Antiterrorismo, o contínuo corte na saúde e educação

<http://oglobo.globo.com/economia/governo-corta-mais-de-6-bilhoes-em-recursos-para->

⁸ Artigo escrito em Março de 2016.

⁹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE)

[saude-educacao-18988015](http://www.saude-educacao-18988015)) e “contraditoriamente” o lucro recorde dos bancos (<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2016/01/28/bancos-aumentam-seus-lucros-enquanto-brasil-registra-records-de-desemprego/>).

Foi neste cenário em que as eleições presidenciais ocorreram e que só trouxeram Dilma ao segundo mandato, pois a mesma garantiu que “nem que a vaca tussa” iria mexer nos direitos trabalhistas. No terreno dos acontecimentos o discurso não passou de mais uma grande farsa, ao passo que bastou que a presidenta chegasse ao poder para que ministros representantes dos bancos como Levy e hoje Mendonça chegasse ao poder, além de Katia Abreu no ministério da Agricultura, inimiga *mor* dos trabalhadores da terra. Soma-se a isto a aprovação de uma reforma regressiva na previdência em que as mulheres já historicamente exploradas por ter dupla e às vezes triplas jornadas de trabalho, serão as que mais sofrerão, pois se somando o tempo de idade e contribuição isso resultará em 85 anos de idade. A mudança foi feita no final de 2015 estabelecendo uma variação progressiva de acordo com a expectativa de vida da população. Assim sendo, em 2018 teremos as mulheres não mais se aposentando aos 85 anos e sim aos 90 anos (<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/economia/previdencia-deve-ter-mudancas-em-2016/?cHash=e03676c9dce5b816c633263450f0e87d>).

Junto a isso vimos como fora dito acima o total descaso às reivindicações dos servidores das Universidades Federais em uma greve histórica que chegou há cinco meses em algumas instituições e que não teve nenhum respaldo por parte do governo federal, além disso, tivemos a aprovação da Lei Antiterrorismo que nos deixa a mercê de uma polícia fascista ainda vinculada às Forças Armadas em pleno “Estado Democrático de Direito” como se costuma dizer.

Todo este cenário empurrou a oposição de direita raivosa a fazer o possível para desestabilizar o governo Dilma. A trindade do PMDB composta pelo vice-presidente da república Temer, Cunha e Renan Calheiros presidente do Senado junto ao congresso mais conservador desde 1964 lideraram a cassação do pedido de Impedimento da presidente sob a argumentação de pedaladas fiscais e corrupção. Soma-se a isto a total imparcialidade do poder judiciário brasileiro ao fazer vazar áudios de Cunha privados da presidente com o ex-presidente Lula, além da difamação exaustiva do Partido dos Trabalhadores através dos grandes meios de comunicação, cujo maior expoente é a rede Globo. O que impressiona neste meio é saber que todos estes que buscam retirar a presidente custe o que custar são os mesmos envolvidos em grandes

escândalos de corrupção semelhantes ao PT e que não possuem nenhuma legitimidade ao acusar Dilma de pedaladas Fiscais, ao passo que há treze anos são base do governo e fazem a política juntos, como é o caso por exemplo do PMDB.

Diante deste cenário, expressou-se nas ruas a grande polaridade a qual o Brasil se encontra. Temos de um lado um Partido que se diz dos Trabalhadores (PT), mas que só os atacam nos últimos anos e do outro, a direita clássica brasileira liderada pelo PSDB e PMDB que carrega um profundo ódio, ressentimento ao PT e todos aqueles que se apresentam enquanto esquerda no Brasil. Com o pedido de impedimento da presidente Dilma, as bases do governo como CUT, CTB, UNE e MST são chamadas às ruas para a defesa da presidente Dilma, mas fundamentalmente contra um golpe que a direita clássica tem liderado para retirar a presidente de seu mandato.

A questão que se coloca, entretanto, é que em ambas as manifestações não há um bloco hegemônico PT x PSDB. Há um setor significativo da população brasileira que há anos não mais acredita no PT, mas que tem acompanhado as manifestações convocadas pelas bases do governo com medo do que de que o governo do PSDB volte além do medo de destruição das instituições brasileiras, já fragilizadas como o judiciário e a própria defesa do Estado Democrático de Direito. Já do outro lado, ainda que tenhamos um setor majoritariamente conservador, anticomunista etc, há também um setor significativamente confuso, pois é cotidianamente bombardeado de informações enviesadas que criminalizam apenas o PT por todos os males da sociedade e, assim sendo, vai as ruas pedir a saída da presidente sem entender plenamente o que se passa.

Talvez um olhar menos apaixonado e fundamentalmente menos fanático ao cenário que está posto nos mostre que em ambas as manifestações há ao menos um sentimento em comum e que possui graves consequências que é o medo. Em ambas as manifestações é o medo o afeto central que empurra de um lado os setores mais governistas com medo dos anos de governo do PSDB e de outro, as manifestações pró impedimento que repudiam o “vermelho”, teoricamente símbolo maior da esquerda, repudiam o PT, pedem a volta de velhas formas de governar como foram os anos de FHC ou mesmo a própria ditadura militar, como foi defendido por uma minoria fascista. A questão de fundo, entretanto é que o medo enquanto afeto central não é capaz de gerar nada novo. O medo enquanto afeto central nos paralisa implicitamente nos diz que “Nada é possível de Mudar”. E quando isso acontece, podemos dizer que é certo que estejamos fazendo qualquer coisa, menos política, pois, como bem apontou Badiou no

livro “As conferencias de Badiou no Brasil” – *aquilo que se limita no nível do possível não é política, só podemos fazer política, quando saímos no nível do possível.*

Tal ideia me parece bastante razoável ao passo que todos aqueles direitos que foram renegados ao longo da história como o sufrágio universal, o egresso do Negro na Universidade dentre tantos outros exemplos, foram direitos arrancados pela população nas ruas e que a todo o momento os era dito que não era possível, mas mesmo assim perseguiram e muito do que temos hoje em um Brasil ainda profundamente desigual, em um mundo democrático, mais ainda burguês se deu no terreno do impossível, a profunda sensação de desamparo junto a outros afetos, venceu o afeto medo e empurrou centenas de milhares de pessoas às ruas em busca de melhorias das condições de vida.

Vladimir Safatle, filósofo da USP apresenta em “*Os circuitos dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*”, seu mais recente livro, a ideia de que enquanto não rompermos este circuito de afetos centrado no medo, nada de novo poderá ser criado, apresenta ainda que são nestes momentos em que se colocam de extrema complexidade, dúvida, descolamento das políticas oficiais que podemos criar algo novo. Assim sendo, podemos supor que as velhas formas de fazer política, com os partidos burocratizados, as mesmas falas, as mesmas táticas, as mesmas formas no geral, sejam elas subjetivas ou objetivas, não mais mobilizam as pessoas de forma que se gere uma quebra, uma ruptura no que está posto.

Assim sendo, é importante reconhecer que existe sim um setor da sociedade que está organicamente amarrada com o governo, assim como há outro amarrado com a oposição de direita. Mas há também, desde as últimas eleições uma grande parte da população sobre um profundo desamparo, pois cerca de 27 % dos votos das últimas eleições fora de votos brancos, nulos e abstenções (<http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/soma-de-votos-nulos-brancos-e-abstencoes-e-a-maior-desde-1998-6625.html>). Frente aos escândalos de corrupção dos partidos dominantes, a baixa popularidade do governo, e a incapacidade dos partidos como PSTU, PSOL e PCB se colocarem enquanto alternativa, o povo não mais acredita na forma tradicional de se fazer política.

Assim sendo, seria interessante que todos os espaços em que nos propomos a discutir a atual conjuntura, questões como o medo, o possível e impossível, a necessidade de novas formas de fazer política no geral, fossem colocadas. Muitos acham que isso não passa de uma abstração, entretanto, um breve olhar às últimas grandes manifestações do mundo nos mostram um caminho que deva ser ao mínimo

refletido, como foram as ocupações de praças no 15M Espanhol com os Indignados, como fora no Occupy o Wall Street nos EUA, como foram as ocupações de praças no Egito, as jornadas de Junho em 2013 no Brasil e também o que se vem chamando de Os Indignados da França nos dias de hoje, com a ocupação das praças de jovens e trabalhadores contra as leis laborais regressivas. Todos estes movimentos trazem à tona novas formas de se fazer política, mais igualitários, mais horizontais, que clamam por uma democracia real em que seja de fato *dar poder ao povo*. Podemos ver ainda que em nenhum destes movimentos os partidos que se dizem de esquerda tiveram importância significativa, daí a necessidade de pensar também se os Partidos possuem ainda alguma função.

No Brasil além das Jornadas de Junho de 2013 que colocou nas ruas milhares de jovens precarizados como aponta o Sociólogo Ruy Braga da USP, temos também as ocupações das escolas em São Paulo feitas por uma juventude que ousa lutar que acredita ser possível mudar, que atuou sob toda a pressão psdbista e a mídia difamatória que tentara deslegitimar o movimento a todo instante, as ocupações das escolas se repetem nos dias de hoje chegando a trinta escolas no Rio de Janeiro.

Experiências como estas, creio eu que não deve ser jogada fora neste momento delicado em que vivemos, pautas mais diretas que dialoguem com os setores confusos da população brasileira devem vir à tona, a fim de atraí-los para o debate, a fim de mostrar que aquilo que muitos apontam como impossível e que é o que muda a vida das pessoas. Pautas como a Desmilitarização da PM, a Democratização da Mídia, uma forma real de democracia direta é sim possível. Mas para isso é preciso criar outros afetos que não o medo, é preciso acreditar, é preciso reconhecer que podemos, como diria Bertolt Brecht:

“Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar. ”

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CURSO DE ECONOMIA¹⁰

Rafaela Camila da Silva¹¹

A disciplina desenvolvimento econômico do curso de economia é uma disciplina muito importante para compreensão de diversos problemas da economia de um país, particularmente aqueles relacionados com crescimento econômico, crise, recessão, ciclo econômico, inflação etc.

De início, seria importante distinguir entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. O desenvolvimento econômico é uma noção mais ampla do que a de crescimento econômico. Enquanto o crescimento econômico seria uma medida do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um País, o desenvolvimento envolve uma visão mais ampla da economia incluindo aspectos de renda, saúde, educação, política e mudança social.

Assim, mede-se o crescimento econômico de uma economia, observando-se as séries de dados históricos de crescimento do PIB, por um determinado período, e analisando-se as taxas de crescimento da renda nacional e da renda per capita. Já para compreender o desenvolvimento econômico, deve-se analisar a evolução dos dados de renda, de saúde, de educação, de capital humano, do sistema político etc.

Tomando-se, por exemplo, o caso do Brasil, nota-se que atualmente existe uma crise na economia e que a análise dessa se faz fundamentalmente pela análise dos dados de crescimento do PIB que vem apresentando taxas negativas de crescimento a partir de 2015 e que, por isso, vem causando desemprego, inflação, decréscimo da renda per capita e aumento da pobreza. O conceito de crescimento econômico é, portanto, importante para análise do desempenho histórico da economia de um país e de sua evolução ao longo do tempo.

A economia brasileira está em recessão visto que o PIB vem apresentando taxas de crescimento negativas nos últimos tres trimestres consecutivos e as previsões indicam continuidade da recessão por mais tempo, caso as saídas para reestabelecimento do crescimento não sejam adotadas. As causas dessa recessão são de diversos aspectos, relacionadas às más políticas econômicas adotadas nos últimos anos, ao declínio dos preços das commodities, aos déficits fiscais consecutivos, à elevada percentagem da

¹⁰ Artigo escrito em abril de 2016.

¹¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela UFCG. Integrando do GAACE e do PET-Economia. E-mail: rafaela.milla@hotmail.com.

dívida interna, relativamente ao crescimento do PIB, e, por último, à falta de consenso político no Parlamento Brasileiro.

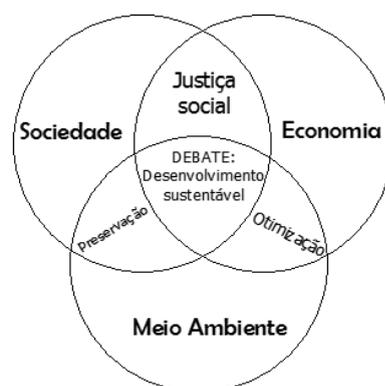
A crise econômica deve ser analisada em estreita relação com a evolução dos indicadores de crescimento do produto total e do produto per capita. Mas, para ser completa, a análise tem que se estender para os aspectos do desenvolvimento econômico que envolvem não somente a renda, mas aspectos da educação, da saúde, da política e do sistema social.

Um conceito relacionado com o de desenvolvimento é o conceito de desenvolvimento sustentável que envolve a análise conjunta dos setores econômicos, do meio ambiente e da sociedade. Esse conceito é mais abrangente e permite uma análise global da economia de um país num determinado período.

No estudo da economia, cobre-se a análise dos setores produtivos, ou seja, agricultura, indústria e serviços. No meio ambiente, estudam-se os ativos e passivos ambientais, a biodiversidade, as áreas protegidas, o capital natural, na forma de transformações do meio ambiente, os recursos naturais e a poluição ambiental. Na sociedade, incluem-se os aspectos da saúde, da educação, da política e das mudanças sociais.

O conceito de desenvolvimento sustentável é útil para se entender se a economia é sustentável ou não ao longo do tempo. No presente, a economia brasileira passa por crises econômicas e sociais que mostram que ela não era uma economia sustentável. Para ser sustentável, a economia teria que mostrar um crescimento sustentado de longo prazo, com taxas elevadas de crescimento do produto, e mostrar estabilidade das instituições políticas e sociais.

Uma ilustração bastante interessante, mostrando essas interações entre os componentes do desenvolvimento sustentável, seria a seguinte:



Fonte: FERREIRA IRMÃO ET AL (2014).

A figura apresentada, construída para este texto, é bastante sugestivo para mostrar o equilíbrio do desenvolvimento sustentável, formado na base da interação entre os setores econômico, ambiental e social. Quando o desenvolvimento se processa na base dessa interação, poderia se afirmar que existe justiça social, pois os objetivos do desenvolvimento são destinados a melhorar a condição humana nessa e nas sociedades futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA IRMÃO, J., HAGEL, H., HOFFMANN, C., BARBOSA, S.K., DOLUSCHITZ, R. Socio-economic development along the São Francisco River - status quo and scenarios. INNOVATE Status Conference, October 14 – 15, 2014. Recife-PE, Brazil.

O BRASIL PERDEU UMA GRANDE CHANCE DE SE DESENVOLVER¹²

Rafaela Camila da Silva¹³

O Partido dos Trabalhadores esteve por 13 anos no poder no Brasil. Muita coisa mudou na economia neste período. Nesse artigo, vamos examinar o comportamento de alguns indicadores da economia nesses últimos 13 anos, permitindo, assim, valorizar ou desfazer a imagem do PT como bom administrador da economia do Brasil nesse período. O objetivo da análise tenta, ao máximo, ser de caráter neutro, não envolvendo nenhum viés ideológico.

Posição nas economias do mundo. Em 2003, o Brasil ocupava a 13a posição nas economias mundiais. Hoje, o Brasil está na 9a posição, o que indica que houve uma melhora na posição da economia do Brasil, relativamente a outros países. Portanto, um ponto positivo para o governo do PT e o desenvolvimento do Brasil.

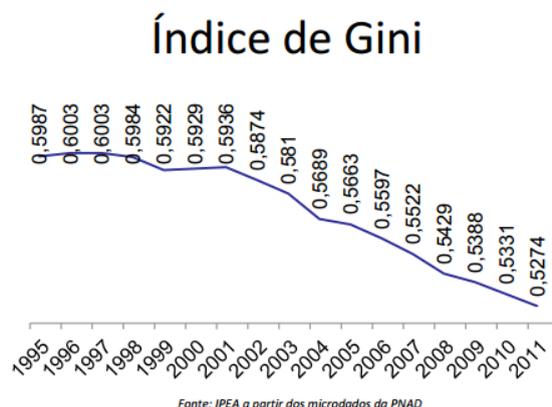
IDH e combate à pobreza. Em relação ao IDH, a nota do Brasil hoje é melhor do que aquela do ano 2000, ou seja, de 0,649 para 0,755. Esse índice mede o desenvolvimento humano, dado pela esperança de vida ao nascer, pela melhoria dos anos de estudo e pela renda *per capita*, variando entre 0 e 1. Assim, não resta dúvida de que o Governo do PT contribuiu para melhorar o desenvolvimento do país.

Índice de Gini. O índice de Gini, de desigualdade da renda, mede como ficou a desigualdade da renda nesse período, variando de 0,6003, em 1997, para 0,5274, em 2011, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas com base em dados da PNAD). Segundo essa medida, a desigualdade de renda no Brasil caiu sistematicamente desde finais da década passada, mostrando um ponto positivo para o governo do Partido dos Trabalhadores.

¹² Artigo escrito em Maio de 2016.

¹³ Estudante do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista do PET-Economia. E-mail: Rafaela.milla@hotmail.com.

GRÁFICO 1 - Brasil: Índice de Gini de Desigualdade da Renda, 1995-2011



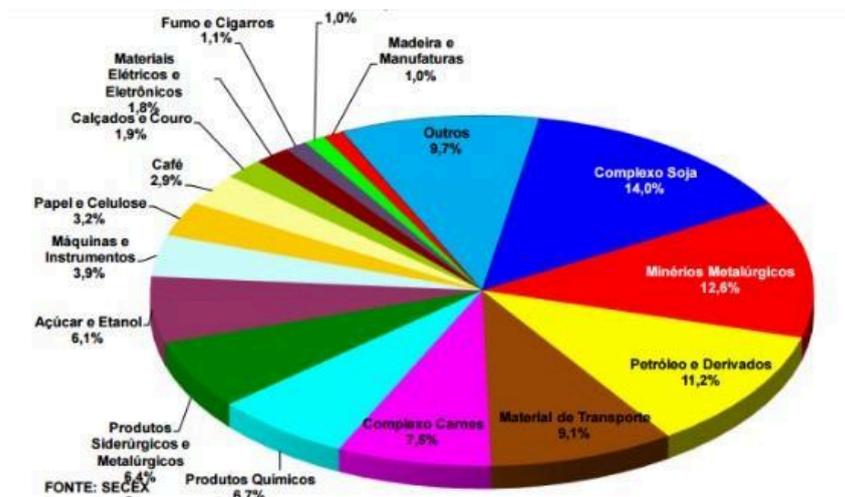
Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Educação. No ano 2000, numa avaliação do PISA (Programa Internacional de Avaliação da Alunos), da OECD, o Brasil ficou em último lugar numa avaliação de 32 nações. Em 2013, num ranking de 65 nações, o Brasil ficou na 55ª posição, uma melhora pequena, mas positiva na administração do PT. De qualquer modo, o dado mais positivo da administração do PT foi a cobertura da educação, muito mais do que a qualidade alcançada no sistema educacional.

Ambiente de negócios. Essa é uma área extremamente desfavorável ao governo do PT. O ambiente de negócios piorou enormemente nesse período, em especial nos 4 ou 5 últimos anos do governo da Presidenta Dilma Rousseff. Isso levou a uma recessão jamais vista no país, com reflexos por muitos e muitos anos para o futuro.

Preços das exportações. O Brasil teve um excelente período de vantagens competitivas no mercado internacional, com preços favoráveis das exportações, desde os anos de 2001 a 2009. A importância das exportações na alavancagem do desenvolvimento econômico do país é muito grande, portanto, uma análise do comportamento dos preços dessas exportações ao longo do tempo mostra como o comércio se tornou favorável ou desfavorável ao desenvolvimento. A partir de 2009, com a crise internacional, os preços começam a despencar e, portanto, vêm em prejuízo da economia nacional. O governo do PT não soube aproveitar as vantagens das elevadas rendas de exportação, nesse período, para alavancar o desenvolvimento econômico do nosso país em termos de transformações sociais, econômicas e tecnológicas, características do desenvolvimento econômico moderno. A pauta de exportações de produtos do Brasil para outros países é mostrada no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Brasil: Pauta de Exportações, 2014



Fonte: DEPEC - Minério de Ferro. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Bradesco. Abril de 2014.

Os preços das exportações das commodities nas quais o Brasil é especializado tiveram um extraordinário aumento durante a primeira década deste século XXI, levando o Brasil a uma grande vantagem comparativa no mercado internacional. As variações acumuladas do índice de preços das exportações de minério de ferro, por exemplo, atingiram um pico de 160,8%, em Abril de 2011, e caem para -47,7% em Fevereiro de 2016 (dados da CACEX), um baque extremamente desfavorável ao crescimento econômico do Brasil. O preço do minério de ferro na China, cai de US\$ 158,9 (US\$ por tonelada), em março de 2012, para US\$ 39,00 em janeiro de 2016. As exportações do complexo soja aumentaram de 8,1 bilhões de dólares, em 2003, para 27,9 bilhões em 2015. Essas exportações vêm apresentando aumentos substanciais ao longo dos anos. O comportamento dos preços do petróleo e derivados, extremamente favorável, na primeira década deste século, de US\$ 140,00 o barril, em 2003, cai para US\$ 40,00 o barril, em finais de 2015, outro baque extremamente desfavorável ao crescimento econômico do nosso país.

Outros indicadores ainda poderiam ser analisados, na mesma linha de raciocínio, mostrando que o Brasil teve chances extraordinárias de aproveitar as receitas de exportação para alavancar o seu desenvolvimento, o que não foi feito pelo governo do PT no período analisado. De qualquer forma, não se deve esquecer os avanços

registrados nesse período da nossa história, embora com ameaças de perdê-los por conta da elevada recessão que ofusca os desígnios da nossa economia nos dias atuais.

O período no qual o governo do PT esteve no poder no Brasil foi, sem dúvida, um período de ouro para a economia brasileira pelas oportunidades que surgiram para o desenvolvimento do nosso país. Embora o tema deste trabalho exija muito mais pesquisa para dar suporte ao enunciado no título, alguns fatos históricos revelam essas oportunidades que não foram aproveitadas pelo nosso país. Num trabalho de Hildegard Angel (www.hildegardangel.com) **Comparando o Brasil de 2002 ao de 2013 segundo a OMS, a ONU, o Banco Mundial, o IBGE, o Unicef**, consultado para elaboração deste texto, pode-se ver exatamente como foram perdidas muitas oportunidades que poderiam ter sido aproveitadas para desenvolvimento do nosso país.

As manifestações que ocorreram no dia 13 de março deste mesmo ano, que levou mais de três milhões de pessoas¹⁶ espalhadas nos 26 estados e no Distrito Federal, foi considerada a maior da história do Brasil, maior até do que as Diretas Já e também as dos atos de junho de 2013.

A mídia teve um papel estrutural para que essa manifestação chegasse a tais proporções. As pessoas foram bombardeadas durante meses com notícias de acusações de crimes, corrupções de toda as maneiras possíveis, apontadas apenas para alguns grupos, perdendo qualquer senso de ética jornalística.

A manipulação exercida pela mídia para forçar a sociedade que ela participasse da manifestação para impor uma solução final à crise política que abala o país desce rasgando na garganta daqueles que veem que o “jogo” da mídia já está escancarado.

Já não bastasse o “jogo” articulado para que as pessoas fossem as ruas, a mídia ainda teve o trabalho de fazer a cobertura ininterrupta da manifestação. Ao longo do dia comentaristas e jornalistas se revezavam para exaltar os motivos, mais do que claros para a população, do porquê que cada cidade estava acordada para tal ato público. Não obstante este desenrolar, a mídia ainda foi seletiva, dando espaço apenas para os pró-impeachment darem suas declarações.

No dia 31 de março deste mesmo ano, não contente com a manifestação anterior a favor do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, uma parcela da população brasileira¹⁷ foi as ruas nos 26 estados e no Distrito Federal, contando também com manifestações no exterior (Londres – 50 pessoas e Lisboa – 60 pessoas) para “lutar” contra o processo de impeachment.

O dia 31 de março foi escolhido para ser o dia do “Não vai ter golpe”, em referência ao dia 31 de março de 1964, quando ocorreu o golpe militar no Brasil. Este ato contra o impeachment foi pouco repercutido nas mídias televisionadas, diante do seu anterior (a favor do impeachment). As pessoas ficaram informadas da manifestação através de atores globais e celebridades que eram contra “o golpe” via mídia social. A

¹⁴ Artigo escrito em Abril de 2016;

¹⁵ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camila_noronha@hotmail.com.

¹⁶ Dados da Polícia Militar;

¹⁷ 824 mil manifestantes segundo a organização do ato e 159 mil, segundo a Polícia Militar;

mídia televisionada pouco ou nada se manifestou com relação a esses novos atos. Não ficou o dia dando diversas coberturas de tal realização, nem dias antes fazendo com que a população fosse a esse protesto.

Porém as mídias sociais tomaram a frente das televisionadas e fizeram com que esta manifestação acontecesse. Ou seja, mais uma vez a mídia, no caso televisionada, foi tendenciosa, repetitiva e totalmente adequada aos interesses dela.

A GRANDE MUDANÇA ARGENTINA COM MAURICIO MACRI¹⁸

Gicele Barros Costa¹⁹

A Argentina, atualmente, vive uma reviravolta política provocada pelas eleições que ocorreram em dezembro de 2015 e que tiveram resultado favorável a um governo de direita. Para se entender melhor a mudança ocorrida, é possível fazer um breve comparativo nas transformações políticas das duas últimas décadas no país: 12 anos em que a presidência foi ocupada pelos Kirchners, Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), ambos considerados governo de esquerda, e, atualmente, a eleição que nomeou Mauricio Macri para a presidência.

Quando Néstor Kirchner assumiu a presidência Argentina, manteve as medidas econômicas adotadas, anteriormente, por Eduardo Duhalde²⁰ que visavam recuperar o país da recessão que vinha ganhando força após declarada a moratória, em 2001. O governo de Néstor foi claramente caracterizado pela maior influência do Estado sobre a economia, já que a crise pela qual o país passava foi atribuída a políticas neoliberais que vinham sendo implementadas desde a década de 1980.

Após declarada a moratória no início dos anos 2000, a Argentina ficou fora dos mercados internacionais da dívida, ou seja, não ofertava títulos públicos no mercado internacional, o que a deixou sem a acesso a financiamentos e empréstimos, fato esse que acabou por interferir nas relações do país com a América Latina e com o mundo.

Já em relação ao governo de Cristina Kirchner, este foi caracterizado fortemente pelo não diálogo e pelo autoritarismo em sua administração²¹, fato que é perfeitamente justificável pelas pressões negativas da grande mídia local contra o governo. Porém, ela defendeu os direitos dos trabalhadores, fato que é citado como um dos grandes triunfos do seu governo. Dentre as medidas adotadas durante seus mandatos podemos citar algumas que de imediato já foram modificadas pelo novo governo: o controle cambial adotado em 2011, que ficou conhecido como "cepo", e visava conter a fuga de divisas que contribuía a inflação um ritmo galopante; aumento das barreiras protecionistas em

¹⁸ Artigo escrito em Março de 2016.

¹⁹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

²⁰ Eduardo Duhalde assumiu a presidência argentina em janeiro de 2002 para concluir o mandato do presidente Fernando De la Rúa que tinha renunciado ao cargo em dezembro de 2001.

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>. Acessado em 20 de março de 2016.

2012, favorecendo dessa maneira as indústrias locais; manteve a taxa básica de juros do país abaixo da inflação.

E recentemente, no ano de 2014, teve grande destaque que o governo da presidente Cristina Kirchner se negou a aceitar a decisão da justiça norte americana que obrigava a Argentina o pagamento junto aos credores que se recusaram negociar a reestruturação da dívida de 2005 e 2010.

Mauricio Macri tomou posse em 10 de dezembro de 2015, e nesses quase quatro meses já deixou claro que não pretende seguir a mesma linha de política externa e econômica da ex presidente, mas também não se podia esperar uma postura diferente já que o novo governo é um liberal que tem como propriedade um conglomerado²². O novo presidente já eliminou o controle cambial "cepo", com isso ele pretende conseguir empréstimos para reforçar as frágeis reservas do Banco Central, não afetando dessa maneira o peso e manter a inflação.

Segundo especulações da imprensa argentina, além da eliminação do controle cambial, o atual presidente já iniciou o processo de financiamento para suprir a falta de dólares que afeta o país: o Banco Central argentino começou a negociar com bancos de investimentos a colocação de títulos no mercado financeiro; o governo procura garantir as vendas de alto valor das grandes empresas agroexportadoras, já que geram divisas; além de promover a troca de moedas da Reserva Federal dos Estados Unidos com o Banco Central Argentino.

Macri, ao que parece, será um grande modificador das políticas que vinham sendo adotadas na Argentina. O mais novo presidente latino terá um pouco de trabalho para convencer o mercado que o país mudou e não repetirá os erros do passado, mas por ter ideias mais abertas para a economia talvez a aceitação da "nova" Argentina ocorra mais rápido que o esperado. Em um de seus discursos, o presidente declarou que pretende abrir mais o país ao mercado externo, mas adverte que protegerá a indústria local.

O atual governo concordou, no mês de janeiro, em iniciar as negociações com os chamados "fundos abutres"²³ aos quais Cristina Kirchner vinha se negando negociar. O objetivo do governo é recuperar o acesso argentino ao mercado internacional da dívida.

²² Tal conglomerado leva o nome Macri, nome da família, e atua em diversas áreas, automóveis, correio e indústria alimentar.

²³ Ficaram conhecidos assim entidades privadas que adquirem títulos da dívida não pagos de países em desenvolvimento no mercado secundário com o objetivo de executar lucros exorbitantes.

E recentemente²⁴, Macri negociou com os fundos abutres e firmou um acordo no qual compromete-se a se endividar em cerca de 12 bilhões de dólares para quitar a dívida. Todos sabem que quando um governo se dispõe a endividar-se para pagar dívida, não só dívida, mas qualquer outra coisa, fatalmente o contribuinte será atingido, ou seja, a população terá de pagar mais impostos.

O governo de Mauricio Macri realmente promete realizar, e que já vem ocorrendo, grandes mudanças no cenário econômico da Argentina. Mas uma pergunta fica no ar, será Argentina está preparada para mais uma vez lidar com medidas tão liberais? A mesma já entrou em colapso por medidas neoliberais adotadas em décadas anteriores. Ou, será que a situação do país se tão desesperadora que tais medidas criarão impulso para o crescimento e controle da inflação? Ainda é muito cedo para qualquer conclusão, afinal Mauricio Macri só está no poder há pouco mais de três meses.

Apesar de ainda ser cedo para se especular o que acontecerá com o país, é possível lembrar o que ocorreu com os diversos países da América Latina, inclusive a Argentina, na década de 1990 quando estava na "moda" a abertura comercial e financeira, motivadas por políticas neoliberais, e que provocou crises gêmeas²⁵. Ou seja, pela experiência uma larga abertura econômica para o mundo de um país subdesenvolvido não é tão benéfica quanto se especula os liberais.

²⁴ Dia 10 de Março de 2016.

²⁵ Denominam-se crises gêmeas a ocorrência, simultânea, de crise cambial e bancária.

LEI ANTITERRORISMO SANCIONADA: UMA PUNHALADA NA DEMOCRACIA²⁶

João Paulo Fernandes de Lima²⁷

No dia (17/03/2016), a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei antiterrorismo. Aprovada pelo Congresso Nacional com oito pontos, sendo dois deles referentes aos atos que podem ser considerados como terrorismo, como por exemplo, incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir bens públicos ou bens privados. A lei possibilita que o governo discipline os “atos terroristas”, mediante as investigações para tal, coordenem o julgamento para tais crimes que possam ser cometidos sobre essa ótica de ataque as instituições públicas e privadas.

Com a aprovação dessa lei uma grande brecha se abre para o governo criminalizar e intensificar a perseguição aos movimentos sociais, os trabalhadores e a juventude como um todo. Sustenta uma falsa democracia e enfraquece ainda mais a luta da classe oprimida brasileira. Mesmo com toda turbulência político-econômica a qual o país está passando, a Presidente passa por cima dos anseios sociais, aprova a lei, no anseio que o mundo entenda que o Brasil está preparado e que possui condições suficientes para promover as Olimpíadas de 2016, ou, para receber qualquer outro grande evento que conquiste os olhos da classe burguesa nacional e internacional, classe essa que desfruta dos reais ganhos que tais eventos podem proporcionar.

A conjuntura nacional, nos mostra que os movimentos sociais eclodem a qualquer momento, e isso fica claro observando os tempos remotos com a intensificação das manifestações de rua desde julho de 2013. As pessoas estão inconformadas com as medidas políticas que estão sendo feitas, e a falta de transparência movida pela corrupção generalizada faz com que as massas lutem por seus direitos reais, e isso é legítimo. Todo cidadão possui o direito livre de protestar e de se manifestar sobre os possíveis rumos que o país está tomando, sendo que esses rumos afetam significativamente a vida de cada brasileiro que sofre com a opressão desse sistema burocrático elitista e burguês. Portanto, esta lei é visto como uma tentativa desesperada e disfarçada que o governo utiliza para impedir os cidadãos de lutar por seus direitos legítimos. A lei permite que o termo de caracterização usual para depreciação de bens

²⁶ Artigo escrito em Março de 2016.

²⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e integrante do Grupo Programa de Ensino Tutorial (PET-UFCG). E-mail: joaopaulo.j52@hotmail.com

públicos e privados seja trocado de “crime de dano” agora para “ato de terrorismo”. O que seria então os ajustes fiscais feitos pelo governo nesse momento de recessão econômica, que aplicado sobre as costas da população oprimida que garante o lucro da burguesia?

O governo justifica a aprovação dessa lei devido às pressões dos órgãos externos como, por exemplo, o Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), que aplica sanções ao Brasil por conta da proximidade da Olimpíada, e se insere em um contexto de ações estatais de endurecimento no tratamento dos protestos sociais. Essa instituição faz parte de uma rede de proteção à integridade do sistema financeiro, que classifica os países como “conformes”, “parcialmente conformes” e “não conformes”. Sendo assim, em um território considerado “não conforme” perante o GAFI representa um péssimo sinal para o sistema financeiro, desestimulando por tanto a entrada de capital externo e transações comerciais naquele país. Assim sendo, a aprovação dessa lei garante uma maior repressão aos movimentos sociais que configura por si só um cenário de um possível golpe de estado. O atual sistema político do Brasil é cada vez mais questionado e esse questionamento é materializado com o aprofundamento das manifestações nas ruas durante esse período que precede a Olimpíada. O governo atual não consegue mostrar eficiência econômica para a população, e a crise política que configura uma guerra de interesses entre partidos movidos pelos casos de corrupção que agora mais evidenciados só alimentam as maiores inquietações populares.

Fica claro, portanto, que o governo junto as instituições privadas compartilha os mesmos interesses, que é manter a ordem (característica de um governo ditatorial) para poder realizar a tão esperada Olimpíada e assim poder assegurar o sistema financeiro, “a galinha dos lucros de ouro” da burguesia, sem que nenhum questionamento a cerca desse evento seja feito. O termo terrorismo pode ser mais bem utilizado ao que o governo com o apoio dos empresários e banqueiros vem causando a população brasileira nesse momento atual da conjuntura, que parecem querer continuar a enganar a população com as medidas tomadas que contradizem o conceito real de democracia. Aí é onde eles se enganam! O cidadão brasileiro não é bobo e está consciente sobre a situação, e sai na rua para gritar que não haverá golpe contra a democracia. Os direitos vão ser garantidos sim, e enquanto isso estiver sendo manipulado e não correspondido, as ruas continuarão lotadas por manifestantes cansados de todo esse descaso político. É

de lutas entre classes que os direitos dos oprimidos serão conquistados, e os governantes enfim perceberão que a sociedade não possui medo deles, mas que eles devem possuir medo da sociedade.

AGÊNCIAS DE RATING: PODER E CREDIBILIDADE

*Julio Cesar Nascimento*²⁸

Durante o processo de “*financeirização*”²⁹ e globalização das economias as agências de *rating* que tiveram suas atividades iniciadas no final do século XIX passaram a ter funções cada vez mais intensas nas décadas de 80 e 90 do século XX. Basicamente as agências de *rating* fazem avaliações de risco de investimento e buscam reduzir a assimetria de informações quanto ao ambiente propício ou não para investimento, desta forma, avalia capacidade de pagamento da empresa ou país que emitem o título. Dois assuntos são polêmicos quanto as atividades exercidas pelas agências: seu poder e credibilidade.

As principais variáveis analisadas por essas agências na qualificação do ativo são: nível de endividamento do emissor, flexibilidade de refinanciamento, liquidez, participação do mercado, desempenho relativo a outras empresas do setor, capacidade administrativa, situação macroeconômica, leis e regulamentação de mercado, dentre outras. No caso da avaliação das agências quanto ao rating dos países, além das variáveis citadas acima analisam condução de política fiscal e monetária, nível de endividamento interno e externo, vulnerabilidade com o mercado internacional e o ambiente legal e sociopolítico no país.

Há dois grupos distintos que discutem sobre o poder das agências de *rating*: O primeiro considera que as agências são efetivamente dotadas de poder sobre os mercados, bem como sobre os estados e o segundo que as agências não têm o poder tão grande como se crê. (YWATA, p. 251-256, 2012)

O primeiro grupo argumenta que a maior parte dos operadores dos mercados internacionais utiliza das notas das agências de *rating* para suas transações e que essas decisões afetam diretamente a situação dos países, conforme Guessoun (2004).

As agências de *rating* ao classificar o rating dos países apontam notas a partir das suas metodologias, para Defarges (2012) quando a nota cai, os capitais partem. Quando a nota sobe, os capitais retornam. Para Cantor & Packer (1996) *apud*

²⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: julio.cesarufcg@hotmail.com

²⁹ Intensidade nos fluxos de capital

Frascaroli e Oliveira (2013) os anúncios de mudanças em classificação de risco país afetam os preços dos ativos, sobretudo daqueles com grau especulativo.

Os impactos causados pela classificação das agências provocam Para Reisen & Maltzan (1999) mais impactos sobre rendimentos das obrigações, sobretudo em títulos de países emergentes quando anunciadas simultaneamente (ou quase) por três agências. Quando o anúncio de rebaixamento (downgrade) provoca mais impacto, nas semanas subsequentes, que o de promoção (upgrade).

O segundo grupo não considera um poder tão grande como previsto pelo primeiro grupo. O argumento principal é que as agências só confirmam (tardamente) o que o mercado já antecipara.

Feri, Liu & Stiglitz(1999) *apud* Frascaroli e Oliveira (2013) argumentam, a favor do segundo grupo, que as agências de *rating* apresentam um comportamento pró-cíclico, pois promovem um país em condição de mercado claramente favoráveis e rebaixam em meio a turbulência econômico-financeira generalizada, assim, acentuaria uma tendência preexistente no país em questão (YWATA, p.257, 2012).

Para Lordon (2007) que argumenta também uma avaliação pró-cíclico das agências de *rating* afirma que deveriam ser contra cíclicas. Catastroficamente pró-cíclica quando deveriam ser contra cíclicas, as agências mantêm-se alheias na alta. Quando reviravolta acontece, lançam-se, apavoradas, a fazer a revisão das avaliações anteriores, contribuindo para transformar o sobressalto em colapso.

As críticas sobre as agências de *rating* se manifestam principalmente em períodos pós-crisis financeiras em destaque a crise asiática e a crise de *subprime* (YWATA, p. 263-270, 2012). Para Guessoum (2004) o processo de avaliação das agências está sujeito a problemas de transparência tanto nos modelos de avaliações quanto a padronização dos cálculos para todas as situações. Ainda sobre os mecanismo de análise Para Seitenfus (2004) os instrumentos analíticos não seguem uma padronização, na qual, suas fontes são variadas, irregulares, incompletas e pouco confiáveis.

Para a segunda situação sobre a avaliação de títulos de subprime que avaliaram em AAA, ou seja, uma avaliação de excelência, ou melhor avaliação dentro das agências de rating que significa capacidade extremamente forte para cumprir seus

compromissos financeiros. Para Pastré & Sylvestre (2005) as agências falharam por não avaliar adequadamente o grau de risco de títulos lastreados em dívidas imobiliárias e por aceitarem dois créditos sobre uma mesma garantia e há uma crise de interesse entre a prática de suas atividades, pois, para aumentar a sua rentabilidade agradam os clientes com melhores notas, já que tem ações cotadas na bolsa.

Como consequência de todo o poder que as agências de *rating* tinham até então, no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2008, as agências de rating foram acusadas de ser corresponsáveis pela crise financeira global. Ainda em 2008 o G-7 declarou que as agências de rating falaram e indicaram medidas efetivas para evitar conflitos de interesses. No Final de 2010, o Conselho de Estabilidade Financeira, vinculada ao G-20 financeiro

Desta forma, há uma discussão muito intensa sobre o poder que realmente tem as agências de *rating* e essa transborda para a credibilidades dessas agências, onde são colocadas em cheque várias situações críticas que países e empresas passaram e as agências não avaliaram de acordo com aquela realidade, ou seja, não tiveram poder de previsão.

“[...] NO GRANDE BANQUETE DA NATUREZA NÃO HÁ LUGAR PARA ELE”³⁰

*Kassia Larissa Abrantes Alves*³¹

De acordo com a Teoria da população de Thomas Malthus a população cresceria em progressão geométrica (em escala de 1,2,4,8,16...), enquanto os meios de subsistência, ou seja, os alimentos cresceriam em progressão aritmética (em escala de 1,2,3,4,5...) e diante dessa preocupação Malthus acreditava que chegaria o tempo ao qual não teria alimentos para todas as pessoas e isso causaria uma onda de miséria e pobreza. Porém o rumo deste artigo não é expor a teoria malthusiana, nem se posicionar a favor ou contrária a mesma, longe disso, o que busco é relacionar a questão do meio ambiente com o sistema capitalista, será que com o crescente avanço da produção e do consumo haverá espaço para todos no grande banquete da natureza?

O sistema capitalista se consolidou como um modo de produção extremamente eficiente e que a cada dia se desenvolve mais através do progresso tecnológico, mas que não impõe limites para atingir seu objetivo final que é a busca incessante por lucros e devido a isso enfrentamos diversos problemas de caráter econômico, social e ambiental. E é sobre o último que vamos nos ater, pois, com o avanço da produção sofremos não só com a exploração dos nossos recursos naturais mais também com o impacto que estes produtos após finalizados causam ao nosso ambiente.

Devido à grande escala de produção e as ‘necessidades’ do mercado consumidor estamos caminhando a uma crise ambiental em todo o planeta, pois, só é possível produzir se tivermos meios para realizar tal ação, sendo esses meios máquinas, equipamentos e matérias-primas, dentre essas o maior grau de exploração está no que diz respeito aos recursos naturais, onde muito é retirado da natureza e nada é repostado, os recursos são dos mais diversos, seja água, madeira, carvão mineral e entre outros. E quanto mais se produz mais se consome, ou seja, o produto finalizado chega ao mercado e logo mais a casa das pessoas, diante dessa dinâmica já podemos apontar alguns problemas, começando por a escassez de alguns recursos, pois a natureza é limitada, e mesmo assim consegue atender as nossas demandas mais não aguenta os nossos excessos, outros condizem ao desmatamento, falta de água, esgotamento do solo,

³⁰ Artigo escrito em março de 2016, baseado na frase de Thomas Malthus “Um homem que nasce em um mundo já ocupado não tem o direito de reclamar parcela alguma de alimento, no grande banquete da natureza não há lugar para ele”.

³¹Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e membro do Programa de Educação Tutorial (PET- Economia). E-mail: klarissaabrantesa@gmail.com

extinção de animais, aquecimento global, poluição (dos rios, do ar, do solo) e o nosso consumo exagerado agrava ainda mais esse problema da poluição, por que tudo que consumimos retorna ao meio ambiente como lixo.

Dessa forma diante dessa breve exposição a gente nota claramente que a natureza requer um certo cuidado e preocupação ao qual não estamos tendo, então nesse banquete que um dia foi farto será que tem espaço para todo mundo atualmente? Muito se questiona também sobre a duração do capitalismo, por quanto tempo este sistema ainda será vigente? Ou o mais certo é questionar por mais quanto tempo a natureza aguentará? Malthus em sua teoria não considerou que podia surgir um modo de produção ao qual garantiria uma quantidade de alimentos que supriria as demandas da população (considerando que o capitalismo de todos os sistemas que já existiram em termos de produção foi o melhor, porém enfrenta um grande problema em sua distribuição e que só existirá enquanto conseguir tirar proveito da natureza).

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E RESTRIÇÃO DE CRÉDITO A EMPRESAS³²

Mateus Cavalcante Honorato³³

Devido à grande crise econômica e financeira atual do Brasil, muitos setores do país passam por dificuldades atualmente, um desses setores é o de crédito onde muitos empresários estão se queixando da falta do mesmo e também da falta de bancos. Em meio à saída de instituições financeiras estrangeiras do Brasil, ao encolhimento dos bancos médios e à falta de capital dos bancos públicos, empresas brasileiras têm visto sumir o número de portas para bater em busca de dinheiro. A redução do número de bancos na ativa ajuda a amplificar os efeitos da atual escassez de crédito, resultado do temor das instituições em emprestar e não receber.

Um episódio que está acontecendo atualmente no Brasil são as vendas de dois dos maiores bancos estrangeiros no Brasil, Citi e HSBC, onde o HSBC vendeu sua unidade brasileira ao Bradesco e o Citi está a busca de um comprador para seu banco de varejo, onde se espera concluir sua venda até dezembro de 2016.

Muitas companhias que tomaram recursos no exterior precisarão, com a piora do risco de investimento no Brasil, repassar suas dívidas localmente. Assim mesmo com a inadimplência até dos bancos com o governo e instituições, os mesmos não têm estímulo para aumentar seu volume de empréstimos para controlar a inadimplência uma vez que há também inadimplência de pessoas físicas com os bancos. Por que para entendermos melhor a partir do momento em que as empresas em si sozinhas não conseguem controlar suas dívidas é formado um sindicato de bancos para arcar com a dívida dessas empresas, porém devido a já inadimplência dos bancos com outras instituições, começa a haver uma ausência de bancos para com esse sindicato. E aí uma grande importância de algum banco não participar do sindicato quando necessário pois um dos indicadores em dezembro de 2015 mostrava que os quatro maiores bancos do país detinham 74,5% do crédito.

Na visão do professor Leandro Novais e Silva da UFMG, há uma necessidade de se analisar o nível de concentração em cada produto da prateleira dos bancos, não apenas pelo crédito e depósitos de uma forma agregada.

³² Artigo escrito em Maio de 2016.

³³ Graduando de Ciências Econômicas e bolsistas do PET – Economia.

O professor também defende que em determinados segmentos o nível de concentração teve mudanças relativamente pequenas com a saída de concorrentes. Porém, do ponto de vista de quem toma a decisão de arriscar ou não no investimento, há uma percepção de menos opções para se procurar crédito.

Em resumo é que para se proteger da crise atual, com medo de sofrer risco de calotes alguns bancos não só restringiram o crédito como também o número de empresas com as quais trabalham, e deixaram de negociar com uma série de clientes. Devido a isso determinados segmentos, a concentração cresce. O crédito para empresas de médio porte, por exemplo hoje depende muito mais das instituições oficiais. Assim justamente aquelas companhias de melhor saúde financeira acabaram tendo de certa forma uma "sobra" na liquidez enquanto as mais endividadas ficaram para trás.

A PONTE PARA O ABISMO E OUTROS CAMINHOS³⁴

*Ray Araujo Duarte do Rêgo*³⁵

No último domingo, com direito a um verdadeiro circo midiático, praticamente consolidou-se o processo que depõe Dilma Rousseff do mais alto cargo do nosso executivo, entregando-o a seu companheiro de chapa, o peemedebista Michel Temer. Ao que tudo indica, tal movimento constitui um aprofundamento do caráter neoliberal do estado brasileiro. Caráter já ostentado sob a gestão petista, tendo em vista a manutenção das bases desta forma de governar que se tornou hegemônica a partir da década de 1980, embora se ensiasse uma política econômica de traços neodesenvolvimentistas, usando o estado para subsidiar o setor privado na missão de alavancar o crescimento e progresso técnico ao país.

Acontece que o governo não parece ter aprendido a lição histórica de que a burguesia não tem lealdade para com aqueles que não saíram do seu seio. Após a crise internacional finalmente ter pegado o país em cheio com a queda do preço das commodities e a capacidade do estado de sustentar a atividade econômica em baixa (muito graças à própria política de subsídios do período anterior) o setor privado abandonou o barco petista tomando posição de comando na conspiração para afundá-lo. O ajuste fiscal iniciado em 2015 foi a última tentativa de manter do seu lado as burguesias nacionais, principais aliadas que o PT escolheu em seu projeto de país, mas o resultado foi fracassado.

Agora o que se enxerga no horizonte é um agravamento do movimento de ajuste da economia e da política iniciado ano passado. O comando passa a estar nas mãos do PMDB, partido paradigmático do nosso sistema político oligárquico e antidemocrático, onde prevalece o poder de poucas empresas financiadoras, que ditam o rumo que toma o país. E o que se depreende dos discursos de membros do partido e do próprio programa peemedebista, chamado “Ponte para o Futuro”³⁶, lançado no fim do ano passado e endossado por Temer, é o avanço sobre os direitos dos trabalhadores de modo a facilitar a acumulação em todas as suas formas. A constituição de 1988, em muitos sentidos uma barreira de proteção importante contra os ataques aos direitos

³⁴ Artigo escrito em junho de 2016.

³⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela UFCG. Integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: raydduarte@gmail.com

³⁶ Pode ser acessado em http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

sociais, é uma fronteira que o projeto neoliberal a partir de agora tentará ultrapassar com uma violência poucas vezes vista.

O ataque está consubstanciado principalmente na intenção de reduzir o vínculo existente entre porcentagens do orçamento e setores considerados essenciais pela constituição, como seguridade social, educação e saúde. Ou seja, deseja-se ampliar a desvinculação das receitas da união (DRU). A grita tantas vezes proferida contra essa rigidez do orçamento, principalmente em tempos de ajuste fiscal, estará mais do que nunca próxima de ser atendida através de emenda constitucional, com o forte apoio do executivo federal. A finalidade dessa medida que levaria abaixo uma das mais importantes consolidações das lutas por direitos no país é a produção de maiores superávits primários para pagamento da dívida, que segue alimentada por uma taxa de juros altíssima e inquestionável.

A questão a desvinculação das receitas da união está intimamente ligada com a previdência social, cuja forma adotada no Brasil também sofre duras críticas e é considerada por muitos como problemática pelos déficits que geraria, que agravariam o problema fiscal ao longo dos anos. Acontece que, como já foi amplamente exposto³⁷, a DRU faz com que boa parte dos recursos que seriam destinados para a previdência de acordo com a carta constitucional seja desviada para outras finalidades, o que gera o suposto rombo nos saldos do programa. Pois bem, junto da ampliação da DRU, também está na agenda do governo Temer a reforma da previdência, que elevaria a idade mínima para aposentadoria para 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, fechando o programa a novos entrantes.

No que se refere aos direitos trabalhistas, o programa do PMDB também guarda planos audaciosos. Pode-se destacar o interesse no fim da indexação de benefícios sociais (como o abono salarial, seguro desemprego e benefícios previdenciários) ao salário mínimo e a maior flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que envolve o alargamento das situações em que seria permitida a terceirização e uma maior liberdade para que os acordos coletivos entre empresas e sindicatos/trabalhadores prevaleçam sem a interferência da legislação.

É importante ressaltar que, em alguma medida, essas medidas também eram pauta do governo Dilma, embora existisse maior pressão no sentido contrário por sua base de apoio, o que não aconteceria no novo cenário. Isso deixa claro que o caminho a

³⁷ A professora Denise Gentil, da UFRJ, tem importante pesquisa sobre o assunto: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/deficit-da-previdencia-a-grande-fraude/>

seguir não pode se guiar pelas formas de governo e política que temos até agora, foram elas próprias que nos conduziram a este cenário. Durante os últimos doze anos, só fez se fortalecer um sistema político profundamente antidemocrático e incapaz de dialogar com as demandas reais da população.

É preciso lutar inequivocamente contra um governo erguido sobre um golpe de estado, ilegal e ilegítimo. Nesse processo também aparece a necessidade de buscar novas formas de luta e organização, formas que levem em conta a pauta cada vez mais urgente de uma democracia mais direta. É preciso negar energicamente a suposta “ponte para o futuro” e ao mesmo tempo lutar pela possibilidade real das pessoas construírem elas mesmas o caminho a seguir. Agora talvez seja possível ir além da defesa do “menos pior”, agora que este sistema político aparece claramente desacreditado e indefensável é preciso ir além, pensar e propor novas possibilidades.

UMA REFLEXÃO SOBRE O DESASTRE DA SAMARCO MINERADORA³⁸

Viviane Juliana Oliveira Silva³⁹

Atuando desde 1977 no mercado brasileiro, a fabricante de pelotas⁴⁰ Samarco Mineradora S.A, até o ano passado era a 10ª maior exportadora do país. Formada por um joint venture entre a Vale e a maior empresa de mineração do mundo BHP Billiton, a Samarco possui uma capacidade de produção de 30,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, emprega cerca de três mil trabalhadores e possui uma cadeia de 3,5 mil fornecedores. As unidades industriais localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo são interligadas por três canais com cerca de 400 quilômetros de extensão cada, que servem para transportar a polpa de minério de ferro de um estado para o outro. A extração e beneficiamento do produto são realizados nas Minas de Germano e de Alegria, situadas nas cidades de Mariana e Ouro Preto (MG). Em Anchieta, no Espírito Santo, se encontram as quatro usinas de pelotização. Toda a produção da Samarco é escoada através de um terminal marítimo próprio que fica localizado na região de Ubu.⁴¹

No dia 5 de novembro de 2015 a população de um distrito de Mariana - Bento Rodrigues - em Minas Gerais, existente desde 1916, foi surpreendida com a perda total dos seus bens. Cem anos de história de uma população ficou debaixo de lama. O rompimento de duas, das três barragens existentes na mina de Germano liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração que continham principalmente óxido de ferro e água, formando uma densa lama que devastou o distrito de Bento Rodrigues e deixou rastros de destruição conforme avançava pelo Rio Doce, chegando por fim ao mar no Espírito Santo. Pessoas perderam suas casas, outras perderam a vida, houve contaminação na água destinada para consumo gerando problemas de saúde em muitos indivíduos, os danos ambientais são até hoje incalculáveis e possivelmente irreversíveis. Foi considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil. Existe punição monetária que repare tamanha perda?

A mineração é uma atividade costumeiramente vista com maus olhos pela maioria das pessoas, visão justificada pelas inúmeras tragédias e danos ambientais

³⁸ Artigo escrito em Abril de 2016.

³⁹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: vivianejuliana5@gmail.com.

⁴⁰ Matéria-prima para a fabricação de minério de ferro.

⁴¹ Informações contidas na revista ISTOÉ Dinheiro. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20151106/conheca-samarco-mineradora-por-tras-tragedia-mariana/315358>

registrados na história mundial⁴². Porém, a humanidade jamais teria conseguido evoluir se não fosse essa atividade, que proporciona a formação de bens essenciais para a manutenção da vida humana. O intuito deste ramo é promover mais benefícios do que malefícios, porém, o que ocorre é a negligência por parte das autoridades de fiscalização responsáveis, brechas na própria legislação e a imprudência de muitas empresas, incluindo as grandes empresas do setor. Tais afirmações podem ser facilmente exemplificadas quando analisamos a própria mina de Germano, onde possivelmente houve negligência, uma vez que, explorações de tamanha magnitude exigem um grande planejamento, começando das licenças ambientais requeridas⁴³, não findando no período de fechamento da mina, mas indo até o processo de recuperação da mesma. Essas ações devem ser apresentadas e comprovadas antes de sua exploração, a fim de evitar qualquer dano. Estudiosos locais citam uma série de negligências, que se atentadas poderiam ter evitado a tragédia. Houve falhas que até mesmo um leigo no assunto identificaria como, por exemplo, o tamanho da barragem de contenção, que serviria para uma possível ruptura da barragem de rejeitos, que possuía capacidade inferior para conter um acidente como o ocorrido; a inexistência de pelo menos um sistema básico com sirenes para alertar a população vizinha e os trabalhadores da própria mina sobre eventuais acidentes; dentre outros, que denotam falhas das autoridades fiscalizadoras e da própria empresa.

O prejuízo líquido que a mineradora teve em 2015 foi de R\$ 5,84 bilhões de reais. O Valor Econômico divulgou recentemente que só em provisões para possíveis contingências relacionadas ao caso foram dispensados R\$ 9,83 bilhões da empresa, gastos efetivamente R\$ 144,4 milhões.⁴⁴ Desde novembro de 2015 a mineradora está paralizada e a economia da região também. Cerca de 90% das arrecadações do município são provenientes da empresa, que também gera empregos na região e basicamente comanda a economia local. A previsão é que com ausência das duas barragens a produção de minérios diminua e conseqüentemente o dinheiro que circula no comércio também.

⁴² Recordando algumas dessas tragédias marcadas por sua grande magnitude, temos: **Honkeiko, China (1942), cerca de 1.600 pessoas morreram em decorrência de um acidente em uma mina de carvão, espalhando esse material pela região; Chasnala, Índia (1975), uma mina de carvão explode e sete milhões de litros inundam a caverna com 372 mortos. Romênia (2000), substância utilizada para purificar metais preciosos, o cianeto vazou e contaminou os rios próximos a região de Baia Mare com metais tóxicos.** Dentre outros exemplos.

⁴³ Resolução CONAMA no 09/90 prevê três tipos de Licença Ambiental: Licença de prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

⁴⁴ Notícia disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4543375/samarco-tem-prejuizo-de-r-58-bilhoes>

Meses depois da tragédia, a situação que perdura no local é de um sentimento no mínimo ambíguo: por um lado, a luta para que a justiça seja feita e que a mineradora arque com os prejuízos causados, por outro lado, a necessidade de que ela não venha a falência, pois é a maior garantidora de renda na região.

A delicada situação certamente poderia ter sido evitada se perdurasse uma consciência preventiva nos empresários, que parecem manter ainda um pensamento retrógrado de que a prevenção de acidentes e o respeito com o meio ambiente consistem em custos que podem relevar. Também é lamentável que a maior tragédia ambiental da história do país não tenha sido suficiente para chamar a atenção dos órgãos competentes, que deveriam aplicar punições mais severas e demonstrar maior rigor no cumprimento das leis, tendo em vista que as consequências desses descasos, em sua maioria, são irreparáveis.

A BIRFUCAÇÃO DE IMMANUEL WALLERSTEIN E A CONJUNTURA BRASILEIRA

Alexandre Silva Lima⁴⁵

Em 2012 assistia uma entrevista com o sociólogo Immanuel Wallerstein avaliava o otimismo e o caos do capitalismo, e indicou a crise de 2008 dez anos antes, embora não tenha dificuldades em um modelo que gera crises constantes, o fim do império americano e desintegração do sistema capitalista e que uma ação individual poderá modelar o novo comportamento social.

Na defesa de suas previsões ele analisa a economia dos séculos recentes (XIX e XX) que o Estado é predominante na forma como as coisas aconteciam, e que no XXI o Estado não possui mais este peso. E que o Sistema do Mundo Moderno, como ele o nomeia, ainda insiste ignorar a temporalidade e a busca desde o século XVI do mundo todo em um único modelo econômico capitalista. E separa as esferas políticas, econômicas e sociocultural. E visualiza que nenhum sistema dura eternamente, independente de tamanho, embora seja necessário saber como surgiu, funciona e entra em colapso, assim compreendendo sua lógica. Assim chegara o momento que a diminuição de lucro na produção e a instabilidade do mercado fará que os próprios investidores percam a credibilidade no sistema. E assim, dentro deste contexto o mercado buscará uma saída, uma reformulação, havendo uma bifurcação: Espírito de Davos (hierarquizado, exploradora e polarizado) e Espírito de Porto Alegre (democrático e igualitário), como define Wallerstein, e tudo será resultado de um tempo de insegurança física, financeira e sem tempo para as resoluções, neste momento o livre arbítrio pode explodir, e uma personalidade poderá conduzir a um desses dois caminhos levado os povos a desaprender o que aprendemos.

Neste momento parece que Wallerstein é a cartomante que leu o futuro brasileiro. O livre arbítrio explodiu e foi para as ruas justamente pelo sentimento de abandono, insegurança e com a sede resposta imediata que provocou o ponto da reformulação ou a tal bifurcação dita pelo sociólogo. Com uma esquerda desarticulada, movimentos sociais engessados e desmobilizados ficou inviável a saída para o Espírito de Porto Alegre. E o que não podia acontecer, aconteceu! Entramos no caminho de Davos, e a personalidade que nos fez tomar esse caminho não se chama Michel Temer e sim Eduardo Cunha. Este não precisou do apoio da sociedade mas teve das pessoas que

⁴⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com

precisava, articulando a intensificação da crise brasileira que já estava em curso, desmantelou o processo democrático que seguia seu aperfeiçoamento e foi justamente nas falhas deste modelo que Cunha se aproveitou para nos reencaminhar para a globalização ou modelo neoliberal.

Immanuel não mostrou qual seria o resultado desta leitura, mas desde sua primeira semana parece que o novo governo implantado por Eduardo Cunha e representado por Michel Temer retrocedeu duas décadas.

SER MULHER PRETA E POBRE: A LUTA DAS MULHERES NO BRASIL E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NA PERIFERIA

*Alice Davi Ferreira*⁴⁶

Se analisarmos a conjuntura a partir de meados do século XX até os dias atuais, notaremos a crescente luta das mulheres reivindicando seus direitos civis, sua liberdade, entre outras importantes pautas. Ocorreram transformações significativas neste período, como conquista do voto, melhores condições de trabalho, divórcio e proteção no caso de violência doméstica. Porém, mesmo com as conquistas advindas da luta das mulheres, o patriarcado ainda é estrutural na sociedade capitalista e as mulheres ainda são, cotidianamente, vítimas do machismo. Isso se expressa em diversas situações: as mulheres continuam sendo menos remuneradas, embora exercendo a mesma função dos homens, continuam sendo violentadas, sexualizadas etc.

Na atual conjuntura, além das dificuldades encontradas no exercício do direito, vivemos uma avalanche de retrocessos na sociedade brasileira em relação aos direitos das mulheres, como demonstra as pautas reacionárias presentes no Congresso Nacional, por exemplo: o Estatuto da Família, a PL4330, que é um Projeto de Lei da Terceirização que afeta principalmente as mulheres, pois são maioria nos empregos terceirizados, a PL 5069/13, que é uma mudança no Código Penal para punir trabalhadores da saúde que auxiliem mulheres vítimas de estupro ao acesso à pílula do dia seguinte. Essas propostas são decadência explícita em relação aos direitos, em geral, e das mulheres, em particular.

É importante saber que a partir do feminismo/luta das mulheres é que foi possível que ocorresse todas essas mudanças em favor das mulheres. O feminismo é um movimento que luta contra a dominação patriarcal e em prol da igualdade entre homens e mulheres. Um movimento que, felizmente, vem crescendo. Entretanto, observo que em relação à luta das mulheres, na maioria das vezes, o feminismo só chega a mulheres brancas, mulheres como eu, de classe média. Mulheres que possuem acesso à informação, mulheres que estão nas universidades - um ambiente extremamente seletivo -, mulheres que vão para a Marcha das Vadias - um movimento que não abrange as pautas de luta das mulheres da periferia porque nele as mulheres estão lutando por pautas que partem do feminismo liberal, pregando pautas ligadas a questão do corpo, da liberdade de se vestir, que não chegam à realidade das mulheres pretas e pobres da

⁴⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: alicedavi1997@gmail.com.

periferia. Estas estão lutando para sobreviver, ter o que comer, alimentar seus filhos, não serem assassinadas por seus companheiros, terem acesso à saúde e direitos etc. São pautas diferentes.

É a partir desta particularidade das mulheres da periferia que parto para desenvolver meu objetivo de mostrar uma realidade que a maioria das pessoas esquece que existe. Antes, me sinto no dever de explicar que essas mulheres que citei (as mais privilegiadas socialmente) continuam sofrendo com o machismo. Ele está presente nas mínimas atitudes, nos pensamentos, nas vestimentas, nas intenções. Ele está tão enraizado que, além de vítimas, nós- mulheres - reproduzimos toda essa lógica que nos oprime. Ele está presente também em nossas afirmações, em nossas visões de mundo.

Mas a realidade e os desafios vivenciados pelas mulheres da periferia demonstram uma diferença gritante nas opressões vivenciadas. As companheiras da periferia são, em sua maioria, negras e pobres. Elas, sim, são as mais afetadas com todos esses retrocessos que estão ocorrendo nos nossos direitos. De acordo com o Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais (FLACSO) e lançado dia 9 de novembro de 2015, o número de mulheres negras mortas cresceu 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), enquanto que o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período.

As mulheres negras, em sua maioria, são trabalhadoras domésticas, já que não existe em suas realidades a possibilidade de ingressarem em uma universidade e assim tornarem-se aptas para a inserção num mercado de trabalho menos desigual. Segundo o IPEA (2011), em um estudo sobre a situação das trabalhadoras domésticas no país “as mulheres negras representavam, em 2009, 61,6% do total de mulheres ocupadas no setor. A participação das mulheres negras aumentou ao longo do tempo, pois em 1999, este grupo respondia por 55% do total. Do conjunto geral de mulheres ocupadas em 2009, 17% (6,7 milhões) tinham o trabalho doméstico como principal fonte de renda.”. São elas, as mulheres negras e pobres, que mais sofrem com a precarização do trabalho e com a PL 4330 (PL da Terceirização).

No sistema capitalista, racista e patriarcal, essas mulheres são violentadas por esses três sistemas opressores. Sofrem além do machismo nosso de cada dia, o racismo delas de cada dia. Elas continuam a carregar as desvantagens desse sistema, porque também são pobres, são marginalizadas. O alcance do feminismo a essas mulheres, à classe trabalhadora é, em parte, insignificante. A luta feminista também precisa fazer sentido para elas. A questão é que todo esse problema é estrutural. É consequência do

contexto histórico brasileiro de escravidão, de corrupção, de desigualdade, de uma burguesia dependente (classe dominante desde a consolidação do capitalismo dependente no Brasil no século XIX), e claro, do patriarcado.

Diante do exposto, aponta-se como desafio permanente o enfrentamento da violência contra a mulher para acabar com as mortes, a luta em defesa da legalização do aborto, a luta contra as imposições machistas do sistema. Aponta-se ainda a necessidade da promoção principalmente na periferia de debates sobre empoderamento, sobre a importância de não nos silenciarmos, através de metodologias que propiciem uma tomada de consciência.

MÍDIA INFORMADORA OU MÍDIA MANIPULADORA⁴⁷

Ednaldo de Almeida⁴⁸

As pessoas são o que elas vêem e leem.

A mídia ao longo do tempo passou por vários períodos de censura nos quais ela tinha cerceada sua liberdade na divulgação das suas notícias, o que impactava no modo como a sociedade percebesse o que estava acontecendo. O tempo foi passando e pouco a pouco a censura foi deixada de lado, deixando a censura de lado a democracia se firmou. Como diz Alexandre Morais:

A liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também aquelas que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a Democracia somente existe a partir da consagração do pluralismo de ideias e pensamentos, da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo⁴⁹.

Por muito tempo a mídia sem censura e a democracia eram quase a mesma coisa, pois a mídia tinha como objetivo mostrar para a sociedade o que está acontecendo. Deste modo não podemos negar que a mídia possua relevância ímpar para a manutenção de uma democracia e bem-estar, entretanto, isso não significa que às custas deste argumento ela possa manipular, ainda que de forma velada. Pois a mídia vem aproveitando do passado para manipular a sociedade.

Não há dúvida que consumimos e fazemos o que a mídia estimula, o mundo hoje em dia é controlado em boa parte pela mídia e ninguém tem o poder de lutar só contra isso porque ela não anda só, a mídia constituída pelos grandes empresários e pelos políticos, quase tudo que se absorve é a favor dessas pessoas. Desse modo devemos questionar: até que ponto a mídia deve atuar e quais os seus limites em um Estado verdadeiramente democrático?

Se não colocar limites a sociedade será uma marionete alienada visto que ela absorve as informações. Desse modo deve-se criar um órgão que penalize a mídia quando ela trabalhe contra o bem-estar da sociedade. Como diz a CF/88 no seu art.5º, p. IX, garante o princípio a liberdade de expressão, mas, faz-se necessário e imperioso que

⁴⁷ Artigo escrito em junho de 2016.

⁴⁸ Estudante do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do PET-Economia. E-mail: edprata45@hotmail.com.

⁴⁹ MORAES, De Alexandre. Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral – comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Doutrina e jurisprudência. São Paulo, Editora Atlas S.A. – 1998.

tal liberdade seja delimitada. Tal delimitação, refere-se ao princípio “mãe” do ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana, que tem como objetivo garantir que os direitos fundamentais de cada cidadão não sejam violados. O princípio da dignidade da pessoa humana, também se reporta a ideia democrática, como um dos fundamentos do Estado de Direito Democrático.

Quase todos os tipos de entretenimentos estão ligados ao consumo, como por exemplo a mídia televisiva que cada dia que passa vem trabalhando em prol da obsolescência programada, pois marketing que vem sendo utilizado forçam o consumidor a consumir o que ele não necessita, o marketing da mídia tem um poder muito grande de persuadir o consumidor a consumir. Os bebês desde que saem da barriga da sua mãe já são alvo da mídia pois ela os alienará assim que ele entra em contato com ela. A mídia brasileira desde o período de Juscelino Kubitschek vem colaborando para que a sociedade consumisse mais e mais, a mídia mais os capitalistas aproveitaram das fragilidades da sociedade pós-segunda guerra e inseriu o consumismo, a mídia com o papel de treinar ou mesmo induzir a sociedade a consumir e consumir. A mídia informa o que lhe é favorável favorecendo os políticos e empresários.

O país passou por um período de Impedimento presidencial ou de golpe e vimos muito bem o poder da mídia na sociedade manipulando tudo e todos criando e plantando na cabeça da sociedade as suas “verdades”, distorcendo informações e imagens, criando cenários desfavoráveis a um e favorecendo o outro.

A mídia televisiva não começou a fazer essas manipulações hoje, ela vem desde muito tempo favorecendo um partido político maior que os outros, os debates desde sempre são controlados e manipulados pela mídia como por exemplo no debate político de 1989 entre Lula e Collor, a globo manipulou o debate de modo a favorecer Collor.

Boni (2011), admitiu que a emissora assumiu o lado de Fernando Collor de Mello. Segundo ele, após ser procurado pela assessoria do ex-presidente, o superintendente executivo da Globo, Miguel Pires Gonçalves, pediu que ele palpitasse no evento. “Eu achei que a briga do Collor com o Lula nos debates estava desigual, porque o Lula era o povo e o Collor era a autoridade”, contou. “Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma ‘gliceriazinha’ e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula – mas as pastas estavam inteiramente vazias ou com papéis em branco”, disse Boni. “Todo aquele debate foi [produzido] – não o conteúdo, o conteúdo era do Collor mesmo -, mas a parte formal nós é que fizemos⁵⁰”.

⁵⁰ BONI, Mariano. Debate sobre a eleição presidencial do Brasil 1989. Redenção pragmatismo.29/Nov/2011

Com isso devemos questionar, será o que isso só foi feito uma, duas ou três vezes ou acontece sempre?

Esse impedimento ou golpe ocorreu porque a sociedade quis ou porque a sociedade foi manipulada? Que autonomia a sociedade tem nos seus atos, qual a verdade é verdadeira? Diante desse fato a sociedade têm que se banhar de várias fontes, pois banhando se de várias fontes podemos ver qual notícia que mais se repete e desse modo teremos mais probabilidade de acreditar na notícia certa. Pois nos tempos de hoje não são 100% confiáveis. Pois a mídia já trabalha em prol da sociedade mais sim das grandes corporações, dos interesses políticos de uma minoria e de sua própria estratégia de mercado.

IMPACTOS DAS OLIMPIADAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

*Gilson da Silva*⁵¹

A cidade do Rio de Janeiro concorreu para ser sede dos Jogos Olímpicos do mundo, que envolve diversas modalidades esportivas, e que até a segunda metade do século XX só eram realizados em países desenvolvidos⁵². Para que o País entrasse na disputa, era necessário justificar todo o gasto e mostrar que o valor investido teria impacto positivo na cidade sede, ou até mesmo no País inteiro, era necessário justificar todo o gasto e mostrar que o valor investido teria impacto positivo na cidade sede, ou até mesmo no País inteiro.

Diante disso um orçamento do Ministério dos Esportes foi enviado à Fundação Instituto de Administração (FIA) que estimava que o as Olimpíadas movimentariam cerca de US\$ 51 Bilhões⁵³ em recursos e gerariam 120 mil empregos que acabariam por não só beneficiar o Rio de Janeiro, mas também outros Estados. Parte desses gastos foram utilizados para melhorias na infraestrutura de transportes e mobilidade urbana para a cidade-sede, o que é considerado um investimento a longo prazo. Entretanto, uma coisa é saber que os jogos olímpicos proporcionam uma melhora econômica localizada e outra de que o valor investido poderia ter um destino diferente, especialmente em um país que ainda tem problemas com carências básicas, como a educação e a saúde, por exemplo.

Com o final das Olimpíadas a cidade-sede enfrenta diversos problemas com que terão que solucionar após o termino das olimpíadas. Há alguns dias Air Liquide, que fornece oxigênio para 8 hospitais do Rio de Janeiro, anunciou que pode suspender o fornecimento por falta de pagamento⁵⁴. Entre outros diversos questionamentos que vem à tona com o fim das olimpíadas é do que será feito com os aparelhos olímpicos após os jogos. Não é um problema enfrentado apenas no decorrer das olimpíadas, hoje estádios como o de Manaus e o de Brasília, construídos para a copa do mundo estão vazios que serão seguidos por arenas olímpicas vazias no Rio.

⁵¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), membro do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e. E-mail: g.glucz@mail.ru

⁵² Exceção feita ao México em 1968.

⁵³ Orçamento gasto chegou à US\$39 bilhões, menos do que o esperado.

⁵⁴ Publicado em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/afinal-as-olimpiadas-ajudam-ou-nao-a-economia>

⁵Publicado em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/olimpiadas-deixarao-beneficios-mas-nao-alteram-recessao-diz-moodys.html>

De um ponto de vista econômico, sediar as olimpíadas no meio da crise que, hoje, se encontra o Brasil não é algo ruim, pois de certa forma acaba movimentando positivamente a economia, mesmo que a curto prazo. Um modelo sempre utilizado foram as olimpíadas de Barcelona em 1992. À época, o evento teve um orçamento bastante alto para os padrões, mas o legado das olimpíadas tornou a cidade como um dos maiores pontos turísticos do mundo.

A partir de todas as informações, sabemos que os US\$ 39 bilhões gastos para sediar as olimpíadas poderiam ter sido direcionada para outras áreas, como a educação, saúde, transporte e entre outras. Certamente as olimpíadas trouxeram benefícios, como recursos financeiros com a chegada dos turistas, criação de milhares de empregos com as obras do parque olímpico, melhoria na segurança. Mas, isso tudo é passageiro. Enquanto a população estava eufórica com as olimpíadas, com a vibração dos atletas ganhando medalhas para o nosso país, todos os problemas acabaram sendo “abafados”. Mas, e depois?

IMPEACHMENT, A VITÓRIA DOS CORRUPOTOS⁵⁵

Francisca Lucena Ribeiro⁵⁶

O que devemos esperar ao encerrar-se o dia de hoje, 17 de abril de 2016: o esmagamento da democracia e dos direitos sociais e trabalhistas? A anistia de Eduardo Cunha por seus crimes? O que esperar, após se ver a transgressão declarada ao direito de voto dos mais de 50 milhões de cidadãos? É possível acreditar numa reviravolta em favor do povo nos dias que se seguirão? Necessitamos olhar com cautela para um momento que não se dará apenas numa votação de admissibilidade do processo de impedimento de um governo. Tal encaminhamento traz fortes características de que seus resultados não serão positivos para a nação e aguardamos – para fugir do totalmente pessimistas – que estejamos equivocados.

Domingo (17), consolidou-se na Câmara, com 342⁵⁷ votos mínimos, a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Partido do Trabalhadores – PT). Conduz-se o agora para o Senado, que terá até 19 do mês em curso para dar aceitação sobre o pedido e providenciar comissão de análise e elaboração de parecer de seu afastamento por 180 dias, até julgamento. Para isto o Senado precisará de 50% de aprovação no rito. O presidente, Renan Calheiros (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), informou de antemão que não fará nenhum esforço para agilizar o processo, seguindo assim o andamento normal de suas atividades. A ordem das ações se dará conforme orientação já estipulada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Afastando-se a Presidenta de suas funções, o seu vice Michel Temer (PMDB) tomará posse em seu lugar, temporariamente. Por várias vezes, o mesmo demonstrou declaradamente e sem nenhum escrúpulo, ser um dos articuladores da derrota do governo Dilma, juntamente com Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, que por sinal será o vice-presidente do país, caso a apreciação final seja positiva aos opositores. Uma ação (impeachment) forjada, sim forjada, porque traz a ideia de

⁵⁵ Artigo escrito em abril de 2016. O título faz referência as palavras da Deputada portuguesa Joana Mortágua, num discurso sobre o Impeachment no Brasil, em sessão plenária. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b76pGr_5vQw

⁵⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia), integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da conjuntura Econômica (GAACE), e membro do Grupo de Estudos História e Marxismo (GEHM – Curso de História, UFCG). E-mail: shorayaxica@gmail.com

⁵⁷ Dados finais de votação: 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados.

jurídico, legal e legítimo quando na realidade é apenas uma manobra que atende a interesses políticos, e acima de tudo, pessoais.

Cerca de 60%⁵⁸ dos deputados que a julgaram na abertura do processo estão envolvidos em crimes de desvios de dinheiro público, improbidade administrativa entre outros, inclusive alguns deles em diversas fraudes, como os possíveis futuros Presidente e Vice. Portanto, políticos sem nenhum respaldo ético e moral, capazes de validar todos os “sins” dados, no domingo (17), naquela Casa. É importante não deixar de relatar, que no dia 16/03/2015, pouco mais de um ano atrás, Eduardo Cunha, em determinado programa⁵⁹ televisivo, afirmava com toda convicção que tal procedimento não atendia aos parâmetros constitucionais, e sendo Dilma impedida de terminar seu governo, sem causas legítimas, seria abrir precedentes para destituir qualquer vindouro governo pela simples queda de popularidade ou por qualquer outro motivo, tão banal quanto.

Ao final do mesmo ano (2015), 02 de dezembro⁶⁰, o Presidente da Câmara aceitou a petição de impedimento de mandato da presidenta, logo após a bancada do PT haver divulgado oficialmente que votaria a favor do processo de cassação do mesmo no Conselho de Ética da Casa, por ter sido denunciado⁶¹, por vários delitos, como fraudes de licitações e desvios na Petrobras. Sua então atitude não se coadunou com seus posicionamentos iniciais, demonstrando claramente o viés de autoproteção, de retaliação, manobra encontrada para livrar-se dos processos pelos quais seria julgado.

Contra a presidenta Dilma não corre apenas o impeachment, em via paralela a ele no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), julga-se uma possível anulação de chapa⁶² da presidenta e seu vice por prováveis irregularidades de campanha em 2014. Tais inconformidades sendo comprovadas, o Tribunal poderá desde apenas multar até retirar o poder presidencial de ambos. Ocorrendo a cassação⁶³ ainda na primeira parte de seu mandato, o país é assumido pelo presidente da Câmara por 90 dias, devendo prover eleições diretas (por meio do voto da população). Caso contrário, acontecendo na

⁵⁸ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_latimes_impeachment_rm

⁵⁹ TV Cultura - Programa Roda Viva: Entrevista com Eduardo Cunha, 16/03/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdozGwcC5DE>

⁶⁰ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_impeachment_pedido_pai
⁶¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/08/procurador-janot-denuncia-eduardo-cunha-ao-stf-por-corrupcao.html>

⁶² Jornal El País. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444179431_239992.html

⁶³ Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tse-reabre-acao-que-pede-a-cassacao-da-chapa-eleitoral-de-dilma-390.html>

segunda metade do tempo de exercício do governo, caberá ao Congresso Nacional decidir através de voto indireto quem assumirá a presidência do Brasil.

A ação⁶⁴ (impugnação de campanha) foi movida ao TSE pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), derrotado nas eleições de 2014. Segundo uma das alegações do partido, Dilma havia recebido doações não informadas de empresas investigadas pela “Lava Jato”⁶⁵. Porém, há uma questão de difícil ingestão, o próprio PSDB também está sendo investigado pelos mesmos atos que condena. E diferentemente da primeira, no qual não se comprovou ainda as irregularidades informadas no pedido, existem fortes indícios de desvios para a “Coligação Muda Brasil” (PSDB).

Perante a conjuntura, muitos são os argumentos de situação e de oposição. Não vamos nos deter a todos, mas somente aqueles tidos como principais para o processo que está em curso – o impeachment, pois o outro está parado no TSE e considerando a profundidade do mesmo, merece um debate mais amplo em outro momento. O citamos com o intuito de evidenciar que a governamentalidade do país sofre bombardeios por todos os lados. Os argumentos da oposição, e aceitos pelo relator Jovair Arantes afirmam⁶⁶: 1) que a presidenta feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quando da assinatura de decretos de suplementação orçamentária em 2015, emitidos entre julho e agosto, sem autorização do Congresso Nacional, e após o governo já haver admitido que não conseguiria atingir a meta fiscal do ano violando também a LDO (Leis de Diretrizes Orçamentárias); 2) atraso nos repasses dos recursos da conta do Tesouro para o Banco do Brasil, a Caixa econômica Federal, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), os quais teriam empregado recursos próprios na quitação de programas de responsabilidade do Governo Federal, como: Plano Safra, Programa de Sustentação de Investimento (PSI), Minha Casa Minha Vida, Seguro Desemprego, etc. Configurando-se operações de créditos ilegais, pois a LRF proíbe operação creditícia entre instituição financeira estatal e o ente Federativo que a controla.

⁶⁴ Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Outubro/tse-decide-prosseguir-com-acao-que-pede-cassa-cao-de-dilma-rousseff-e-michel-temer>

⁶⁵ Operação realizada pelo Ministério Público Federal para investigar uma rede de movimentação de recursos ilícitos relacionados a Petrobras. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

⁶⁶ Parecer da Comissão sobre Crime de Responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff. Relator Deputado Jovair Arantes. Disponível em: <http://ep00.epimg.net/descargables/2016/04/06/cdb829960d4d3daebcf03c2f0c401c5.pdf>

E a situação, o que diz? Na pessoa do Advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, afirma-se⁶⁷: 1) primeiramente que os decretos suplementares assinados não violam as leis orçamentárias e de responsabilidade fiscal, porque não acresceram em nenhum centavo as despesas do governo, mas os atos permitiram aplicar em outras áreas verbas já existentes. Assegura que o governo Federal fez em 2015, o maior contingenciamento de gastos da história do país, justamente para não ferir a LRF e os decretos somente foram realizados devido solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), órgãos do Judiciário, e após serem validados pelo corpo técnico do governo, não havendo, mesmo que incorretos, má fé da presidenta. Ressalta ainda que no fim do mesmo ano, o próprio Congresso autorizou ao governo crescer o déficit nas contas públicas, possibilitando o Tesouro Nacional quitar todos os valores em atraso, orçados em R\$ 55,6 bilhões⁶⁸. Com isso, foi possível iniciar o primeiro ano do atual mandato com estas questões já solucionadas; 2). As pedalas fiscais são atrasos nos repasses e não se enquadram em operações de créditos, porque o TCU sempre autorizou o repasse posterior aos bancos responsáveis por pagamentos de benefícios públicos, além de as contas referentes ao ano 2015 não terem sido analisadas pelo Tribunal não devendo, portanto, tais objetos mover o processo de impeachment, o que o torna viciado e inconstitucional.

É um procedimento jurídico-político, e está seguindo os trâmites legais, mas a forma com o qual está sendo conduzido descaracteriza sua legitimidade. Pois traz em suas entranhas a não aceitação da derrota pelos candidatos oponentes nas eleições passadas. A rejeição dos políticos corruptos pelas invalidações de seus mandatos. E a recusa de um governo, que mesmo não fazendo o que seria suficientemente necessário para as camadas menos privilegiadas, fez o bastante para desagradar a elite conservadora brasileira. No final, utilizamo-nos das palavras da Deputada portuguesa Joana Mortágua⁶⁹, que diz: uma pergunta nos é obrigatória – “o impeachment resolve algum dos problemas de corrupção do Brasil? ”. Nem precisaríamos responder, mas para sermos fiéis ao esforço de nossas convicções – não, e no entanto, o impeachment se configura na vitória dos corruptos.

⁶⁷ Defesa de Dilma Contra o Impeachment, por José Eduardo Cardozo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LmSqB71dhKA> e <https://www.youtube.com/watch?v=Yk1O4wxUk9w>

⁶⁸ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160402_defesa_dilma_ms_rb

⁶⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b76pGr_5vQw

REFORMA POLÍTICA: A PARTIR DA BASE DO PODER⁷⁰

Joelson da Costa Barbosa⁷¹

Estamos vivenciando uma terrível fase política, fase esta, que nos remete a momentos de outrora vividos nas décadas de 1960/70, durante a ditadura militar. Como um dos resultados dos movimentos sociais desta época, surgiu a proposta da reforma política que, apesar de tão propagada, não foi realizada até os dias de hoje. Foi feito apenas um arranjo, através de uma emenda aprovada pelo Congresso, que proíbe as empresas de financiar, através de doações, campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos. Com esta emenda, ficou liberado apenas doações oriundas de pessoas físicas, limitadas à percentuais de acordo com suas rendas declaradas. Percebemos em nossos congressistas a falta de vontade para realização desta reforma, mesmo diante de todas as apelações populares, dos projetos de leis e das PECs (Projeto de Emenda Constitucional). Nada avança para a tão sonhada a reforma política, no Congresso.

No Brasil, existe uma enorme quantidade de políticos, aproximadamente 70.000, divididos da seguinte forma: 01 Presidente (a) e 01 Vice-Presidente (a), 81 Senadores (as), 513 Deputados (as) Federais, 27 Governadores (as) e 27 Vice Governadores (as), 1161 Deputados (as) Estaduais, 5570 Prefeitos (as) e Vice Prefeitos (as) e 56.810 Vereadores (a). Com uma quantidade tão expressiva de pessoas regendo o cenário político nacional, imaginamos ser impossível, mesmo considerando a existência de boas intenções, que um Estado Nação consiga ter uma hegemonia de ideias para guiar as decisões políticas que contribuam positivamente para a sociedade representada. Acreditamos que, a quantidade de políticos detentores de mandatos, o alto custo financeiro para manter seus salários exorbitantes, as verbas para seus inúmeros assessores e para manutenção de um estilo de vida bem superior a dos seus representados, são fatores negativos para o progresso da nação. Portanto, cremos que a reforma política deverá ter seu início na base do poder, ou seja, tais reformas devem iniciar nos Legislativos Mirins, conhecidos também por Câmara Municipal de Vereadores, pois a quantidade dos mesmos existentes no Brasil é de tamanha grandiosidade, sendo 56.810 vereadores.

⁷⁰ Artigo escrito em Maio de 2016.

⁷¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da conjuntura Econômica (GAACE), membro do LAPEA – Laboratório de Análise e Pesquisa em Economia Aplicada – e-mail: joelsonrep@hotmail.com

A quantidade de vereadores existentes, atualmente, no Brasil, é maior do que a população de mais de 90% dos municípios brasileiros. O cargo de vereador torna-se “o emprego” mais cobiçado na maioria dos municípios brasileiros. Nas cidades com menores índices educacionais, os que possuem maior poder educacional estão em geral nas câmaras de vereadores (médicos, advogados, professores, engenheiros, veterinários, etc.) e a maioria dos munícipes dotados de pouco saber educacional são minorias nas câmaras (agricultores, pescadores, operários, sindicalistas, domésticas, etc.). Por isso, a diferenciação da maioria dos vereadores, com relação aos seus eleitores, é enorme. Ambos vivem em lugares iguais, mas em mundos diferentes, tornando as necessidades distintas em termos de educação, saúde, segurança e outras. Além do mais, há despesas contínuas depois dos mandatos exercidos, visto que desde o ano de 1998 todas as prefeituras ficaram à vontade para criar seus próprios institutos de previdências municipais, assim como algumas câmaras também criaram seus próprios institutos de previdência.

A nossa Constituição Federal nos incisos I a VI do art. 27 fixa os valores de repasse para as câmaras de vereadores em percentuais de 7% das receitas obtidas pelo município, isto para município com até 100.000 habitantes, a medida que a população aumenta este percentual diminui, conforme exposto no citado artigo. Há situações em que algumas prefeituras estabelecem como critérios para aposentadoria de vereadores o exercício de 08 mandatos consecutivos, ou seja, aproximadamente 35 anos, que é o equivalente ao tempo que um trabalhador comum precisa ter de contribuição para aposentadoria.

A emenda constitucional 8.212/91 alterada pela lei 10.887/2004, na alínea j ao inciso I do artigo 12 da Lei da Emenda Constitucional diz que, 35 anos de contribuição divididos por 4 anos de mandato, resulta em 8,75 (8 mandatos e 3 anos). Mas há algumas exceções como por exemplo, um delegado exerceu a profissão por 16 anos, elegeu-se vereador, após o término do mandato terá direito a aposentadoria, neste caso a profissão de delegado lhe concede o direito à mesma com 20 anos de atividade, pois essa é uma profissão de risco. Quando isto acontece paira a dúvida de quem pagará a aposentadoria: o INSS ou o instituto municipal. Há casos em que o município arca com as despesas desta aposentadoria.

A reforma política tendo início pelas Câmaras de Vereadores, chamada também de câmaras baixas será ao nosso entendimento, menos traumática e possível de se realizar. Nesta perspectiva não alcançaria todos os municípios, visto que, atingiria só aqueles

municípios de até 20.000 habitantes, que corresponde a um total de 74,14% das 5.570 cidades existente atualmente no Brasil. Tudo isso representa um custo elevado para os cofres públicos municipais, explicando assim o fato de diversas cidades brasileiras não terem investimentos básicos na: educação infantil, creches, postos de saúde, saneamentos e outros.

Este fato não implica que a cidade deixaria de ter vereador, mas que esta função deveria ser exercida de forma voluntária, espontânea sem nenhuma remuneração, como já existe em alguns países da Europa: França, Reino Unido e outros, da América do Norte como é o caso do México e em países europeus onde eles recebem apenas uma ajuda de custo.

Essa forma de funcionamento de poder deveria acontecer de modo que não atrapalhasse a vida profissional dos mesmos. Como é de conhecimento da maioria, em várias cidades e em especial nos mais longínquos rincões do interior brasileiro, as câmaras municipais se reúnem uma vez por mês ou de quinze em quinze dias, ou ainda uma vez por semana, ficando de forma clara a não exclusividade da função do cargo de vereador.

Sabemos que toda mudança gera certa resistência de imediato, mas o bem maior de cada população deve prevalecer. Haveria de se iniciar esta reforma nesta linha de pensamento, indo na contramão de outros pensamentos que pede a extinção dos municípios com menos de 20.000 habitantes, o que não seria benéfico para toda a população, e sim se ater a extinção do vereador remunerado que é justificada por vários motivos.

CORRUPTOS QUERENDO SER VITIMAS⁷²

Shayanne Silvana Alves da Silva⁷³

O Brasil está passando por uma grande crise política e econômica, cada dia que se passa vários escândalos de corrupção envolvendo políticos são anunciados nas redes de telecomunicações. A oposição tem se aproveitado dessa situação para tentar envolver a presidente Dilma Rousseff (PT) a tais práticas ilícitas, mas até o momento não foi comprovado nenhuma participação da mesma na operação Lava Jato. O momento de recessão que o país está passando, colabora ainda mais para enfraquecer a imagem da presidente Dilma Rousseff frente a população brasileira.

E no meio desse furação que o país está enfrentando para tentar equilibrar a economia brasileira a presidente Dilma utilizou-se das famosas “pedaladas fiscais” que são os atrasos nos repasses da União a bancos públicos para cobrir os gastos dos bancos com programas sociais do governo e a concessão de subsídios para que os bancos como BNDES concedessem empréstimos com juros mais baratos a empresários e agricultores, além da concessão dos créditos suplementares para cumprir as metas do superávit primário.

Em 17 de Abril de 2016 ocorreu a votação na câmara dos deputados federais para decidir sobre a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) com a denúncia que a mesma cometeu crime de responsabilidade fiscal através das pedaladas fiscais, e por 367 votos a favor a 137 votos contra e 7 abstenções o processo foi aberto e encaminhado para o senado federal, que se mostra favorável ao andamento do processo impeachment contra a presidente.

Quanto à votação na câmara dos deputados, o procedimento foi o seguinte: uma votação aberta onde cada deputado subiu à tribuna para discursar e dar o seu voto. Nesta sessão cabe lembrar que o que estava em discussão era acusação de que a presidente Dilma cometeu crime através das pedaladas fiscais, a concessão de créditos subsidiados ao setor produtivo e a emissão dos créditos suplementares sem autorização do congresso. Mas o que foi observado é que a maioria dos deputados que votaram, ao discursar, alegavam que estavam votando pelos familiares, pelo fim da corrupção, e

⁷² Artigo escrito em Maio de 2016.

⁷³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shayannesilvana@hotmail.com

nunca o nome de Deus foi tão pronunciado em vão no congresso nacional, se configurando um nível altíssimo de hipocrisia.

Sendo assim faço as seguintes perguntas: Será que a presidente Dilma Rousseff não tinha uma boa relação com os familiares dos deputados? Será que os deputados estão realmente preocupados com o fim da corrupção?

Cabe salientar que a maioria destes deputados que votaram pelo fim da corrupção estão envolvidos em escândalos de corrupção, o que torna inaceitável que o prosseguimento do impeachment da presidente Dilma ocorra de forma tão descabida, onde corruptos querem se tornar vítimas, alegando querer o fim da corrupção, sendo participantes dessas práticas ilícitas.

No dia 06 de Maio de 2016 foi aprovado o parecer para o prosseguimento do processo de impeachment da presidente Dilma pela comissão especial do impeachment do senado por 15 votos a favor e 5 votos contra. Assim, no 11 de Maio será iniciada a sessão no senado federal para votação do processo de impeachment, que se for aprovado afastará a presidente do governo por 180 dias. Para isso acontecer é necessário que metade dos senadores mais um sejam favoráveis, onde o presidente da câmara do senado Renan Calheiros (PMDB-AL) neste primeiro momento não votará só em caso de empate. Lembrando que alguns dos senadores foram citados na operação Lava Jato.

No decorrer deste processo de impeachment o Supremo Tribunal Federal não se posicionou a favor ou contra, mas se deteve a como se daria o andamento do processo.

E com isso o vice-presidente Michel Temer vê grandes chances de em poucos dias assumir a presidência da república, lembrando que o mesmo foi citado na operação lava jato, mas no dia 06 de Maio de 2016 o provável governo de Temer recebeu a notícia que o presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) seu aliado foi afastado de suas funções pelo Supremo Tribunal Federal, e com isso Temer pode perder as chances de aprovação dos seus projetos com mais rapidez.

Então é fato que o Brasil está passando por uma grande instabilidade econômica e política, mas me parece que os políticos pouco se preocupam em garantir os direitos da população brasileira que os elegeram para tal finalidade, onde a cada dia é revelado mais e mais escândalos de corrupção, onde vemos que uma presidente perdeu totalmente seu poder de comandar o país, por conta de um congresso corrupto, e vemos também o oportunismo por parte do PMDB que na primeira oportunidade rebelou-se contra o PT, quando viu a possibilidade de governar o país. Infelizmente não temos uma real representação política, o temos são joguetes políticos.

O FIM DA MONOPOLIZAÇÃO DO PRÉ-SAL⁷⁴

Victor Andrade Medeiros⁷⁵

O projeto de lei 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que tramita pelo Senado com regime de urgência, põe fim a exclusividade de exploração do pré-sal, uma vasta bacia petrolífera, fonte de enorme riqueza para o Brasil, foi aprovado por 33 a 31 votos. A justificativa mais usada é que de acordo com sua fragilidade financeira, com prejuízos, a Petrobrás não teria condições de explorar o pré-sal. Outro argumento usado tange ao suposto fato de que o petróleo deixou de ser um recurso estratégico, pois deverá ser substituído rapidamente por outras fontes de energia, particularmente as limpas e renováveis.

Analisando as demais companhias de petróleo do mundo, todas passam por crises, cada uma com seu grau de dificuldade, causadas pelo aspecto negativo de mercado. No caso da Petrobrás, ocorre pelo enorme investimento para exploração do pré-sal, por isso seu endividamento, e a alta do dólar influenciam nas dificuldades econômicas da estatal. Porém, como total operadora de exploração, tem solidez financeira pelo seu enorme valor patrimonial. O pré-sal contém cerca 176 bilhões barris de petróleo, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Nacional de Óleo e Gás da UERJ, resultado divulgado em 2015, isso significa suprir a demanda mundial por 5 anos. O faturamento com a extração desses barris é de uma magnitude muito superior à sua dívida atual, contudo, não faltarão recursos para investimentos em tecnologia para sua exploração, mostra que seu potencial pode superar tal crise.

O argumento usado que o petróleo será um ativo sem valor pela substituição de fontes limpas e renováveis pode ser um equívoco, pelo pressuposto que a queda dos preços do petróleo é devido a crise mundial que contraiu a demanda. Disputas geopolíticas e geoeconômicas sobre o controle mundial deste recurso, são fatores de extrema relevância para compreender a situação do mercado mundial petrolífero, sabendo que essa situação de crise não durará para sempre. Analistas do mercado mundial especulam que a procura por este recurso aumentará até 2040, de 91 milhões para 111 milhões de barris. Esse crescimento é devido aos países emergentes, em destaque os da Ásia, pela necessidade do sistema de transporte e o setor petroquímico.

⁷⁴ Artigo escrito em Maio de 2016.

⁷⁵ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, integrante do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: Victor.vam1996@gmail.com.

Observando que o petróleo não produz somente gasolina e diesel, pois ele é insumo para mais de três mil produtos.

Mostrando que a situação pode ser revertida a longo prazo, mostra que a Petrobrás pode se tornar uma soberania no mercado, pois sua tecnologia de prospecção de águas profundas e ultraprofundas é a mais eficiente do mundo, deixando o valor de extração baixíssima, desbancando a concorrência mundial. O que aconteceu com a Vale em seu período de crise parece algo semelhante, pois a queda dos preços do minério com a crença da substituição por sintéticos foi falha. Depois de privatizada a Vale fatura mais a cada ano pelo qual valor foi vendida.

Hoje, cerca de 75% das jazidas de petróleo são nacionalizadas, responsáveis pela produção de 80% da produção mundial até 2030, segundo a Agência Internacional de Energia. Motivo da nacionalização das jazidas é o intuito de usar de forma estratégica esse recurso finito e não renovável, para controlar o ritmo e os custos de produção, pois elas nas mãos de multinacionais ficaram sob interesses imediatos, abrindo mão dos interesses do Brasil e dificultando o desenvolvimento planejado.

A Petrobras gera muitas patentes e já ganhou 3 prêmios da OTC Distinguished Achievement Award, maior prêmio internacional concedido às empresas de petróleo, o que mostra seu potencial em desenvolvimento tecnológico. Tirando a estatal de operadora principal, essa situação pode ser revertida, pois geraria concorrência e não usufruiria de tudo que o pré-sal poderia oferecer, colocando em risco seu desenvolvimento, com possibilidade de ser posteriormente privatizada, o que é lamentável, porque foram conquistas exclusivamente brasileiras após décadas de pesado esforço tecnológico, político e humano.

A cadeia de petróleo e gás, regida pela Petrobras, tem uma participação imensa na produtividade do país, corresponde a 20% do PIB e 15% dos empregos gerados, em setores primordiais para desenvolvimento como engenharia civil e naval. Caso aconteça uma privatização este impacto seria minimizado, pois, ao que tudo indica, as empresas estrangeiras de petróleo contratariam serviços internacionais e comprariam os insumos e bens de seu país de origem, não tendo nenhum comprometimento com o desenvolvimento da indústria brasileira.

O petróleo, por ser algo finito e não renovável, deveria ficar sob controle nacional, usando seu lucro para interesses do país como determina a lei de destinação dos royalties e participações especiais do petróleo para a Educação (75%) e Saúde (25%). Decidimos trocar recursos do presente para investir nas futuras gerações. A

perca do pré-sal seria um prejuízo enorme, essa é a maior chance que o Brasil tem de sair de condição de país subdesenvolvido. Nossos políticos deveriam parar de pensar de forma imediatista de fazer receita e superávit primário, e garantir de forma estratégica o desenvolvimento de gerações futuras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no dia 1º de Maio (Dia do Trabalho) marcou 10,9% atingindo 11 milhões de pessoas. Já o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mostrou um corte de 1,85 milhão de vagas formais em 12 meses. Resultando 1,9 pontos percentuais acima da taxa de 9% do trimestre fechado em dezembro de 2015 e 3 pontos percentuais a mais que no mesmo trimestre de 2015, quando o desemprego estava em 7,9%. Esta é a maior taxa de desemprego da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012. Este é o resultado da agravada crise política e fiscal que o Brasil enfrenta.

A população desocupada chegou a 11,1 milhões de pessoas, aumentando 22,2% (2 milhões de pessoas), em relação ao número de desempregados do período de outubro a dezembro de 2015.

Os dados do IBGE indicam que, no trimestre encerrado em março último, a população ocupada do país estava em 90,6 milhões de pessoas, apresentando uma redução de 1,7%, quando comparada com o trimestre de outubro a dezembro de 2015. Em comparação com igual trimestre do ano passado, houve queda de 1,5% na população ocupada, representando menos 1,4 milhão de pessoas.

Em relação aos empregos formais (carteira de trabalho assinada), os meses de outubro a dezembro de 2015, apresentaram uma queda de 2,2%. Quando se compara o primeiro trimestre deste ano com o ano passado, verifica-se uma redução de 4%. Já a categoria das pessoas que trabalham por conta própria (trabalho informal – carteira de trabalho não assinada), registrou um aumento de 1,2% em relação ao trimestre de outubro a dezembro do ano passado, o que significa um aumento de 274 mil pessoas a esses postos de trabalho, segundo o IBGE.

Na comparação com o trimestre de janeiro a março de 2015, houve aumento de 6,5% no número dos que trabalhavam por conta própria, o que representou um acréscimo de 1,4 milhão de pessoas. Já a participação dos empregadores apresentou

⁷⁶ Artigo escrito em Maio de 2016;

⁷⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camiila_noronha@hotmail.com.

redução de 5,8% em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2015 e, de 8,6% em relação ao trimestre de janeiro a março de 2015.

Por grupamentos de atividade, o contingente de ocupados caiu 5,2% na indústria em geral no trimestre encerrado em março, em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2015, menos 645 mil pessoas empregadas no parque fabril do país. A queda foi de 4,8% na construção (-380 mil pessoas); de menos 1,9% na administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (o equivalente a menos 299 mil pessoas); e de 1,6% no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-280 mil pessoas).

A uma projeção no aumento do desemprego nas economias emergentes neste ano, chegando a 2,4 milhões segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isto é, resultado da deterioração do mercado de trabalho que está ligada a redução do crescimento do Produto Interno Bruto⁷⁸ (PIB).

O governo tenta cortar despesas para equilibrar as contas públicas, afetadas por gastos elevados e também pela queda na arrecadação tributária causada pela recessão. Contudo, o Brasil também vive uma crise política que impacta a economia e paralisa as ações que poderiam melhorar o cenário econômico (pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff).

Segundo Clemente Ganz Lúcio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ele diz que “Há um travamento da economia brasileira que é um terço decorrente da crise internacional e dois terços, dos nossos problemas internos. Associada à crise internacional, temos a crise fiscal, hídrica e a Operação Lava Jato. Ao atuar no sentido de coibir a corrupção, ela trava o setor da construção, que era muito forte. Vários fatores estão atuando simultaneamente”⁷⁹.

Apesar desse quadro de desemprego aumentar mês após mês o importante é que a classe trabalhadora não abra mão da qualificação. Para aqueles que ainda tem a carteira de trabalho assinada, ajudará a mantê-la e para aqueles que não mais possuem a carteira de trabalho assinada, se qualificar pode abrir portas em relação a aqueles que não irão se qualificar, ou seja, melhora suas chances frente aos concorrentes.

⁷⁸ Soma dos bens e riquezas produzidos em um país;

⁷⁹ Disponível

em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/crise-internacional-e-problemas-internos-sao-causas-do-desemprego-no-brasil>>. Acesso em 19 de Maio de 2016.

Segundo o economista Gilberto Braga⁸⁰, “Hoje em dia, com o mercado mais fechado, quem tem o currículo melhor tem mais chances. Não se deve desistir de fazer cursos, estágios e de procurar emprego”, aconselha. Ele lembra que o empreendedorismo é uma tendência em épocas de desemprego alto. “Entretanto, justamente por ser tendência, há muita concorrência”⁸¹, pontuou.

⁸⁰ Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc;

⁸¹

Disponível

em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/crise-internacional-e-problemas-internos-sao-causas-do-desemprego-no-brasil>>. Acesso em 19 de Maio de 2016.

O BRASIL NO MERCOSUL⁸²

Gicele Barros Costa⁸³

De acordo com Carvalho (2007)⁸⁴, a integração entre os países tem por finalidade um menor grau de protecionismo, diminuição válida apenas entre os países que se integram, além de que, o livre comércio é tido como meio de aumentar a produção e o consumo, dessa maneira aumentando o bem-estar social. O processo de integração regional é visto como uma ferramenta adicional para promover o desenvolvimento econômico dos países.

Dentro dessa lógica, o Mercosul, Mercado Comum do Sul, foi criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O Tratado de Assunção tinha por objetivo a integração dos países membros por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) – criada em 1995 –, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes⁸⁵. Em 2012, a Venezuela passou a integrar o bloco e, mais recentemente, em 2015, foi a vez da Bolívia se tornar um Estado Parte.

Apesar das intenções do Tratado, o Mercosul é caracterizado como uma união aduaneira imperfeita, com nuances de mercado comum, já que os países adotam a eliminação dos entraves à circulação dos fatores de produção e também a Tarifa Externa Comum. Assim sendo, pode-se afirmar que o Mercosul ainda não é considerado uma união aduaneira *perfeita*.

Não se pode negar que o bloco tem um grande peso na economia mundial. Os países do Mercosul, em conjunto, representam a quinta maior economia do mundo. Outros dados do bloco deixam claro a importância do Mercosul pelas suas dimensões: a população que chega a 275 milhões de habitantes, e corresponde a 69,78% da população da América do Sul; O comércio dentro do bloco multiplicou-se por mais de 12 vezes em duas décadas, saltando de US\$ 4,5 bilhões (1991) para US\$ 59,4 bilhões (2013); e em

⁸² Artigo escrito em maio de 2016.

⁸³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

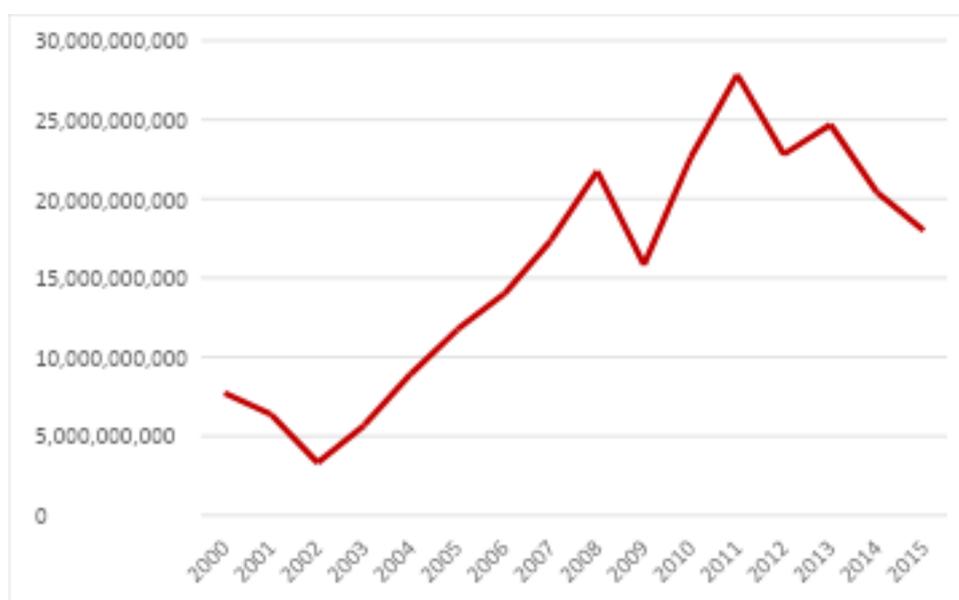
⁸⁴ CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. 4ª edição.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

se tratando de energia o bloco detém 19,6% das reservas provadas de petróleo do mundo, 3,1% das reservas de gás natural e 16% das reservas de gás recuperáveis de xisto⁸⁶.

No que tange a interação brasileira com relação as exportações para o bloco, é possível visualizar, de acordo com o Gráfico 1, uma tendência crescente, mas com queda do ano 2012 em diante. Vale ressaltar, que não só com relação ao Mercosul, mas o Brasil perdeu espaço no comércio mundial em 2012. Além disso, a Argentina é um dos principais destinos de bens de capital e de bens de consumo duráveis exportados pelo Brasil.

GRÁFICO 1 – Exportações brasileiras para o Mercosul de 2000-2015 (US\$ FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Aliceweb.

Apesar de todos os problemas recentes enfrentados pelo Mercosul, é impossível negar os benefícios que ele traz para o Brasil. A contribuição no aumento das exportações brasileiras para dentro do bloco é de fundamental importância para o desenvolvimento da economia local. Além do mais, com o Mercosul cada vez mais consolidado, os países do bloco ganham maior notoriedade e força nas negociações internacionais, no que diz respeito ao comércio. Ou seja, nem um dos Estados Parte se encontra sozinho já que por suas dimensões, citadas anteriormente, é possível deslumbrar a importância do Mercosul em relação ao mundo e, principalmente, para América do Sul.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul>>. Acessado em 28 de maio de 2016.

NÃO PENSE EM OCUPAÇÃO, ESTUDE!

João Paulo Fernandes de Lima⁸⁷

No mês de maio, se verificou de forma brilhante e dolorosa, atos de ocupação de escolas estaduais, municipais e Etecs (Escolas Técnicas) por parte dos estudantes de ensino fundamental e médio. Estes atos ocorreram em algumas regiões do país, tendo seu foco principal estados da região Centro-Sul, onde as condições de suprimento diário para estes alunos foram abatidas, como merenda, materiais de uso escolar e higiene e até mesmo as aulas. Essa situação é desfavorável em todos os sentidos, pois os alunos estão perdendo os seus direitos mais básicos por descasos políticos. Referi-me a estes atos como brilhantes, porque nos mostram que a cooperação e mobilização dos alunos pressionam os governos para que providências cabíveis sejam tomadas. Nesse momento em que a política se encontra numa crise intensa, moldada por grandes esquemas de desvio de dinheiro público e por uma guerra de partidos que parece não ter fim envolvendo contas em paraísos fiscais e uma mídia que manipula por interesses próprios, com certeza a corda tende a arrebentar para o lado menos organizado, e a única saída viável encontrada por esses oprimidos é a luta por seus direitos tomados.

Essas ocupações de “crianças” são muito bem formuladas e arquitetadas, a maioria dos locais ocupados são estratégicos, onde se prepara a folha de pagamentos das instituições escolares, o que impede os funcionários executarem atividades diárias e fundamentais. Qual o objetivo? Se os alunos não podem estudar, não podem merendar, nem se-quer podem fazer suas necessidades fisiológicas, por falta de materiais higiênicos, se não existe educação, então toda a instituição deve parar.

A grande máfia da merenda ficou escancarada no governo de Alckmin no estado de São Paulo, quando a bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) solicitou a abertura de uma CPI para investigar esse suposto esquema de fraude na compra dos produtos agrícolas destinados à merenda escolar. Esse é só mais um dos tantos casos de corrupção que está sendo investigado no País. Nada mais é do que um esquema de corrupção de superfaturamento no fornecimento de alimentos para a merenda escolar, que envolve principalmente o governo de São Paulo e algumas prefeituras do interior do estado. Esse esquema de corrupção prejudica imensamente

⁸⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: joapaulo.j52@hotmail.com.

estes alunos, pois necessitam essencialmente dessa alimentação já que passam o dia inteiro nas escolas.

Mais uma coisa deve ser citada então; como qualquer outro caso de corrupção, o que está sendo usurpado por esses “vampiros do estado” é dinheiro público recorrente de impostos cobrados todos os dias, então, não deveríamos receber de forma racional essa tributação cobrada que pagamos? A resposta dos governadores é não! Respondendo com uma polícia militar fortemente armada para conter esses atos com muita repressão, característica histórica fundamental do estado Brasileiro, que quando pressionado por uma população indignada por tanto descaso utiliza a PM e uma mídia manipuladora como seu braço direto. Isso mesmo, o governo cobra, não aplica de maneira eficaz o que capta, não informa e aliena, retira o que já quase não existe, e quando as pessoas decidem cobrar o que lhes foi tomado o governo responde com violência bruta. As escolas e instituições públicas que foram ocupadas, na grande maioria tem um perfil de alunos de baixa renda, pertencentes às classes sociais mais pobres. A classe média-alta é claro, não se comove nenhum pouco com a situação, pois seus filhos estão em instituições particulares recebendo da “melhor” educação e do melhor atendimento.

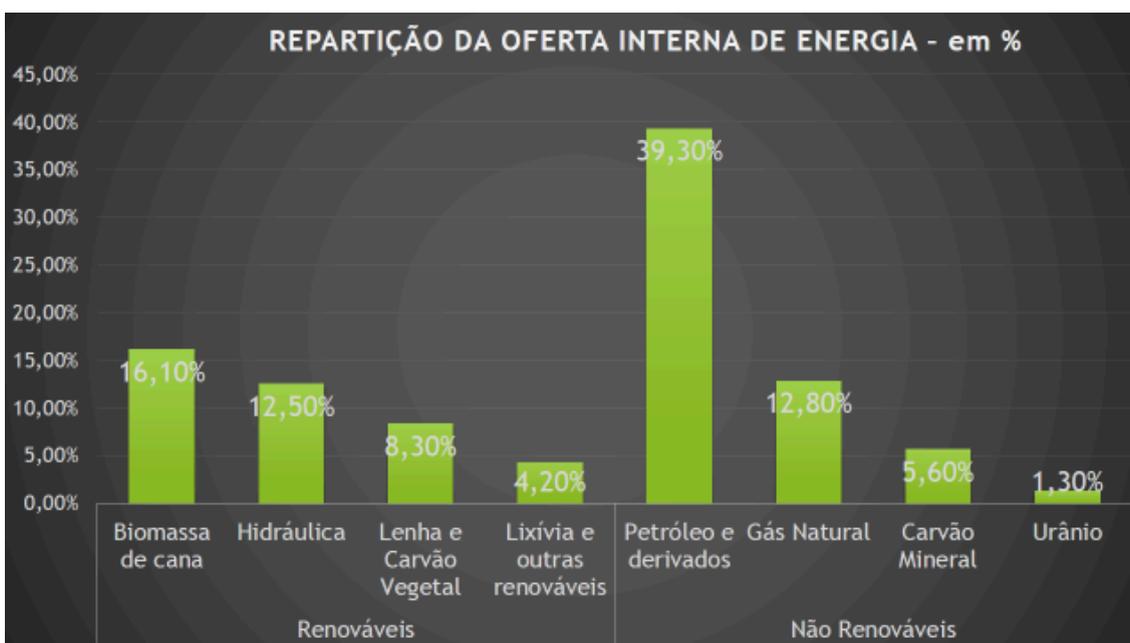
Por tanto, é necessário muita atenção e precaução para os descasos com a educação no Brasil. Todo país deve priorizar antes de tudo a educação que se tem, pois esta promove um melhor desenvolvimento para a nação, capacita as pessoas e possibilita que novas tecnologias surjam para que o progresso continue. Porém não são só os fatores econômicos que devem ser destacados. A educação é primordial para o desenvolvimento de uma cultura sadia que priorize os verdadeiros anseios sociais, garante uma sociedade mais tolerante, menos preconceituosa e menos violenta. O ensino de qualidade deve existir para todos, e o estado tem que garantir fielmente essa condição, e enquanto isso estiver sendo negligenciado os protestos irão continuar, porque as pessoas podem não ter ensino, porém não são bobas. A educação possibilita uma capacidade de pensamento crítico, e é também, totalmente essencial para a criação da arte enquanto aspecto indispensável para uma sociedade mais humanizada. Poder observar de maneira empírica o mundo ao seu redor para que ninguém possa usurpar a única coisa que realmente ainda é de todos, o poder de enxergar as coisas como realmente são.

MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: ATUALIDADE E PERSPECTIVA

*Julio Cesar Nascimento*⁸⁸

Em termos econômicos, para crescimento de qualquer economia existe a necessidade de energia. Essa energia pode ser produzida em cada país ou então importada. Para os países ficarem em segurança quanto às questões energéticas, são necessários intensos investimentos com expansão ao longo do tempo e que a matriz seja o mais diversificada possível com intuito de não criar vulnerabilidade. Outro ponto importante é adaptação de acordo com as potencialidades. Nessa perspectiva, para o Brasil não é diferente e há intensos investimento no setor energético com intuito de expansão e diversificação na matriz energética.

GRÁFICO 1 – Oferta Interna de Energia – 2013 – em %



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Empresa de Pesquisa Energética

Como observa-se no gráfico 1 para o ano de 2013 as fontes não renováveis são em torno de 59% da oferta interna de energia e as renováveis são 41%. A oferta é relativamente diversificada, porém, nas renováveis existe predominância da biomassa da cana com 16,10%, seguida por hidráulica com 12,50%. Já na não renovável a oferta interna de petróleo é 39,30% seguida por o gás natural que é 12,8%.

⁸⁸ Graduando em economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membro do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

Quanto a oferta interna de energia em comparação a renováveis e não renováveis e as fontes específicas como mostra o GRÁF. 1 tem-se que no Brasil ainda é predominantemente de uso de fontes não renováveis principalmente de petróleo e derivados. Isso traz problemas relevantes dentro da perspectiva de ser uma *commodity* volátil e dependente da cotação do mercado internacional, assim, dentro dessa perspectiva a produção de petróleo no Brasil pode gerar problemas relevantes já que fica inviável para o Brasil extrair petróleo com baixos preços, já que, a extração do Brasil é cara pois nossa oferta concentração nas camadas de pré-sal.

A segunda fonte que chama atenção é a biomassa de cana que é uma energia renovável e que no Brasil há políticas de incentivos à produção dessa energia desde do choque do petróleo. O governo precisa segurar o preço para ser viável a produção desse tipo específico de energia já que a cana produz outros produtos, como o açúcar.

As outras fontes energéticas têm menor peso, mas diversifica a oferta de energia diminuindo a vulnerabilidade da dependência de poucas fontes.

TABELA 1 – Investimento no setor energético e setor elétrico - 2005-2030

INVESTIMENTOS NO SETOR ELÉTRICO E NO SETOR ENERGÉTICO (em US\$ bilhões)		
	2005-30	% do total
NO SETOR ELÉTRICO		
GERAÇÃO	168	59%
TRANSMISSÃO	68	24%
DISTRIBUIÇÃO	50	17%
	286	100%
NO SETOR ENERGÉTICO		
PETRÓLEO E DERIVADOS	392	48,80%
GÁS NATURAL	95	11,8%
CANA DE AÇUCAR	30	3,70%
ELETRICIDADE	286	35,60%
	803	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Empresa de Pesquisa Energética

Quanto ao planejamento as expectativas de investimento do setor elétrico e no setor energético como mostra a tabela 1 tem-se que no setor elétrico os investimentos

são calcados na geração com 59% seguida para transmissão com 24% e na distribuição de 17%.

Ainda na tabela 1 verifica-se que os investimentos no setor energético são principalmente para petróleo e derivados, com 48,8% dos investimentos, seguido pela eletricidade com 36,6%, o pelo gás natural com 11,8% e 3,7% na cana de açúcar.

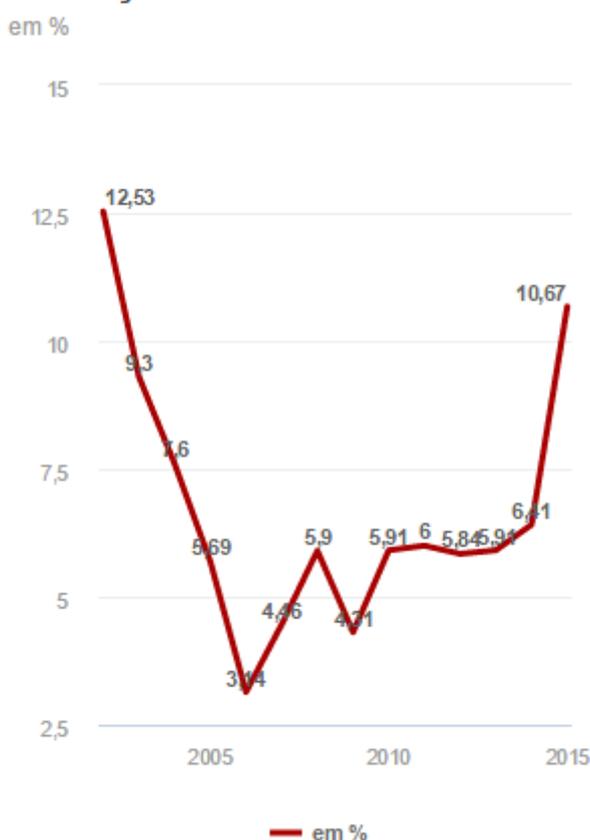
Percebe-se que a matriz energética brasileira já é, em algum grau, diversificada, porém, há uma grande dependência do petróleo. Quanto a perspectiva de investimento aponta que há expansão de investimento focada principalmente na geração de energia. Porém, a fonte que mais receberá investimento até 2030 será o petróleo, reforçando assim esta dependência.

“O PREÇO DO FEIJÃO NÃO CABE NO POEMA...”⁸⁹

*Kassia Larissa Abrantes Alves*⁹⁰

A inflação acumulada no ano de 2015 fechou em 10,67%, valor bem acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central para o ano que era de 4,5% com intervalo de tolerância existente, entre 2,5% e 6,5%. Essa taxa foi considerada a maior em treze anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação ao ano de 2014, que registrou o acúmulo de 6,41%, a inflação deu um salto se elevando 4,26 pontos percentuais.

INFLAÇÃO FECHADA NO ANO



No ano passado (2015), o setor mais afetado pelo efeito do aumento dos preços foi o setor alimentício que sofreu não só com a elevação, mas também com o impacto na quantidade e a qualidade dos seus produtos devido a fenômenos naturais e aos custos de produção que também foram reajustados. O custo de vida se tornou mais caro e os ‘meios de subsistência’ pesaram no bolso do brasileiro. Outros setores afetados foram os gastos com habitação, transportes, energia elétrica e combustíveis. As projeções para a inflação do ano de 2016 tendem a um recuo registrando uma marca pouco abaixo de 7%, porém o valor ainda está acima do teto de intervalo da meta de inflação brasileira.

Fonte: IBGE

2016 tendem a um recuo registrando uma marca pouco abaixo de 7%, porém o valor ainda está acima do teto de intervalo da meta de inflação brasileira.

⁸⁹ Artigo escrito em abril de 2016, baseado no poema “Não há vagas” de Ferreira Gullar, como uma metáfora ao poder de compra atual dos consumidores e a inflação.

⁹⁰Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e membro do Laboratório de Pesquisa em Economia Aplicada e Engenharia de Produção (LAPEA). E-mail: klarissaabrantesa@gmail.com

Mas, diante do impacto que a inflação causa sobre o preços dos alimentos, devemos levar em consideração também que nesse período de tempo houve uma valorização do salário mínimo brasileiro, no ano de 2014 se registrou um ganho de 142% acima da inflação desde julho de 1994⁹¹, quando a moeda brasileira passou a ser o real. Para o ano o salário mínimo era em média R\$ 64,79 e o custo da cesta básica (tomando como exemplo a cidade de São Paulo, baseado em estudos do DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) custava em média R\$ 67,40.

Hoje, o salário mínimo equivale R\$ 880,00 e a cidade de São Paulo registra em média o valor da cesta básica mais cara do país, chegando R\$ 443,40 (valor medido até fevereiro de 2016). Com base nesses dados, pode-se afirmar que houve uma valorização do salário mínimo brasileiro, pois, em 1994 o salário custeava o valor de uma cesta, após os ganhos, quem ganha um mínimo pode adquirir duas cestas básicas. Porém, quase todos os produtos da cesta básica ficaram mais caros em todas as regiões do país, com destaque ‘especial’, houve elevação no preço do óleo de soja, do feijão, do leite, do açúcar e da farinha de mandioca.

Assim, para se manter o consumidor aloca metade do seu salário no consumo de bens essenciais e segundo pesquisas da DIEESE, seria necessário que o trabalhador brasileiro ganhasse quatro vezes mais que o valor atual para arcar com os custos da cesta básica e ainda suprir suas necessidades básicas em uma família com quatro pessoas. Mais na realidade sabemos que há muitos brasileiros convivendo com menos que um salário mínimo, comprometendo assim sua cesta básica de consumo e as necessidades de suas famílias, dessa forma vemos que os efeitos da inflação sempre pesam mais no bolso de quem menos têm, pois, o aumento do preço impacta na redução do consumo causando desaquecimento do mercado interno e proporciona o consumidor a escolher se ele destina sua renda a comprar os produtos que determina como essenciais na sua ‘feira mensal’, ou como segunda opção retirar da sua cesta alguns produtos, e substituí-los por outros de menor preço devido a sua restrição orçamentária.

⁹¹<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/07/18/em-20-anos-de-real-salario-minimo-subiu-142-acima-da-inflacao/>

UM BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO EUROPEIA E AS PERSPECTIVAS PÓS BREXIT ⁹²

Matheus Rodrigues da Silva ⁹³

A segunda guerra mundial pôs em lados opostos as grandes potências europeias, e ao seu término, o continente europeu se viu em um cenário de mortes e destruição, além de ver a supremacia econômica sair das mãos de seus países e ir para outros (Estados Unidos e União Soviética) que vinham obtendo altos níveis de crescimento, enquanto os países europeus estavam estagnados e se recuperando da guerra. A partir daí se viu que as desavenças internas do continente deveriam ser intermediadas, visto que o surgimento de uma nova guerra traria consequências catastróficas para os países europeus.

Em meio a este contexto uma série de tratados e acordos que são a base do que temos hoje como a União Europeia (UE) são estabelecidos. Vamos a eles:

- Em 1950 França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo e Holanda se unem e criam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) que em suma tinha como principal objetivo a reconstrução do continente devastado pela guerra através de uma maior interação entre os países;
- O segundo passo ocorreu através do tratado de Roma e 1957 com a criação de um de *Mercado Comum*⁹⁴ europeu chamado de Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o objetivo de facilitar o comércio entre os países membros;
- A seguir temos o Tratado de EURATOM envolvendo a cooperação no campo da energia nuclear;
- Entre 1973 e 1991 temos uma série tratados de adesão, onde uma série de países passam a fazer parte do mercado comum europeu e são eles: Reino Unido, Irlanda e Dinamarca (1973) Grécia (1981) Portugal e Espanha (1986);

⁹² Artigo escrito em julho de 2016.

⁹³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) E do Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: Matheusr36@gmail.com.

⁹⁴ É um tipo de zona de integração econômica. Onde é permitida a livre circulação de bens, serviços e pessoas (mão-de-obra) e se caracteriza também pela adoção de políticas econômicas e comerciais coordenadas em conjunto com os demais países do bloco.

- Em 1991 por meio do tratado de Maastricht, o que antes era um mercado comum passa a ser uma união econômica, monetária e política e a partir daí passa a ser chamado de União Europeia e cabe destacar nesse período a criação de uma moeda única;
- Em 1997 o tratado de Amsterdã define a política estrangeira de segurança comum que tratava da mobilidade dos cidadãos dos países membros do bloco;
- O tratado de Nice que ocorreu em 2001 diz respeito à adesão de mais 10 países (República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) e a uma série de reformulações institucionais para possibilitar o alargamento do bloco.
- Em 2007 temos o Tratado de Lisboa o tratado de Lisboa talvez seja o tratado mais polêmico entre todos, esse tratado define um fortalecimento do parlamento da UE. Esse acordo é o mais polêmico, pois abriu possibilitou o fortalecimento de ideias de cunho nacionalistas, que afirmam que o fortalecimento do parlamento da UE tira a autonomia e a força dos estados nacionais

Após sua consolidação a UE se tornou o bloco econômico mais bem-sucedido do globo, de acordo com dados⁹⁵ referentes ao ano de 2014, seu PIB atingiu a marca de 13 920 541 milhões de euros, valor superior ao PIB dos Estados Unidos, é responsável por cerca de 20% do comércio mundial além de ostentar ótimos resultados em índices socioeconômicos como IDH, GINI e índices de renda per capita.

O ano de 2016 entra para a história do Bloco, pela primeira vez um integrante opta por sair do bloco, o movimento separatista britânico se apropriou do termo utilizado anteriormente para uma eventual saída da Grécia da Zona do Euro o GREXIT⁹⁶ e se tornou BREXIT⁹⁷. No dia 23 de junho deste ano foi realizado um referendo para consultar da população a respeito da saída da UE e 51,9% dos britânicos que votaram pela saída. Os fatores apontados como responsáveis pela vitória do sim são: o esgotamento da popularidade do primeiro-ministro britânico David Cameron, a

⁹⁵ Disponível em: < https://europa.eu/european-union/index_pt >

⁹⁶ Abreviação das palavras em inglês GREECE (Grécia)

⁹⁷ Abreviação das palavras em inglês Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída)

divergência entre a UE e o Reino Unido a respeito da imigração e a população mais velha que votou massivamente pela saída, por compactuar com as posições mais conservadoras defendidas pelo lado pró BREXIT.

As consequências desta decisão não são positivas nem para a União Europeia e muito menos para o Reino Unido, as projeções para o crescimento do PIB britânico deste ano foram ajustadas. De acordo com a Fitch as previsões anteriores eram que entre 2016 e 2019 o Reino Unido cresceria em uma taxa média de 2,1%, após o BREXIT essa projeção foi reduzida para 1,1%, houve também um rebaixamento do rating do país que passou de AAA para AA por parte das agências S&P e Fitch. A união europeia também deve sair prejudicada segundo o FMI o bloco deixará de crescer 1,6% passando para 1,4%, se espera também um aumento da inflação que passará de 0,2% para 1,1% e a principal preocupação do bloco é que a decisão dos britânicos abra brechas para que outros países membros queiram sair do bloco.

Como não temos como prever o futuro o que nos resta é aguardar os desdobramentos, pois ainda é possível que os britânicos voltem atrás da decisão tendo em vista que o referendo foi apenas de consulta e a decisão terá que passar pelo parlamento, o resultado do referendo não foi unânime em todas as partes do reino e países como Escócia e Irlanda do Norte votaram pelo “*remain*” e como o resultado foi bastante apertado é possível que se convoque um novo referendo.

REFERÊNCIAS

EUROPEIA, Comissão. Como Funciona a União Europeia. **Guia das Instituições da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.**

GRANDE AUMENTO DO MERCADO BIOMÉTRICO BRASILEIRO⁹⁸

Mateus Cavalcante Honorato⁹⁹

O uso da biometria no mundo atualmente já é bem grande, no Brasil esse recurso já vem sendo implantado em diversos setores do país e promete ter maior expansão futuramente. No setor privado, o mercado financeiro é o grande usuário de biometria no país, principalmente em aplicações que se referem a movimentações em caixas eletrônicos e em dispositivos digitais.

No setor público em 2010 houve um projeto de substituição do atual Registro Geral (RG) pelo Registro de Identidade Civil (RIC) com a incorporação em um só documento de todos os registros públicos de identificação dos cidadãos, contudo houve uma paralisação nesse projeto, mas se espera retornar no ano atual, fora esse projeto, a biometria no setor público do Brasil está presente na identificação civil em cinco Estados e, em dois, o sistema é integrado com a divisão de investigação criminal das secretarias de Segurança Pública. Além disso, fornece um sistema de reconhecimento facial para a Receita Federal, presente em 14 aeroportos, que está em fase final de implementação.

Em pesquisas feitas pelo BCC Research¹⁰⁰ espera-se que haja um crescimento grande no faturamento global com essa tecnologia entre 2015 e 2020 com um aumento de aproximadamente US\$ 26,6 bilhões, esse crescimento deve-se a maior confiabilidade dos sistemas, redução dos custos de implementação, e devido à incorporação de novas técnicas, como a identificação facial, pela íris, voz, veia, ou o desenho da palma da mão, que se unem à impressão digital em soluções multibiométricas.

No Brasil com o fortalecimento dos sistemas no setor público e privado esperava-se que o país tivesse um faturamento de R\$ 500 milhões em 2015, porém devido à conjuntura político-econômica esse faturamento foi apenas de R\$ 300 milhões. Para 2016 há expectativas que o valor da receita chegue próximo a os R\$ 500 milhões, contudo as projeções agora passaram a ser entre 2017-2020, onde devido a maior expansão desse mercado, espera-se chegar a um faturamento de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão.

⁹⁸ Artigo escrito em Agosto de 2016

⁹⁹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mateuscavalcanteh@gmail.com

¹⁰⁰ Notícia disponível no link: <http://www.valor.com.br/empresas/4645301/mercado-deve-triplicar-ate-2020>

A empresa multinacional japonesa NEC que atua no Brasil, em 2015, faturou R\$ 20 milhões com fornecimentos de biometria e 97% do valor foi gerado no setor público. A empresa ainda espera que o faturamento com biometria deverá dobrar em 2016 e chegar a R\$ 80 milhões em 2017, com equilíbrio de receitas entre projetos públicos e privados, e para 2018 a expectativa é que o setor privado responda por 80% das encomendas.

OS RUMOS DO MERCOSUL COM OS NOVOS GOVERNOS DE DIREITA DO BLOCO

Ray Araujo Duarte do Rêgo¹⁰¹

Os próximos passos na política externa da América Latina passaram a ser alvo de especulação a partir da mudança ideológica na liderança dos dois principais países do continente: Brasil e Argentina. No país vizinho tivemos uma mudança via eleições, que elegeram o direitista Mauricio Macri após 12 anos de governos alinhados com o Kirchnerismo. Meses depois, o Brasil experimenta um golpe branco que levou Michel Temer ao governo sem algo como um programa coerente, mas com elementos que podem ser vistos como conservadores em diversas aspectos.

Vários são os indicativos dados por esses governos de que uma inflexão pode ser tentada em suas políticas externas, principalmente (mas não só) no que toca ao comércio exterior. Tanto o presidente argentino quanto o novo ministro das relações exteriores do Brasil, José Serra, criticam um suposto elemento político-ideológico encravado no Mercosul, que deveria ser superado pelo pragmatismo econômico.

Entre as medidas concretas que tem ganhado respaldo com as mudanças nos dois países estão: a flexibilização da tarifa externa comum do Mercosul, a demanda pela possibilidade de negociação de parcerias bilaterais por parte dos países-membro do bloco, a ênfase aos parceiros grandes como EUA e União Europeia nas negociações comerciais e a mudança de comportamento em relação ao governo da Venezuela e demais países da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas).

Os ventos sopram para um modelo de Mercosul que caminha em direção aos princípios iniciais do bloco ao ser criado na década de 90: constituir um espaço de integração econômica no continente que servisse de plataforma para um projeto maior, de integração hemisférica, representado então pela ALCA. Em oposição a essa ideia e apoiadas nas instituições criadas no período neoliberal, as nações participantes do Mercosul deram à integração um caráter de apoio aos seus projetos internos de desenvolvimento inclusivo. Buscou-se consolidar um modelo que por meio da aliança fortalecia a afirmação soberana de cada país isoladamente e ao mesmo tempo contestava a ordem global constituída unilateralmente ao redor dos Estados Unidos.

A demanda por um Mercosul menos rigoroso nas suas cláusulas de negociação coletiva e mais próximo da aliança do pacífico (o outro bloco econômico do continente,

¹⁰¹ Graduando em Ciências Econômicas pela UFCG. Integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: raydduarte@gmail.com

composto por Chile, Peru, Colômbia e Equador) apontam para um realinhamento com os interesses estadunidenses para a região, configurado principalmente no Tratado Transpacífico (TPP na sigla em inglês), ao qual já aderiram Chile e Peru.

São vários os inconvenientes que este tratado traz para uma política de incentivo à indústria nacional, aprofundando assim nossa dependência da exportação de commodities. No TPP são privilegiadas juridicamente as empresas transnacionais, que passam a estar protegidas da “discriminação” que sofrem dos governos, seja através de subsídios, tarifas ou mesmo do consumo destes. A propriedade intelectual também é um aspecto central do tratado, ela perderia o grau de flexibilidade alcançado com a Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde, da OMC, o que dificultaria ainda mais a superação do atraso tecnológico da região.

O outro aspecto que merece destaque e que corre perigo com as mudanças de rumo à vista é o geopolítico. Aqui, os esforços dos principais países do Mercosul trouxeram avanços em termos de multipolaridade, com o ganho de voz dos países de menor expressão em diversas questões. Aponta-se agora para uma agenda que seria negociada pelos maiores países do bloco, para só depois estender as medidas aos outros membros. Na dimensão maior das relações mundiais, há uma desvalorização de iniciativas que visam dar maior multipolaridade às instituições econômicas mundiais, como o BRICS.

Para além das vantagens (principalmente de curto prazo) que se pode colher de uma maior participação na cadeia comercial mundial, é preciso combater a ideologia que, em nome de uma liberalização desequilibrada, leva a querer que se passe por cima de ganhos econômicos, geopolíticos e de coesão social que foram em parte fruto de políticas de integração regional e de avanços multilaterais nas relações exteriores das últimas décadas.

AS IMPLICAÇÕES DA TAXA SELIC EM 14,25% NA ECONOMIA BRASILEIRA¹⁰²

Viviane Juliana Oliveira Silva¹⁰³

A Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é a taxa de juros de curto prazo definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), em reuniões que ocorrem ao longo do ano, a cada 45 dias. Tem como principais funções: i) servir de média para as taxas de juros empregadas na comercialização de títulos públicos; ii) ser um parâmetro para todas as demais taxas da economia; iii) consiste no principal instrumento de política monetária utilizado para conter a inflação, adequando-a na meta estipulada naquele ano pela Autoridade Monetária.

A forte alta inflacionária verificada no ano de 2015, decorrente do aumento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica, somada a uma série de reajustes nas tarifas de transporte e de uma desvalorização cambial, fez com que a taxa Selic apresentasse um comportamento crescente ao longo do ano. Em agosto de 2015, chegou a um patamar de 14,25%, o maior desde julho de 2006, e permaneceu nesse valor até setembro de 2016. Em outubro de 2016, apresentou uma redução de 0,25%, devido a uma tímida diminuição dos preços nos últimos meses.

Como é possível observar, a alta inflacionária decorreu essencialmente do lado dos custos, o que nos leva a questionar como um aumento da taxa SELIC conteria a inflação, uma vez que, a ampliação da mesma atua de forma mais incisiva no âmbito da demanda?

Essa reflexão é importante, pois alguns estudos empíricos comprovam que é baixa a sensibilidade-juros da inflação, ou seja, uma elevação da Selic tem pouco impacto sobre a taxa de variação do IPCA¹⁰⁴. Os mesmos trabalhos ainda relatam que ampliações da taxa de juros básica resultam em desaquecimento da economia, valorização da moeda doméstica e aumento do estoque da dívida pública.

A SELIC consiste em uma importante variável, capaz de afetar os níveis de investimento, que são um dos fatores que impactam de forma direta sobre a atividade econômica. A manutenção dessa taxa em elevados patamares, influência na condução de quedas na produção e no consumo, implicando em uma perda do dinamismo da

¹⁰² Artigo escrito em Novembro de 2016.

¹⁰³ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: vivianejuliana5@gmail.com.

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, Araújo e Mondenesi (2010a).

economia nacional. Exemplificando de maneira simplória, temos que: com o crédito menos atrativo decorrente dos juros altos, o investimento no setor produtivo diminui, reduzindo a oferta de postos de trabalhos e conseqüentemente o consumo das famílias, desaquecendo a economia. Esses fatores, atrelados a grave crise política vivenciada no Brasil, afetam as expectativas dos empresários, pois em um cenário de instabilidades e incertezas, a tomada de decisões dos mesmos passa a ser mais complexa e arriscada.

O exemplo supracitado é verificado na realidade. O Produto Interno Bruto consiste em um importante indicador na determinação de investimento das empresas, pois sinaliza a capacidade do país continuar crescendo no futuro. Com esse índice em patamares baixos, o nível de confiança dos empresários também é reduzido. O PIB brasileiro, em 2015, foi de -3,8% e segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2016 ele será de -3,14%. Além da redução do nível de confiança dos empresários diante do comportamento do PIB, a alta das taxas de juros encarece o crédito bancário, diminuindo ainda mais os incentivos para investir. O Banco Central divulgou que nos quatro primeiros meses de 2016 o crédito dos bancos caiu 2,4%.

Em um cenário de recessão econômica, reduzida confiança dos empresários e créditos bancários mais caros, a oferta de vagas de trabalho diminuiu e a população de desempregados no Brasil subiu para 11,4 milhões no primeiro trimestre de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É possível observar que o principal instrumento utilizado para reduzir a inflação brasileira exige grandes sacrifícios, diante da tímida redução dessa variável verificada nesse período. O IPCA variou no intervalo entre 10,6% e 7,3% desde o terceiro trimestre de 2015 e encontra-se atualmente em 8,5%. Esses resultados demonstram claramente que a nossa política de controle da inflação precisa ser repensada, a demanda está desaquecida, mas a inflação permanece alta.

Enquanto utiliza-se de um instrumento ineficiente para a nossa realidade atual, a recessão da economia brasileira persiste diante de uma conjuntura nacional e internacional conturbada e impulsionada pelas mais altas taxas de juros do mundo. O mais trágico diante disso é a solução proposta pelo o Banco Central que consiste em: persistir com a taxa Selic elevada, a fim de conter a inflação que claramente é incontida pela a mesma, e aguardar um ajuste fiscal que tende a desaquecer ainda mais a economia.

POR QUE DEMOCRACIA?

Alexandre Silva Lima¹⁰⁵

Em uma nação de aproximadamente 200 milhões de indivíduos que desejam, vivem, pensam de formas diferentes e concatenar tudo em políticas públicas que adéqüem a esse todo, parece-me uma tarefa impossível, e talvez seja uma explicação de toda perturbação política estourada desde as manifestações de junho de 2013. As manifestações de março de 2016 e até as que ainda estão por vir, embora ocorram por motivações distintas nos fazem refletir sobre a tamanha pluralidade e polarização dos debates políticos no país.

Este modelo democrático brasileiro que, no primeiro instante, o poder está nas mãos do eleitor, munido de seu voto, e transfere seu poder de condução social a outro indivíduo, deixa a democracia enfraquecida por deixar que o cidadão se exime da ação na política em um prazo de quatro anos e que volta a renovar sua transferência de poder. Neste tempo uma presidente, 81 senadores e 533 deputados federais, sem apontar as demais esferas públicas, são apenas 0,000003 da população brasileira e certamente longe da realidade dos demais que estão de fora das escolhas políticas. Além disso, a maior parte dessa pequena parcela de pessoas que fazem escolha por todos os outros cidadãos ainda são submissas a seus financiadores de campanha, empresas que se contam nos dedos da mão, como a JBS Friboi maior exportadora de carne bovina do mundo que investiu cerca de R\$ 62 milhões na eleição de 2014 para eleger 162 deputados federais.

E antes que me digam: - Mas foi o povo que os colocou lá! Digo-lhes, a prateleira do mercado está montada para você levar aquilo que eles querem que você compre. A cerveja está em promoção, até você chegar onde ela está você passara pela carne, petisco e pelo gelo, para que você faça o churrasco que não pensava em fazer. Pois bem, os políticos estão ali na prateleira, em exemplo, utiliza-se do carisma de um palhaço para levar mais quatro espertalhões com ele. Ou então, propagandas eleitorais dentro de arranjos de acumulação de tempo para as duas ou três grandes frentes partidárias pareadas ideologicamente com suas campanhas munidas de requintes de publicidade enquanto a pluralidade da sociedade se esgota em segundos com seus

¹⁰⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com

equipamentos simples. A diversidade dos movimentos sociais, econômicos e culturais é sufocada a todo o momento, pelo sistema eleitoral, mídia, poder economia e pela ignorância.

E na crise, enquanto a polarização em clima de disputa toma conta do país, palácio, congresso e câmara, para quem pratica o melhor ajuste fiscal, tematizado de impeachment ou golpe, a sociedade plural grita pelas ruas outras diversas maneiras para sair da crise político-econômica, com bandeiras da auditoria da dívida pública, taxaço das grandes fortunas e rendimentos, reforma política com fim de financiamento privado de campanha, democratização da mídia. Mas essa mídia desvirtua as ruas, depreda e bate na diversidade, e os políticos as terrorizam o com a lei Antiterrorismo e a medida provisória que coíbe o bloqueio proposital de vias que inclui veículos e pedestres sob multa de valor normal de R\$ 5.746,20. O povo está amordaçado e não devidamente representado!

Para uma saída alternativa necessitamos tomar o espírito espontâneo das manifestações de junho de 2013, que teve sua faísca com o Movimento Passe Livre mobilizado por estudantes que questionava o aumento da tarifa do transporte coletivo e ganhou corpo com o apoio passageiro da população, que arrastou multidões as ruas. “Não é pelos 20 centavos” tomou as ruas e deflagrava também a insatisfação com a baixa qualidade dos serviços públicos, corrupção, a repressão policial e muito mais a apontar. Mas infelizmente o gás diminui e restaram o grupo Black Bloc que ficaram marcados pelas quebradeiras. Em reflexo, quase dois anos após em resistência dos estudantes do estado de São Paulo, fez com que a população ocupasse as escolas e evitaram o fechamento de centenas de escola através do programa do de reestruturação escolar do governo do estado. Eis uma saída, ocupação das ruas, escolas, conselhos municipais, associações de bairros, câmara de vereadores, e acima de tudo pautar uma reforma política que fortaleça a democracia direta, participativa e deliberativa, democratize a informação e comunicação, como também o poder judiciário com transparência.

MERITOCRACIA: UMA FARSA DISFARÇADA

*Alice Davi Ferreira*¹⁰⁶

Ao analisar a estrutura do Brasil, após o seu “descobrimento”, e suas consequências “inovadoras”, nota-se que houve um choque com a cultura e as relações sociais que havia nesse país. Houve uma imposição de tradições, costumes, visões, etiquetas vindas da Europa. E, com essa imposição, vieram também as classes sociais da metrópole: tais classes não existiam no Brasil; foram trazidas de fora e construídas, ao longo dos anos. Ou seja, num período rápido, ganharam espaço as relações de classe que continuam até os dias de hoje, com predomínio de uma mesma lógica: muitos (classe trabalhadora) têm pouco e poucos (elite brasileira) tem muito.

A partir desta introdução, é óbvia a conclusão a ser extraída: mesmo antes da Revolução Industrial (marco importante da consolidação do modo de produção capitalista), que aconteceu no final do século XVIII e começo do século XIX, no Brasil, já nos séculos XVI e XVII, estava formada a estrutura fundamental do sistema capitalista. Diante disso, é indignante, para quem tem um mínimo de percepção política e social, que se predomine a noção de meritocracia, tendo em vista o contexto e a lógica que se consolidou, desde os primórdios do “descobrimento”: recompensa-se pessoas, a partir de seus ditos esforços ou méritos pessoais; já aquelas consideradas “menos dedicadas” não recebem alguma recompensa simplesmente por não merecerem.

Na lógica simplificada e banalizada de grande parte da sociedade, tem-se: de um lado uma criança pobre, negra, economicamente desfavorecida, que nasceu numa favela. Do outro lado, uma criança branca, classe média ou rica, que cresceu num bairro nobre, com uma família que lhe proporcionou mais segurança, educação etc. O que foi naturalizado na sociedade é a visão de que as duas crianças possuem as mesmas possibilidades, condições e oportunidades de alcançar objetivos que as farão “crescer” (ou “subir”) na vida. Ironicamente, é transmitido para as pessoas a ideia de igualdade e harmonia social existente no Capitalismo, quando o mesmo é analisado a partir da perspectiva da troca como sendo mutuamente benéfica. Mas, a partir do momento em que as individualidades e subjetividades são levadas em conta, o resultado não aponta para a igualdade de oportunidades que justificaria a tão falada meritocracia, tendo em

¹⁰⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: alicedavi1997@gmail.com.

vista que a construção de uma pessoa, o meio onde ela é formada e sua realidade e não são tão favoráveis e igualitárias quanto propõem os defensores do mérito como razão principal para galgar sucesso e/ou posições de destaque na sociedade.

Por “ironia do destino” ou por um esforço pessoal que houve dentro do sistema “imparcial”, a classe rica é privilegiada em proporções grandes, quando comparada com as demais classes. Essa pequena fração da sociedade possui a possibilidade de exercer poder: criar leis, impor regras etc. Esse ato de exercer poder tem um impacto enorme de alienar e transformar as escolhas, atos e constatações das (os) indivíduos (os) das classes mais baixas. Passa-se a acreditar, por meio da mídia, das escolas, das relações sociais, nessa harmonia social que supostamente existe e que todos, sem distinções, podem alcançar o que desejam a partir de seus méritos.

Contudo, é praticamente impossível competir, em condições de igualdade, tendo em vista o processo complexo de construção individual: criança rica branca estuda, criança pobre negra trabalha, criança rica branca joga bola, criança pobre negra se envolve com o crime, criança rica branca tem boas relações sociais, criança preta negra não tem possibilidade de pensar além do que se determinou como possível para ela. O resultado dessas realidades distintas é um movimento antagônico e repetitivo: as de cima continuam a subir e as de baixo continuam a descer.

Houveram avanços inegáveis em relação a inserção de pessoas que concluíram o ensino médio em escolas públicas, de pessoas negras, de índios, de pessoas de baixa renda, em universidades públicas e concursos públicos, graças ao sistema de cotas. Este sistema surgiu com o intuito de amenizar a lógica de desigualdade existente no capitalismo; de transferir um pouco a tradição da tomada de vagas por pessoas da classe média ou alta, por pessoas menos favorecidas socioeconomicamente. Essa transferência não pode ser confundida como regra; ela é, infelizmente, uma exceção. Por fim, fica evidente que a existência dessa desigualdade de oportunidades não pode ser contestada: as cotas, então, são a prova concreta disso.

CLT: O QUE REALMENTE ELA É? ¹⁰⁷

*Ednaldo de Almeida*¹⁰⁸

Depois da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, houve uma crescente utilização de mão de obra livre e assalariada, impulsionada com a chegada de imigrantes ao país. A partir de então, começaram a surgir os primeiros conflitos trabalhistas visto que aquela mão de obra livre e assalariada não era respeitada, eram assalariados, mas não eram protegidos, os empregadores faziam o que eles bem entendiam.

Com esses desrespeitos a classe operária, insatisfeita, criou o movimento operário que começou a ganhar força no cenário político nacional e forçou a criação de diversas leis trabalhistas.

De acordo com Gabriela Neves Delgado:

em 1930 o Governo Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto 19.443/30, cujas principais funções eram as de regulamentar algumas profissões específicas e, sobretudo, administrar a organização do proletariado em cooperação com o Estado (DELGADO, 2013, p. 4).¹⁰⁹

Durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreram diversas greves e mobilizações dos trabalhadores, fazendo com que o governo arquitetasse um sistema de leis e instituições para pacificar e manter sob o controle do Estado as tensões entre patrões e empregados.

A criação da Justiça do Trabalho no Brasil veio por meio da Constituição em 1934, que trouxe normas para proteger os trabalhadores:

Essa foi a primeira Constituição a tratar do salário mínimo, da jornada de trabalho de 8 horas e das férias anuais, do direito a repouso, e assegurar o trabalhador dispensado sem justa causa, indenizando-o, além de proibir a diferença de salário para o mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil¹¹⁰.

A CLT surgiu como uma necessidade constitucional após a criação da Justiça do Trabalho em 1939. O país passava por um momento de desenvolvimento, mudando a economia de agrária para industrial, as mudanças eram extremamente necessárias, pois

¹⁰⁷ Artigo escrito em novembro de 2016.

¹⁰⁸ Estudante do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do PET-Economia. E-mail: edprata45@hotmail.com.

¹⁰⁹ DELGADO, Gabriela Neves. A CLT AOS 70 ANOS: rumo a um Direito do Trabalho constitucionalizado. Palestra proferida na Solenidade Comemorativa dos 70 Anos da CLT, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no dia 2 de maio de 2013, em Brasília. Disponível em: .Acesso em: 18/08/2016.

¹¹⁰ BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

o desenvolvimento econômico vem junto com mudança no âmbito social, as pessoas vão se modificando psicologicamente, e com essa mudança a forma de tratamento para com elas também tem que mudar.

A CLT não veio para proteger somente, ela veio para mostrar os direitos e as obrigações que o empregado e o empregador têm. Muitos vêm lançando críticas à CLT sem verificar que além de mostrar os direitos dos empregados a CLT também faz com que os empregados façam as suas tarefas, ou seja a CLT também contém as obrigações dos empregados.

Como disse Barros:

O empregado tem deveres inalienáveis, como o pressuposto da personalidade, que exige que o empregado execute suas atividades pessoalmente, sem se fazer substituir, a não ser em caráter esporádico, com a aquiescência do empregador¹¹¹.

Segundo Gabriel Neto e Tania Silva a CLT regulamenta normas de direitos e deveres do empregado e empregador independentemente da área de atuação. Sendo assim, para ser caracterizado o vínculo empregatício, é necessário que o empregado siga os pressupostos da não eventualidade, habitualidade, onerosidade e subordinação jurídica. Com o reconhecimento destes vínculos empregatícios, o empregado passa a ter todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei¹¹².

¹¹¹ BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

¹¹² NETO, C, V, C, GABRIEL

DÍVIDA PÚBLICA E AMÉRICA LATINA: UMA EVASÃO LÍQUIDA DA RENDA NACIONAL¹¹³

Francisca Lucena Ribeiro¹¹⁴

A América Latina ainda se apresenta como uma das regiões no mundo que registra um dos maiores índices¹¹⁵ de desigualdade, podemos afirmar que uma ampla parte de sua população possui insuficiente ou nenhum acesso aos serviços básicos governamentais. Os Estados alegam não possuírem recursos o bastante para honrarem com o dever de promovedor do bem-estar social e, por tal falta de recursos justificam todos os cortes possíveis nos gastos públicos, em especial naqueles que afetam precisamente a parcela da sociedade que já nada possui. Em tempos de crise, como a vivenciada a partir de 2008, o grau de austeridade se intensifica em razão de queda nas receitas com a afirmativa de ser necessário ao equilíbrio das contas públicas, quando na realidade os resultados provenientes são bem mais danosos que reparadores.

Isto é algo comum nos países latinos e independe de qualquer situação - seja ela crítica ou não, o cumprimento da austeridade é rigoroso e está à mercê em grande medida do que denominamos Dívida Pública. A sustentabilidade das políticas fiscais, a aplicação de táticas que estimulem e mantenham o desenvolvimento do continente, assim como as reformas estruturais são pensadas e colocadas em exercício segundo o volume do débito, seus credores, sua composição e seu prazo de pagamento¹¹⁶. Portanto, Dívida Pública e sustentabilidade socioeconômica são duas questões indissociáveis desde muito tempo, visto que um percentual extraordinário de tudo que se é produzido no continente é revertido sob a forma de juros para uma pequena parcela detentora de títulos públicos, favorecendo a concentração de renda e o aumento das desigualdades. Contudo, sequer ambas estão relacionadas nas pautas econômicas dos países latinos, exceto quando dá manutenção da primeira.

¹¹³ Artigo escrito em setembro de 2016.

¹¹⁴ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia), integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shorayaxica@gmail.com

¹¹⁵

<http://www.cepal.org/es/articulos/2016-america-latina-caribe-es-la-region-mas-desigual-mundo-como-solucionarlo>

¹¹⁶ <http://brasildebate.com.br/divida-publica-e-politicas-anticiclicas-na-america-latina/>

Por questões de esclarecimento para futuros leitores menos experientes neste assunto, a Dívida Pública¹¹⁷ é o conjunto dos empréstimos contraídos pelos países a organizações financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro e a empresas ou organismos nacionais e estrangeiros, bem como a pessoas ou outros governos. Compõe-se por meio de contratos ou títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e conforme origem dos credores e da moeda utilizada nas operações, divide-se em Dívida Doméstica e Externa. Hoje, esta divisão é bastante questionada, porque com o decorrer dos anos e a sofisticação do mercado de capitais – sua abertura e desregulamentação¹¹⁸, a dívida externa se converte cada vez mais em interna, não sendo possível distingui-las com clareza, além de que podemos afirmar que esta permuta foi uma manobra encontrada para manter os rendimentos dos países centrais a partir da dívida interna dos países em desenvolvimento.

Em 2015, o volume de dívida bruta na América Latina representou 34,7%¹¹⁹ do PIB com crescimento gradual e heterogêneo na região quando comparado com o ano anterior, que teve um percentual médio de 33,2%. Na totalidade do débito, a dívida externa equivale a 48% do montante, tendo como uma das razões para este acúmulo a necessidade de financiamento frente a desaceleração econômica, o déficit fiscal e, aliado a esse último a evasão de capitais para paraísos fiscais como fuga ao pagamento de impostos. 11 dos 19 países latinos aumentaram suas dívidas pós-crise financeira presente, sobretudo internas, devido ao processo mais intenso de conversão já citado. Conforme dados da CEPAL a relação entre a taxa de crescimento dessas economias e a taxa de juros pagos com dívida teve um nível de diferença bastante elevado no ano passado, o que arrasta a dívida numa espiral ascendente e com efeitos em ‘bola de neve’, tornando-a cada vez mais onerosa.

Há que se perguntar então: se estes não possuem recursos para investir no desenvolvimento socioeconômico, como fazem para cumprir com os compromissos de uma Dívida Pública impagável? A esta pergunta pode se dar várias respostas, porém duas delas requer mais atenção e serão suficientes para demonstrar que o continente está obrigado a honrar seus compromissos com o débito independente dos muitos arrochos que venha a passar. A primeira é a obrigatoriedade por lei de manter sob qualquer

¹¹⁷ <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/FAQ-Auditoria-Cidad%C3%A3.pdf> e, <http://cadpp.org/node/156>

¹¹⁸ <http://cadpp.org/node/156>

¹¹⁹ http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39939/S1600111_es.pdf;jsessionid=323530FE3C6DE28DA47061C9A9D8F6B3?sequence=22

circunstância um superávit primário – resultado positivo da diferença entre todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros da dívida¹²⁰, ou seja, este cálculo relaciona apenas uma parcela do orçamento¹²¹, aquela proveniente principalmente dos tributos e das receitas de privatizações (receitas primárias) e os gastos sociais (despesas primárias), para dar a impressão à sociedade que a dificuldade das contas públicas se dá devido a um hipotético excesso de gastos, por exemplo, com aposentadorias e pensões. Decorre daí a falácia do déficit previdenciário que hoje ocorre no Brasil e que já aconteceu em outros países como Chile e Uruguai. Ofusca-se então, o verdadeiro volume de receita que é convertido em pagamento de serviços da dívida, pois as nações possuem outras fontes de receita, denominadas não-primárias, que geram produtos e são drenados para pagamento dos referidos juros, tais como os eventuais lucros dos Bancos Centrais (BCs) e a emissão de novos títulos públicos.

E segunda¹²², a utilização de instrumentos de controle econômico determinados, assim como o superávit primário, nos Termos de Acordos assinados com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em que por meio deles os países-membros terão suas medidas cambiais inspecionadas através de relatórios que analisam a política macroeconômica e seu impacto no balanço de pagamentos, além de esses ante as negociações deverem aceitar e garantir alcançar as ações estipuladas na ‘carta de intenções’, estabelecida pelo Fundo, contendo políticas e metas a serem realizadas durante o período de empréstimo. Tais como: oferta de moeda, montante de subsídios, taxa de desvalorização da moeda nacional, valor das taxas de juros, medidas para liberalização do comércio exterior, congelamentos de salários, montante de reservas internacionais, limites para crescimento da dívida interna e externa, e montante do déficit público. Vale lembrar que a disponibilidade dos recursos para o tomador é feita em prestações, que estão condicionadas ao cumprimento da referida carta, portanto, o não cumprimento traria penalidades aos devedores, quais sejam: interrupção de empréstimos suplementares; remoção de empréstimos em curto prazo para exportações e importações; boicote ao comércio internacional do país; e invalidação das relações externas com o país. Obviamente, não é apenas o FMI que empresta recursos, temos por exemplo o Banco Mundial, porém todos os recursos tomados como empréstimo, independente do ofertador, deve respeitar a cartinha do Fundo.

¹²⁰ <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>

¹²¹ <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2014/11/14/superavit-primario-o-debate-rebaixado/>

¹²² DUTRA, Marina Caldas. A Atuação do FMI no Contexto Internacional e os Empréstimos ao Brasil no Período 1994 a 2001. Monografia, DF: Universidade Católica de Brasília, 2002.

Parece até que não há muita saída quanto a aceitar ou não as imposições tratadas frente aos recursos ofertados como financiamento econômico, já que para todo empréstimo as regras para se manter no jogo precisam ser as mesmas. Porém, se é necessário tanto sacrifício e tanta resignação, o mínimo que poderíamos ter em troca de tamanho esforço deveria ser crescimento, não? Pois bem, não está acontecendo. As incertezas persistem em 2016 e trazem o horizonte de que se arrastarão nos anos seguintes para América do Sul, devido a contínua desaceleração chinesa e dos países emergentes, então o acréscimo no percentual de participação dívida/PIB é natural porque os países precisam de financiamento para que não se aprofunde a crise, mas por outro lado, também não é o que se vê. A América Latina quanto mais se endivida mais agrava a recessão, que conforme o FMI chegará a -0,5% do PIB no final deste ano. Olhando algumas unidades regionais que possuem maior peso no continente, se verifica a preocupante situação na relação dívida/PIB e projeção de nível de crescimento para o fim ano¹²³, respectivamente: Brasil 65% e queda de -3,8%; Venezuela 22% e -8%; Argentina 44% e -1%; e Equador 31% e -4,5%.

Talvez se observe que entre estes a Venezuela¹²⁴ que possui menor dívida tenha a maior queda no crescimento, e então se imagine que o que foi afirmado anteriormente – tão maior seja o endividamento maior o resfriamento econômico, não seja válido, porém lembramos que esse país está nessa condição justamente por estar cumprindo fielmente com os termos básicos de negociação de sua dívida. Para isso precisou utilizar quase toda sua reserva no BC, reduzir as importações de alimentos e medicação, diminuir salários sob a forma de redução de carga horária, tendo semanas com apenas dois dias trabalhados, racionar energia com apagões sucessivos de longo período, além de chegar a uma inflação recorde de 720%. A população venezuelana passa hoje por um caos humanitário apenas para garantir uma redução em sua dívida de 30,9% (2013) para 22% (2015), pequena em termos percentuais para um sacrifício gigantesco, porém significativa em termos de volume, pois a retração equivaleu em 2014 a 3 bilhões de dólares pagos aos credores estrangeiros, via Wall Street, o que pode se deduzir que não houve amortização, mas somente pagamento de juros. O risco de não pagar resultaria na

¹²³ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/27/internacional/1461724148_760687.html e http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39939/S1600111_es.pdf;jsessionid=323530FE3C6DE28DA47061C9A9D8F6B3?sequence=22

¹²⁴ <http://www.valor.com.br/internacional/4595871/falta-comida-mas-venezuela-paga-sua-divida-externa> e http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/27/internacional/1461724148_760687.html e http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/28/internacional/1414464413_142937.html

perda da petroleira estatal PDVSA, responsável por 96 de cada 100 dólares que entra no país.

Logo, acreditamos na descaracterização do lado positivo da Dívida, que seria o financiamento do desenvolvimento local, o que a torna hoje uma evasão líquida da renda do continente, com fins adversos permanentes e que perpassam às gerações futuras. As implicações negativas de seu pagamento ilegítimo em detrimento do investimento social na América Latina reduzem a expectativa visionária de um desenvolvimento socioeconômico qualitativo, de modo que a região se mantém na condição de atendimento funcional do interesse capitalista, que agora não apenas se estabelece unicamente na forma produtiva determinante dos países centrais, mas também sob o comando sanguessuga de um sistema financeiro sem pátria.

OS EFEITOS DO CAPITALISMO SOBRE O MEIO AMBIENTE¹²⁵

*Shayanne Silvana Alves da Silva*¹²⁶

Meio ambiente é a combinação dos elementos físicos, químicos e biológicos que estão presentes no planeta terra, no caso é todo o lugar que está em volta do homem, sendo assim recursos naturais são toda matéria ou energia, oriundos da natureza, que são úteis para o homem, por exemplo: água, petróleo, madeira, solo, entre outros. Esses recursos naturais são subdivididos em dois tipos, os renováveis e não renováveis, o primeiro diz respeito aos recursos que se renovam em curto prazo, apesar da sua utilização são infinitos, alguns exemplos desses recursos são: água, solo, matéria orgânica, entre outros. Já os não renováveis são aqueles que não se renovam em um curto prazo, necessitando de milhares de anos para se recuperar, sendo finitos, são exemplos desses tipos de recursos o petróleo, carvão mineral, minérios, materiais radioativos e gás natural.

Há algum tempo vem se discutindo a questão ambiental, visto que o meio ambiente dispõe de recursos não renováveis, e a sociedade vem aumentando o grau de exploração desses recursos naturais para satisfazer suas necessidades crescentes, com isso será uma questão de tempo para o planeta entrar em colapso.

Diante da preocupação sobre o destino do planeta, em 1972 foi realizada em Estocolmo a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente, ocorrendo um despertar ecológico dos países para tratar de um assunto até então visto como secundário, mas com a evolução da sociedade capitalista a palavra escassez dos recursos naturais se tornou frequente nas reuniões das lideranças políticas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com isso começou-se a buscar alternativas de desenvolvimento que integrassem a preservação desses recursos naturais, frente a uma sociedade capitalista que alimenta o consumismo.

Depois tiveram outras conferências para tratar da questão ambiental como a Eco-92 realizada no Rio de Janeiro em 1992, Rio+10 em 2002 que foi realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2012 teve a Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro. Todas essas conferências tinham por objetivo tratar a questão ambiental, visto que com

¹²⁵ Artigo escrito em Outubro de 2016.

¹²⁶ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shayannesilvana@hotmail.com.

o passar do tempo a grau de extração dos recursos naturais vem aumentando, por ser um fator indispensável no processo produtivo de várias mercadorias.

É sabido que o modelo de civilização capitalista tem sua base na produção e no consumo em larga escala, que a revolução industrial foi um marco histórico que se iniciou a industrialização, modificando o processo de produção, com isso a demanda global por recursos naturais aumentou para satisfazer as necessidades de uma sociedade consumista.

Sendo o petróleo um recurso não renovável, é um fator de produção importante, pois ele é utilizado em várias mercadorias que se tornaram indispensáveis para o homem na atualidade como por exemplo combustível, produtos de limpeza, medicamentos entre outros, está com seus dias contados devido ao alto grau de exploração nos últimos anos. Apesar dos investimentos em recursos alternativos para substituir os recursos não renováveis pouco surtiram efeito, pois o grau de dependência da sociedade é muito grande.

Então a questão ambiental é um problema que frequentemente é discutido, mas que está longe de encontrar uma solução eficaz para solucionar este grande problema, no entanto vai-se tentando alternativas que minimizem a exploração do meio ambiente com a utilização de outros recursos que satisfaçam as necessidades da sociedade e conscientizando a mesma da importância de preservar o meio ambiente para que não falem esses recursos para as gerações futuras.

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A INSERÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA CAPITALISTA¹²⁷

*Karla Vanessa Batista da Silva Leite*¹²⁸

Os sistemas econômicos são compostos por uma base econômica que acompanha as mudanças na conjuntura mundial e de uma base intelectual que os fundamentam. Nesse sentido, podemos perceber que, no caso do Brasil, a ideia exposta se manteve durante o processo histórico que consolidou o capitalismo como sistema econômico.

Desde seu descobrimento até os dias atuais, o Brasil apresenta um caráter de país dependente em relação aos grandes centros capitalistas internacionais. A priori, foi dominado por Portugal passando muito tempo como colônia. Durante esse período, “firmou” um “acordo” através do qual se comprometia a realizar trocas comerciais apenas com sua metrópole, especializando-se na produção de matérias-primas para exportação e importando produtos industrializados de maior valor agregado. Esse acordo de comércio entre colônia e metrópole foi denominado Pacto Colonial e marcou o que se convencionou chamar de Divisão Internacional do Trabalho.

Nesse contexto, David Ricardo elaborou uma importante teoria acerca do comércio internacional, a Teoria das Vantagens Comparativas. Segundo seus pressupostos, cada país deveria se especializar na produção dos bens para os quais apresentassem vantagens relativas, a saber, dos bens que apresentassem menores custos de produção, importando os que apresentassem custos mais elevados. Dessa forma, os países subdesenvolvidos ficariam incumbidos da produção de bens primários, pois possuíam vantagens comparativas em sua produção, enquanto os países desenvolvidos produziriam os bens industrializados e de maior valor agregado.

A Divisão Internacional do Trabalho constitui a interdependência econômica que se estabelece entre os países com o advento do sistema capitalista, determinando o papel que cada país desempenha na economia mundial. Dessa forma, durante séculos, o Brasil foi um país exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Nesse aspecto, é importante perceber que essa condição se estende até os dias atuais.

¹²⁷ Artigo escrito em Maio de 2016.

¹²⁸ Professora Adjunta I da UAECOM/UFMG.

Na atual conjuntura, percebemos que o Brasil é dominado pelo grande capital concentrado nos países desenvolvidos. Se fizermos uma retrospectiva sobre as causas históricas que tornam este país economicamente frágil, vulnerável e dependente dos centros capitalistas, poderemos perceber que estas se encontram nos primórdios do seu descobrimento e na forma em que se inseriu no contexto capitalista mundial. Não por opção, mas exatamente pela falta desta, o Brasil, assim como a maioria dos países subdesenvolvidos, foi inserido na lógica capitalista para complementar as atividades comerciais dos países desenvolvidos, facilitando o processo de acumulação de capital.

Dessa forma, fica patente que, atendendo às mudanças econômicas mundiais, o capitalismo sofreu modificações no intuito de facilitar a acumulação de capital através da subordinação e exploração dos países menos favorecidos pelo sistema. Com isso, evidencia-se a necessidade dos sistemas econômicos em apresentar uma fundamentação teórica e ideológica que os legitime, facilitando a sua vigência.

UMA ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS 4 PRIMEIROS MESES DE 2016: COMPOSIÇÃO REGIONAL E POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA¹²⁹

Ricardo Schmidt Filho¹³⁰

A crise econômica que se arrasta na economia brasileira vem ocasionando impactos na balança comercial brasileira. Estes impactos têm como fatores causais elementos como o decréscimo do PIB, alterações cambiais e mudanças na conjuntura econômica internacional. Iremos neste artigo analisar informações sobre a balança comercial e apontar para as tendências e características apresentadas nestes 4 meses. Destacaremos no trabalho a tendência em termos de saldo total, saldo por região e análise por grau de intensidade tecnológica.

TABELA 1 – Informações sobre a balança comercial brasileira entre Janeiro e Abril de 2016/2015 – em US\$.

Jan/Abril	Exportações	Importações	Saldo
2016	55.941.902.783	42.697.960.649	13.243.942.134
2015	57.931.518.630	62.990.748.618	-5.059.229.988
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-1.989.615.847 (-3,43%)	-20.292.787.969 (-32,22%)	18.303.172.122 (361,78%)

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Tab. 1 nos mostra que, apesar da queda de 3,43% das exportações o saldo comercial deu um exuberante salto e cresceu impressionantes 361,78%, saído de um déficit de 5 bilhões para um superávit de 13 bilhões. O grande fator responsável por este movimento foi a redução significativa nas importações (20 bilhões de queda) que foram 32,22% menores que no mesmo período do ano anterior. Razões que podem ser destacadas para esta trajetória são a desvalorização cambial, a queda no emprego, no PIB e a redução do investimento, todas associados a uma redução na confiança no futuro de nossa economia.

¹²⁹ Artigo escrito em junho de 2016.

¹³⁰ Professor de Economia da UFCG, tutor do PET-Economia e vice coordenador do GAACE. E-mail: rschmidtfilho@hotmail.com

TABELA 2 – Informações sobre a balança comercial brasileira, por regiões, entre Janeiro e Abril de 2016/2015 – em US\$.

Jan/Abril	Exportações	Var % em relação a 2015	Importações	Var % em relação a 2015	Saldo
Sudeste	26.379.546.16 1	-11,15	23.652.197.97 2	-28,96	2.501.945.17 6
Sul	11.233.378.30 5	-3,81	8.731.433.129	-31,49	2.727.348.18 9
Norte	3.664.588.164	-15,82	2.458.430.469	-45,50	1.206.157.69 5
Nordeste	3.867.973.988	-5,62	5.127.590.632	-43,58	-1.259.616.64 4
Centro-Oeste	9.224.139.675	38,66	2.728.308.447	-17,31	6.495.831.22 8

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MDIC.

Uma pergunta pertinente a se fazer é: Esta modificação de comportamento teve impacto igualmente distribuído entre as pautas comerciais das distintas regiões brasileiras? A TAB. 2 traz as informações sobre as exportações e Importações regionais e podemos perceber que a única região aonde não aconteceu redução nas exportações foi na região Centro-Oeste, que apresentou crescimento de 38,66% frente ao mesmo período de 2015. Esta região também apresentou a menor redução nas importações (queda de 17,31) e foi a que apresentou o maior saldo comercial, representando sozinha quase metade (49%) do saldo total. A região norte apresentou as maiores quedas tanto nas importações (45,50%) como nas exportações (15,82). Contudo, a única região a apresentar déficit durante o período foi a região Nordeste, com 1,26 bilhão negativo.

Quando observamos a composição tecnológica seguimos a classificação internacional das atividades Econômicas ISIC (International Standard Industrial Classification), na qual existem 4 agrupamentos possíveis de atividades intensivas em tecnologia: Alta, Média-Alta, Média-Baixa e Baixa Tecnologia, além dos produtos não classificados quanto a intensidade tecnológica (N.C.I.T.). A distinção entre os grupos fundamentalmente ocorre pelo diferente nível de utilização de P&D na produção, quanto mais alta, mais tecnologia existe.

TABELA 3 – Informações sobre a balança comercial brasileira, por Intensidade Tecnológica, entre Janeiro e Abril de 2016/2015 – em US\$.

Jan/Abril	Exportações	Var % em relação a 2015	Importações	Var % em relação a 2015	Saldo
PRODUTOS N.C.I.T	19.454.014.924	-5,68	4.559.225.546	-39,43	14.894.789.378
PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE BAIXA TECNOLOGIA	16.075.420.440	-1,62	4.493.790.075	-31,73	11.581.630.365
PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MEDIA-ALTA TECNOLOGIA	10.358.368.720	0,10	18.017.715.270	-29,11	-7.659.346.550
PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MEDIA-BAIXA TECNOLOGIA	7.247.454.117	-9,65	7.260.181.205	-39,32	-12.727.088
PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA	2.806.644.582	8,06	8.367.008.640	-27,23	-5.560.364.058

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MDIC.

A TAB.3 mostra que a nossa dinâmica de exportação se concentra nos grupos de menor intensidade tecnológica, sendo os produtos sem classificação e os de baixa tecnologia os grandes responsáveis pela geração de superávit. Na perspectiva negativa temos que os grandes responsáveis pela geração de déficit são os setores de alta-média e alta tecnologia. Esta realidade percebida neste primeiro quadrimestre infelizmente não é diferente do nosso perfil de inserção quando observamos sob a luz da História.

As expectativas quanto ao comportamento até o final do ano, segundo o Próprio MDIC, é de que chegaremos a um superávit de cerca de US\$ 35 bilhões neste ano. O Banco central, por sua vez estima que as exportações somem US\$ 190 bilhões e compras do exterior no valor de US\$ 160 bilhões, gerando assim um superávit de US\$ 30 bilhões. Vamos acompanhar!

A falta de trabalho, demissões em massa nas empresas e paralisação das construções civis devido à crise econômica que o país atravessa está resultando no aumento do número de crimes, principalmente os de roubos e furtos.

Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo mediu que a estagnação econômica já teve impacto direto no aumento da criminalidade. Foram analisados os 33 tipos de ocorrências policiais mais frequentes no estado de São Paulo. Uma boa parcela delas acompanha quase mês a mês a variação nas taxas de desemprego e as quedas no padrão de renda do brasileiro.

De 2001 a 2003, o ganho médio dos paulistanos caiu 18,8% e a oferta de trabalho 22%, enquanto nas ruas furtos e roubos aumentaram quase na mesma proporção, 23%. "Ao cruzar dados socioeconômicos e criminais foi possível provar que a extrema necessidade pode ser um incentivo ao crime", diz o professor Leandro Piquet Carneiro¹³³, um dos cinco pesquisadores responsáveis pelo estudo.

Segundo Daniel Cerqueira, da diretoria de estudos sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil também é campeão num problema que, segundo diversos estudos, pode empurrar desempregados para o crime. "O grande combustível da criminalidade é a desigualdade social", afirma. A frustração de viver em privação enquanto vê abundância ao redor alimenta um ressentimento que pode se tornar a semente do crime.

Nos últimos três anos, a fatia da população mais afetada pela falta de trabalho foram os jovens entre 18 e 24 anos. O desemprego nessa faixa etária alcançou 53%, enquanto a média para as idades restantes é de 22%. Pesquisas divulgadas pela Fundação Seade/Dieese mostram que a maior taxa de desemprego está entre adolescentes de 15 a 17 anos. Quase 60% deles estão na rua.

A crise econômica indica o estudo da Secretaria de Segurança, também está levando para o crime uma categoria inesperada de pessoas: os homens com mais de 40 anos. Nessa faixa etária, a variação mensal da taxa de desemprego cresceu 38% em três

¹³¹ Artigo escrito em junho de 2016.

¹³² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shayannesilvana@hotmail.com.

¹³³ Professor da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP).

anos - aumentando também os registros criminais desse grupo. "São pessoas que encontram dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho e, muitas vezes, têm filhos para sustentar", aponta Piquet. "Esses filhos estão justamente na geração que encontra maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho", lembra o sociólogo.

Estes dados de violência e crime não são só evidências do estado de São Paulo, se formos olhar o nosso estado (PB) e até nossa cidade (Campina Grande) nos últimos anos também divulgou o aumento da criminalidade associada ao desemprego, segundo Julio Jacobo (Pesquisador do Núcleo de Estudo Sobre Violência da UFPB) "são muitos os fatores que justificam esse crescimento, como a crise econômica e o desemprego, que é um dado estrutural"¹³⁴.

No ano de 2014, ocorreram 706 casos de homicídios nos seis primeiros meses. No ano seguinte (2015) um aumento de 6,2% no mesmo período, cerca de 752 homicídios. As cidades de João Pessoa e Campina Grande estão entre as 10 cidades que apresentam maior número de homicídios com 223 e 86 mortes respectivamente, segundo Fórum Paraíba Unida pela Paz da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Seds). Os dados da Seds mostram, ainda, que 74,77 dos criminosos têm até 32 anos, e são desempregados, estudantes e serventes de pedreiros, em sua maioria (49,5% dos acusados identificados pela polícia).

Infelizmente essa não é só a realidade da grande São Paulo ou de um estado pequeno do Nordeste, está acontecendo em todo o Brasil, são inúmeros casos de violência ligados ao desemprego em massa devido à crise política e econômica pela qual o país passa. Não há solução imediata para que os dados não aumentem a cada ano, porém, existem formas de redução do acesso de pessoas desocupadas (desempregadas) na vida do crime. O governo deve investir em programas voltados a esses tipos de pessoas, jovens entre 15 e 24 anos e adultos acima dos 40 anos, afinal é mais rentável para um governo pagar taxas de programas voltadas a beneficiar essa parte da população do que o elevado custo de mais um presidiário.

¹³⁴ Citação dada ao Jornal da Paraíba de 17/07/2015. Acesso em 18 de Julho de 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/155055_paraiba-registra-752-homicidios-no-pri-meiro-semester-de-2015>.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 visa estabelecer um teto para os gastos públicos, corrigindo-o apenas pela inflação, por 20 anos. A proposta para entrar em vigor precisa ser aprovada em duas votações pela Câmara dos Deputados, sendo que já teve uma aprovação, e mais duas votações no Senado. Caso a proposta seja aprovada, ela começará a vigorar em 2017 e terá como ano base para o orçamento 2016 corrigido apenas pela inflação.

Para justificar a necessidade de implantação de tal proposta, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 06 de outubro de 2016 fez um pronunciamento em cadeia nacional com a seguinte fala “Confiamos que o Congresso aprovará essa medida que vai equilibrar as contas públicas. Esse é o caminho para a volta do crescimento da nossa economia e para a criação de empregos que nosso povo precisa”¹³⁷.

Diante dessa fala do Ministro, não temos dúvida que o Congresso aprovará a proposta. Mas será que é realmente necessária tal medida para equilibrar as contas públicas? Segundo a Economista Laura Carvalho, professora da Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da USP¹³⁸, “não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação”. Ela nos explica que a falta de receitas é justificada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. E ainda diz “um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem pois não garante receitas, e serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação”.

Henrique Meirelles no seu pronunciamento ainda disse “é necessário um prazo para ajustar as contas de forma gradual, sem retirar direitos, sem cortar o dinheiro dos projetos mais importantes, aqueles essenciais”. A professora Laura Carvalho ainda

¹³⁵ Artigo escrito em outubro de 2016.

¹³⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

¹³⁷ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/10/na-tv-henrique-meirelles-explica-necessidade-do-teto-dos-gastos-publicos>>. Acessado em 15 de outubro de 2016.

¹³⁸ Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/10/professora-economia-usp-perguntas-respostas-pec-241.html>>. Acessado em 16 de outubro de 2016.

respondeu a seguinte pergunta: **a regra protege os mais pobres?** Segundo ela, não. A PEC gera a compressão das despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, além de que seu descumprimento gera sanções que serão pagas por todos os trabalhadores assalariados.

A professora quando questionada se a PEC 241 é a única alternativa, respondeu que há muitas outras formas de contornar a atual situação fiscal brasileira, “que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação, segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.”

Diante do pouco que foi exposto, é quase impossível ser a favor de uma medida que retira tantos direitos. Se pensar um pouco mais podemos perceber que o Brasil ficará estagnado por no mínimo 10 anos, já que é o período mínimo para que o orçamento possa ser revisado. O limite de despesas que a sociedade dispõe hoje já é menor do que há alguns anos atrás, pois em 2015 devido ao ajuste fiscal tivemos uma compressão dos gastos públicos.

Também quando avaliamos uma proposta com um horizonte temporal tão longo, ao menos acho longo, não deveríamos levar em conta que a população vai crescer? Segundo projeções da Organização das Nações Unidas, em relatório divulgado em julho de 2015¹³⁹, a população brasileira vai aumentar 20,8 milhões até 2030, alcançando 228,6 milhões de pessoas. Como é que com um orçamento que vem sofrendo cortes desde do ano passado pode atender a essa população? Fica claro que a PEC 241 não vai servir para ajudar os mais pobres, como a professora Laura Carvalho falou, existem outras maneiras de tentar recuperar a economia brasileira.

¹³⁹

Disponível em
<<http://www.valor.com.br/internacional/4154720/crescimento-demografico-no-brasil-vai-desacelerar-em-2040-preve-onu>>. Acessado em 16 de outubro de 2016.

A PRODUÇÃO DE MACONHA NO CANADÁ

João Paulo Fernandes de Lima¹⁴⁰

A partir da década de 2000 o Canadá passou a discutir e problematizar os efeitos da proibição da maconha no país. Pautas como mercado informal, relações de comércio internacional com os EUA e o montante de capital gerado pela venda do produto passaram a ser discutidos dentro do parlamento. Em 2001 o governo decidiu por lei regularizar a produção de cannabis para fins medicinais, controlando também uma quantidade tolerável para o porte individual de 15 gramas. O assunto se tornou polêmico dentro do parlamento causando entraves políticos e ideológicos sobre essa nova proposta de mercado dentro do País.

Passada uma década, a produtividade do mercado formal da maconha para fins medicinais já superava a produção dos setores mais tradicionais da economia, como a criação de gado e a produção do trigo, gerando sete bilhões de dólares canadenses por ano, tendo uma colheita anual que atinge em média 4.200 toneladas¹⁴¹.

A princípio, o esforço para que acontecesse a regularização e produção se dava para conter o tráfico com os EUA, pois o produto era contrabandeado pela fronteira, movendo um mercado informal que gerava dez bilhões de dólares canadenses por ano. Além disso, a população Canadense passou a aceitar cada vez mais o produto, consequentemente aumentava também a quantidade de pessoas favoráveis ao seu consumo, por ser naquele momento uma situação favorável, era necessário que esse consumo fosse regularizado, já que estes usuários também sofriam com as ilegalidades do comércio informal da erva. Quase metade da população adulta do Canadá já consumiu maconha ao menos uma vez na vida, segundo uma pesquisa feita pela Health Canada no ano de 2004.

O comércio da cannabis canadense tem se tornado cada vez mais atrativo para os empresários nacionais, pois é um mercado que garante grande aceitação da população e que gera lucros imensos, tendo baixos custos de produção e poucos problemas de qualidade no produto. Não só dentro do Canadá, mas em vários outros países pelo mundo, a maconha passou a ter uma maior aceitação na última década, isso favorece sua transação no mercado internacional, novas relações de comércio são construídas e a

¹⁴⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: joaopaulo.j52@hotmail.com.

¹⁴¹ Dados da Royal Canadian Mounted Police, agente regulador de maconha do governo canadense.

conscientização de que o produto gera mais benefícios do que problemas quando descriminalizada e regularizada. Os governos têm percebido que a guerra contra o tráfico só traz prejuízos imensos para a população, e que existem maneiras mais eficazes e humanas de se tratar a questão de produção da droga, como por exemplo a produção da maconha medicinal.

Cada pessoa possui liberdade subjetiva para consumir o que bem entender, e é partindo dessa premissa que o governo canadense tem se tornado mais flexível. É a própria lei de mercado clássico de uma economia, se existe demanda haverá oferta, então por que não ser tratado com um mercado formal sem grandes problemas, do que manter esse entrave sanguinário com a guerra contra o tráfico? Para isso, é necessário programa de conscientização do uso da maconha, para que as pessoas conheçam seus benefícios e malefícios, tendo em mente o quão importante pode ser a produção de maconha para uma economia, e como os impostos obtidos poderão ser usados para uma melhoria social, reaplicando impostos em mais educação, saúde e segurança.

A maconha quando legal, motiva a produção em larga escala, facilita o acesso dos usuários a um produto de qualidade, que pode ser mantido sobre ordem estatal acumulando impostos de produção e reinvestindo-os. Além do mais, é de extrema importância garantir uma saúde pública que possa cuidar dos casos de dependência química, ao invés de travar uma guerra infinita contra as drogas, fazendo com que milhares de jovens percam suas preciosas vidas.

A HERANÇA MONETÁRIA BRASILEIRA: ONDE O BRASIL PECOU?¹⁴²

*Kassia Larissa Abrantes Alves*¹⁴³

A política monetária é incapaz de gerar o crescimento do produto acima da produtividade ao longo prazo¹⁴⁴ deste modo ela atua no mundo inteiro com o objetivo principal da estabilidade de preços, pois, alcançando esse objetivo há como gerar maiores taxas de crescimento do produto e se pode reduzir as incertezas e distorções da economia, como também ampliar as decisões e permitir o aumento dos investimentos e ganhos de produtividade.

Se montarmos um cronograma da atuação da política monetária brasileira ao longo do tempo, temos que quando o Brasil tornou-se república no ano de 1889 sob o comando da presidência do Marechal Deodoro da Fonseca que tinha como objetivo implantar medidas rumo ao caminho da industrialização no país, dessa forma junto com o Ministro da Fazenda Rui Barbosa criou uma política monetária expansionista que concedia a liberdade de emissão do papel-moeda por parte dos bancos e oferecia a facilidade na obtenção de créditos por meio de empréstimos com finalidade de financiar projetos industriais, porém os efeitos dessa política foram totalmente contrários vindo a fracassar devido ao boicote promovido por um grupo de especuladores ligados diretamente aos latifundiários¹⁴⁵, pelos importadores e pelos investidores estrangeiros, que se aproveitaram da facilidade de crédito e começaram a abrir empresas-fantasmas e assim inundaram o mercado financeiro e o país de moeda sem lastro, o que ocasionou uma forte crise econômica com efeitos do aumento do preço dos bens (conseqüentemente, inflação), falências de muitas empresas e empreendimentos e desconfiança nas instituições financeiras, a esta crise deu-se o nome de Encilhamento. Seria esse o pontapé inicial da nossa herança monetária e o grande pecado que o país cometeu?

¹⁴² Artigo escrito em julho de 2016.

¹⁴³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e membro do Laboratório de Pesquisa em Economia Aplicada e Engenharia de Produção (LAPEA). E-mail: klarissaabrantesa@gmail.com.

¹⁴⁴ <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2002/12/ri200212b5p.pdf>.

¹⁴⁵ Os latifundiários eram os donos de grandes porções de terra, que geravam forte obtenção de lucros e estavam inseridos no ramo das atividades da agricultura, porém por muitos anos no Brasil, estes desempenhavam a monocultura (produção e cultivo de um único produto) e desta maneira foram detentores de grandes benefícios pessoais e contra o processo de industrialização do Brasil.

Dando um grande salto no tempo e chegando à Reforma Bancária de 1964 onde foi criado o Banco Central do Brasil (BCB) e dada autonomia as autoridades monetárias em relação ao Governo Federal, o país possuía um regime de câmbio fixo (a política monetária depende do regime cambial adotado pelo país) que em virtude da inflação da época se desvalorizava frequentemente (regra da minidesvalorização), assim o Banco Central passou a comprar e vender moeda estrangeira ao preço fixado, mas o mercado era limitado e essas negociações só podiam ser feitas no mercado oficial por intermédio do mercado paralelo, tempos depois criam o mercado de taxas flutuantes e isso faz com que o mercado paralelo seja esvaziado, dessa forma o BCB passa a intervir diretamente na economia, fixando uma taxa básica de juros, a taxa SELIC/overnight todos os dias no mercado de reservas. Atuando com o sistema de câmbio fixo o BCB não pode fixar ao mesmo tempo a taxa de câmbio e a taxa de juros. Daí concluímos que o objetivo central da política monetária brasileira dessa época foi financiar parte do déficit público através da emissão de moeda, isso ocorreu, pois, o sistema de intervenção simultânea nos mercados cambial e monetário, desenvolvido no final da década dos 60 e início da década dos 70, foi a arquitetura necessária para que o Banco Central do Brasil, desempenhasse a função auxiliar da receita federal, arrecadando o imposto inflacionário, que agravou as injustiças sociais do desenvolvimento econômico brasileiro. A política monetária, portanto, esteve sempre subordinada ao objetivo do financiamento do déficit público¹⁴⁶.

No ano de 1994 houve uma reforma monetária com a finalidade de frear o elevado grau inflacionário e implementado o Plano Real, com esta reforma o regime cambial adotado foi o de câmbio flutuante e este em conjunto com a elevada taxa de juros davam credibilidade ao novo plano econômico, porém esta estabilidade durou até 1998 com o ataque especulativo que forçou o governo do país a elevar os juros para manter a credibilidade com o cenário internacional. Em 1999 o país adota o Regime de Metas de inflação que busca prevê um limite de tolerância para este fenômeno e assegurar que a inflação do período fique dentro dessa meta estabelecida para isso se faz necessário o uso da política monetária que neste tempo passou a ser restritiva, ou seja, utilizou da elevação da taxa de juros para tentar equilibrar a economia brasileira.

Todos esses efeitos e as medidas tomadas na execução da PM ao longo desses anos no Brasil compõe a nossa herança monetária, e cabe a nós avaliarmos em que pontos erramos e acertamos, atualmente a PM ainda é de caráter restritiva (ou

¹⁴⁶ <http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Polimone.pdf>.

contracionista) e diante das dificuldades que nossa economia está enfrentando a PM teve que se manter especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de ocorrer mais elevação da inflação e assim mantendo a elevada taxa de juros e redução do crédito, mas dessa forma a uma diminuição do poder de compra das pessoas e das empresas, deste modo é questionável se é realmente eficaz a atuação de uma política monetária restritiva na economia em cenário como estes, pois, ela pode assegurar a diminuição do nível de preços, mais propõe também o desaquecimento da economia em termos do consumo.

AS MEDIDAS PRIORITÁRIAS DO GOVERNO TEMER: QUEM VAI PAGAR O PATO?¹⁴⁷

Mattheus Rodrigues da Silva¹⁴⁸

Após sucessivos períodos de piora, a economia brasileira vem dando sinais de recuperação, embora de forma modesta. Os indicadores de produção, de preços e de atividade econômica vêm reagindo às medidas recessivas impostas tanto no governo Dilma, quanto no governo Temer. Tais “melhoras” estão longe de ser algo a se comemorar, pois só ocorrem em detrimento de retrocessos que ameaçam conquistas sociais.

Desde que assumiu o governo de forma interina, Michel Temer e sua equipe econômica vêm sinalizando que estão dispostos a implementar medidas impopulares sob a afirmação de que é necessário fazer com que o Brasil volte a crescer. O “ajuste” de Temer traz uma série de medidas visando reduzir ao máximo o tamanho do estado através da redução dos gastos públicos e implementar características liberais à economia brasileira. Dentre as medidas que compõe o ajuste, as principais são: a PEC 241, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e as privatizações.

A PEC 241 conhecida também como “A PEC dos gastos” se trata de um projeto de lei que institui um novo teto para o aumento dos gastos públicos, e tem como objetivo reduzir as despesas governo, fazendo com que os gastos do ano corrente, sejam definidos através dos gastos do ano anterior, corrigido pela inflação para os próximos 20 anos, ou seja, a partir desta medida não haverá mais aumentos reais dos gastos públicos. Essa medida é defendida pelo atual governo, como um meio de atenuar a crise, em especial a crise fiscal que é tida como a principal causa da crise brasileira.

A reforma trabalhista proposta pelo governo Temer visa oficializar a carga horária de 12 horas semanais, além possibilitar acordos entre patrões e empregados sem a presença da convenção coletiva, além de contratos por produtividade.

Fica claro que essa reforma se trata de uma estratégia do governo que visa agradar os empresários através do enfraquecimento de direitos previstos na CLT, onde direitos como férias, FGTS e 13º salário poderiam vir a ser reduzidos através dessas

¹⁴⁷ Artigo escrito em outubro de 2016.

¹⁴⁸ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) E do Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: Mattheusr36@gmail.com.

negociações coletivas. Adotar medidas como esta em um momento de desemprego alto induz o trabalhador a abrir mão de seus direitos para conseguir o emprego, e que trabalhadores que já estão inseridos no mercado de trabalho se sujeitem a perder seus direitos com medo de ficar desempregado.

Espera-se que a reforma da previdência seja lançada ainda este ano, esta reforma deve atingir todas as classes de trabalhadores e traz consigo uma série de mudanças. De acordo com o governo a previdência é deficitária e o “rombo” está crescendo ao longo dos anos, deste modo se faz necessário promover alterações para que a previdência deixe de ser um problema. Os pontos mais atacados estão relacionados à idade mínima, o tempo de contribuição e a diferença de tempo de contribuição entre homens e mulheres, além da vinculação da aposentadoria ao salário mínimo. A reforma pretende fixar um valor limite que envolve o tempo de contribuição e a idade deste modo para ter direito a uma aposentaria integral o trabalhador vai precisar trabalhar mais e ter uma idade mais elevada.

Em algumas situações o limite imposto para poder se aposentar, sequer condiz com a expectativa média de vida, pois tem estados em que de acordo com expectativa média de vida alguns dos segurados não chegarão a desfrutar nem 5 anos do benefício.

Outro ponto apontado como essencial pelo governo Temer são as privatizações, como sinalizou Temer se espera para os próximos anos privatizar tudo o que for possível, empresas estatais, aeroportos, ferrovias, portos, usinas hidrelétricas, etc. O atual ministro da fazenda Henrique Meirelles já sinalizou que pretende arrecadar cerca de R\$: 30 bilhões através das privatizações e para isso não devem medir esforços, seja vendendo o pré-sal por um valor irrisório como foi feito com a Vale na década de 90.

É possível observar que todas as medidas favorecem um determinado grupo, e que o povo (de modo geral) está sendo lesado por tais medidas, perdendo direitos básicos e retrocedendo, que as classes mais baixas serão os grandes financiadores do ajuste que será implantado, e que estamos encaminhando para uma recuperação econômica à custo de uma sangria social.

. Que o país precisa de ajustes, para poder se recompor é óbvio, mas dizer que a PEC 241 é a saída para o Brasil é um equívoco por negligenciar fatores que devem ser expostos. A adoção desta medida irá afetar de forma maior as classes mais pobres, que

dependem de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana, e o congelamento tornará esses serviços menos eficientes.

REFERÊNCIAS

ISTO É DINHEIRO. Disponível em :< <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20161017/previsao-retracao-pib-2016-passa-315-para-319-pesquisa-focus/423265>> Acesso em: outubro de 2016.

VALOR. disponível em :<<http://www.valor.com.br/brasil/4745821/mercado-melhora-projecao-para-inflacao-e-juros>> Acesso em: outubro de 2016.

CARTA CAPITAL. disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/plano-temer-aprofunda-desigualdades>> Acesso em: outubro de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1812830-temer-anuncia-concessoes-e-privatizacoes-para-2017-e-2018.shtml>> Acesso em: outubro de 2016.

PRONUNCIAMENTO DE LULA A IMPRENSA E MUDANÇAS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES¹⁴⁹

Mateus Cavalcante Honorato¹⁵⁰

O ministério público federal na manhã do dia 14/09 abre uma denúncia contra o ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sua esposa e mais 6 pessoas por corrupção no caso que envolve a Petrobras e a empresa OAS. Lula também é acusado de lavagem de dinheiro junto ao ex presidente da OAS. O procurador da república afirma que Lula trabalhava de forma passiva e era quem comandava todo o esquema para saquear os cofres públicos.

No caso de não conseguir reverter a acusação, Lula terá de arcar com R\$ 87,6 milhões que para os acusadores seria o montante desviado de contratos com a Petrobrás e demais propinas. Agora na quinta-feira 15/09 Lula se defenderá abertamente a imprensa e dependendo do rumo que as acusações tomarem e como irá ficar a situação quanto ao ex-presidente muitos eleitores procuram saber se Lula será candidato as eleições de 2018. O comando do PT (Partido dos Trabalhadores) ao qual Lula é, acusou a Lava Jato de perseguição ao ex-presidente justamente para tentar inviabilizar sua candidatura nas próximas eleições.

Lula demonstrou-se um pouco triste, mas não surpreso e em reunião com o presidente do Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Lula defendeu mudanças no partido com o fim da eleição direta na escolha de dirigentes, contudo o ex-presidente deixa claro que não quer assumir a presidência do PT.

Entre os cotados para a presidência do PT estão ex-ministros Gilberto Carvalho, Jaques Wagner, Alexandre Padilha e Humberto Costa (PE), além do senador Lindbergh Farias (RJ), o deputado José Guimarães (CE) e o presidente do PT-SP, Emídio de Souza.¹⁵¹

¹⁴⁹ Artigo escrito em setembro de 2016

¹⁵⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mateuscavalcanteh@gmail.com

¹⁵¹ Notícia disponível no link: <http://www.valor.com.br/politica/4710475/ex-presidente-sobe-o-tom-contra-forca-tarefa>

O PROBLEMA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NO BRASIL¹⁵²

*Ray Araujo Duarte do Rêgo*¹⁵³

Na última terça (09/08/2016), o governo enviou para o congresso um projeto de lei complementar que tem como objetivo redefinir os termos da dívida dos estados com a união, o PLP 257. Diante da complicada situação fiscal em que os estados se encontram, o projeto prevê o alongamento da dívida com a união por mais vinte anos, com seis meses de carência. Como contrapartida pelo refinanciamento, o governo havia incluído no projeto uma série de medidas que teriam que ser cumpridas pelos estados nos próximos anos, entre estas medidas se destacam a adoção de um teto de gastos definido pela despesa do ano anterior corrigida pela inflação e a proibição da concessão de aumentos ou outras vantagens aos servidores públicos por dois anos. Já na quarta (10/08) a pressão dos deputados fez o governo retirar a segunda exigência. A controvérsia em torno do funcionalismo público e de seu peso nas contas públicas foi reacendida nos últimos dias como consequência do projeto.

Os termos do debate giram em torno de dois extremos. Muitos argumentam a insustentabilidade da configuração atual do funcionalismo, o argumento é o do “inchaço do estado brasileiro”, que deveria ser enxugado em nome de maior eficiência, associada ao do setor privado. Outros veem que o tamanho da nossa máquina pública não dá conta dos deveres que o estado tem para com os cidadãos, receitando um maior investimento em serviços públicos, o que envolve o aumento do número de servidores. Diante desses dois posicionamentos limite, a consulta aos dados e a análise objetiva da realidade se fazem necessárias.

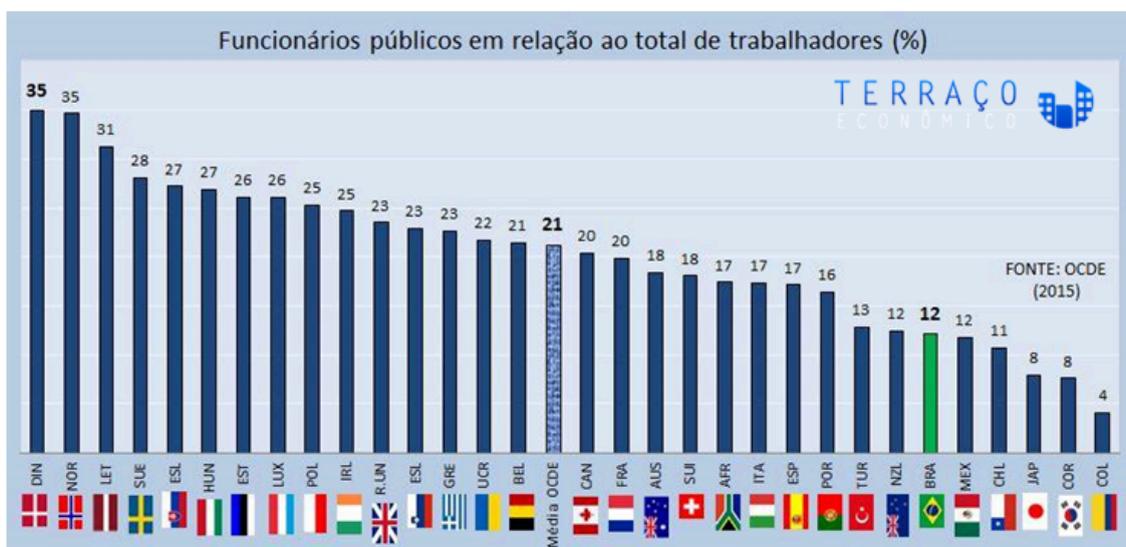
Em primeiro lugar cabe desmistificar o argumento de que o Brasil teria uma grande quantidade de funcionários públicos. O gráfico abaixo mostra a relação entre os servidores e o total de trabalhadores de uma amostra de países de acordo com trabalho da OCDE¹⁵⁴. Podemos observar que apenas 12% da força de trabalho do Brasil é empregada no setor público, o país está longe das primeiras posições, abaixo da média dos países da OCDE e atrás de vários dos países desenvolvidos, como França, Inglaterra e Canadá.

¹⁵² Artigo escrito em julho de 2016.

¹⁵³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET Economia – UFCG. E-mail: rayduarte@gmail.com

¹⁵⁴ O trabalho pode ser acessado em http://www.oecd-ilibrary.org/governance/government-at-a-glance-2015/employment-in-the-public-sector_gov_glance-2015-22-en

GRÁFICO 1 – Funcionários públicos em relação ao total de trabalhadores



Fonte: OCDE. Elaboração: Terraço econômico¹⁵⁵.

Fica claro assim que, quantitativamente, o número de servidores não é “inchado”. O acompanhamento da realidade de muitos dos nossos serviços públicos atesta que seu alcance é, pelo contrário, insuficiente. Basta citar exemplos evidentes como a educação (sobretudo a básica) onde faltam professores, o judiciário que tem um déficit marcante de defensores públicos ou a saúde, que mingua por falta de médicos.

Devemos considerar, entretanto, que o peso do funcionalismo público no orçamento da união não depende apenas do número de funcionários, mas também do seu custo. Estimou-se num estudo do IPEA¹⁵⁶ de 2013 que o diferencial salarial entre trabalhadores do setor público e do setor privado que exercem o mesmo ofício é de cerca de 23%. Tal diferencial e seu crescimento ao longo do tempo é o que pode gerar uma pressão além do normal nas contas públicas. Ainda segundo o estudo, o diferencial seria regressivo no que se refere à distribuição de renda do país.

Um ponto que sempre é alvo de polêmicas é o da estabilidade dos servidores públicos, aqui não devemos fazer concessões ao mito de que a estabilidade seria um privilégio injusto frente à situação da maioria da classe trabalhadora brasileira. Na verdade, ela é uma condição indispensável para que o funcionalismo não esteja

¹⁵⁵ Pode ser encontrado em:

<http://www.infomoney.com.br/blogs/terraço-econômico/noticia/5406420/funcionalismo-publico-brasil-grafico-para-mudar-sua-visao>

¹⁵⁶ Publicado em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1844b.pdf

suscetível a mudanças políticas e ao aparelhamento por parte dos governos em nome de vantagens políticas e eleitorais.

Deve-se notar ainda que nem todos os servidores possuem a estabilidade no cargo, apenas aqueles que são concursados para cargos de execução exclusiva do estado e são contratados sob o “regime jurídico único” ou regime “estatutário”. De outro lado, temos os empregados públicos que são concursados para cargos em empresas estatais e sociedades de economia mista, que são contratados pelo mesmo regimento do setor privado, a CLT, com a especificidade de que não haver demissão sem causa comprovada. O regime estatutário confere algumas vantagens como a estabilidade e a aposentadoria por idade mais cedo, mas também há desvantagens em relação à CLT, dentre elas destaca-se a impossibilidade de progredir de cargo.

É importante ter clareza que não é só o tamanho da máquina pública que determinará se os serviços oferecidos à população serão suficientes e de boa qualidade. Ainda de acordo com o gráfico, vemos à frente do Brasil no número de servidores países com piores serviços públicos, enquanto atrás há países que provêm melhor seus serviços. O que determinará a efetividade dos recursos aplicados são a eficiência e transparência com que são implantados.

É preciso haver mecanismos que garantam que os funcionários apresentem uma maior produtividade, isso envolve mecanismos de avaliação e controle mais rígidos, como através da implantação de metas mínimas para o servidor, que se não cumpridas seguidamente acarretariam sanções. Também é necessário pensar em formas de prover maiores incentivos individuais para os trabalhadores, como perspectivas de avanço na carreira.

Da mesma forma, o maior controle democrático e transparência na gestão da máquina pública criam uma barreira aos desvios e à má aplicação de recursos, o que garantiria uma melhora na qualidade dos serviços oferecidos, assim como na estrutura com a qual os servidores trabalham, elevando assim sua produtividade.

Podemos perceber que o problema e as soluções são mais complexos do que a simples visão de mais ou menos estado. Apesar de não termos uma grande quantidade de servidores relativamente à média global, os encargos relacionados a eles geram uma pressão sobre as contas públicas, cabe a discussão sobre a adequação destes encargos, principalmente levando em conta a atuação predatória da iniciativa privada no Brasil, que não a torna a melhor referência para as políticas públicas.

Para além disso, se o que queremos afinal é um bom retorno para o investimento em serviços públicos o caminho a ser adotado passa pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas no país, fazendo das pessoas agentes cada vez mais imbuídos de poder decisório e fiscalizador. As manifestações de 2013 deixaram claro que o problema dos serviços públicos é central na condução da república e que seu aperfeiçoamento deve ser discutido de forma ampla e horizontal.

ISRAEL E O SEU MODELO DE GESTÃO HÍDRICA: REFLETINDO SOBRE A ATUAL SECA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO¹⁵⁷

*Viviane Juliana Oliveira Silva*¹⁵⁸

O Estado de Israel localiza-se no Oriente Médio e é caracterizado geograficamente por uma grande diversidade climática, apesar de sua pequena extensão territorial de 22.145 km², compatível aproximadamente com o tamanho do estado de Sergipe.

O país impressiona por ser autosuficiente na produção de alimentos, atendendo uma população de 7,1 milhões de habitantes, em meio a condições predominantemente adversas como solo pobre, falta de recursos naturais e escassez de água. O índice médio de chuva de Israel é de 600 milímetros por ano, menor do que o índice médio do semiárido brasileiro que é de 800 milímetros anuais. Na região sul, onde está o deserto de Negev, esse índice não chega a 30 milímetros/ano.¹⁵⁹

Para lidar com a escassez hídrica o governo israelense investiu em medidas concretas, capazes de garantir o bem-estar da população local. A produção de águas de reuso, através da captação e tratamento dos esgotos das casas do país, e a dessalinização da água do mar foram as principais práticas adotadas na última década e vem resultando em uma produção anual de quase 2,2 trilhões de litros de água, a maioria destinada para a irrigação agrícola. O problema da escassez e a determinação em busca de resultados tornou a tecnologia agrícola do país uma das mais desenvolvidas do mundo, com empresas especializadas em tecnologias e soluções para toda a cadeia agrícola, contribuindo para que Israel se tornasse um importante exportador de agrotecnologia. Somada a essas medidas, executa-se também um trabalho de conscientização das novas gerações acerca da importância de economizar água.

O exemplo israelense nos leva a refletir e questionar a realidade do semiárido brasileiro que semelhantemente possui desafios climáticos, existência de um solo pouco fértil e intensa escassez de água, contudo as alternativas adotadas para a convivência com a seca diferem completamente.

¹⁵⁷ Artigo escrito em Novembro de 2016.

¹⁵⁸ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: vivianejuliana5@gmail.com.

¹⁵⁹ Notícia disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,israel-ensina-a-cultivar-no-deserto,336869>

Em um trecho da música *O Castigo do Sertão*, Ary Lobo em meados da década de 1960 relata um pouco do triste cenário vivenciado nas regiões assoladas pela seca:

É o começo do fim. É muita gente sem pão. É raio de sol ardendo, queimando a face do chão. Aonde o sol faz morada, a chuva não pode entrar, somente a seca malvada reside ali no lugar. Sei que é sofrimento, sei que é padecer, ver o açude sem água e a plantação se perder.

A seca é o principal argumento utilizado para justificar o baixo crescimento e desenvolvimento econômico e social da região. As chamadas “medidas efetivas” do governo, para combater a seca no semiárido, residem em investimentos voltados para a construção de barragens e cisternas, além da transposição do Rio São Francisco, cujas obras iniciaram-se em 2007 e até então não foram concluídas. Somada a essas medidas, encontram-se as políticas emergenciais onde o transporte de água é feito através de carros pipas e a população é amparada por meio de projetos assistencialistas, como: Bolsa Estiagem e o Plano Safra Semiárido.

A indústria da seca, processo pelo qual as elites regionais tiram proveito das vulnerabilidades do sistema, tem sido perpetuada ao longo dos anos, pois as medidas que buscam atender a população do polígono das secas mostram-se pouco eficientes, com recursos improdutivos, incapazes de reverter significativamente a realidade local e infelizmente muito dos recursos e obras acabam sendo destinadas para o benefício de uma minoria oligárquica. Apesar disso tudo, as medidas acima citadas refletem a vitória parcial da população local, que não possuía nenhuma política voltada para garantir o mínimo de assistência e que hoje possui “alguma coisa”, ainda que insuficiente.

No entanto, ao contemplar o modelo de gestão hídrica de Israel, percebe-se que ainda há muito que lutar. Tal modelo evidencia que o argumento de culpar as condições climáticas e a falta de chuva não faz sentido. O que de fato necessitamos é da disposição e seriedade dos nossos representantes para lidar com essas condições, criando soluções efetivas para possibilitar a convivência com a seca. A população não pode continuar sobrevivendo de respingos que nas contas públicas custam bilhões e que na realidade não atinge as necessidades daqueles que são castigados pelo o descaso ao longo dos anos.

A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA E A PUBLICIDADE DE COMBATE À INFLAÇÃO

Alexandre Silva Lima¹⁶⁰

O medo ainda é meio mais eficaz para que os demais aceitem fazer aquilo que eles não querem, ou seja, se querem que sejamos moralistas mesmo sem querermos cria-se o inferno para mostrar que há um lugar pior do que estamos e se não seguirmos a cartilha escrita por eles lá queimaremos pela eternidade. Isto é o que fazem conosco todos os dias quando se fala em economia, o alarde da inflação, desemprego e da crise. Não que queiramos que isso aconteça, mas é isso que precisam para que venham com seus modelos necessários para alcançarmos nossa salvação. O medo do desemprego aos 12% nas décadas 90/00, a estagflação nas décadas de 80/90 ainda assombram os brasileiros e é exatamente este ponto em que os telejornais de maior audiência massacra de informações negativa para fortalecer a ideia da necessidade de um ajuste fiscal e afirmação da política monetária no cumprimento do Regime de Metas de Inflação praticada pelo banco central. E aqui quero apresentar minhas observações no que se refere a política monetária.

Para isso terei que voltar um pouco no tempo de forma rápida a lembrar dos governos de Getúlio Vargas com o processo de substituição de importações, com um estado provedor do crescimento econômico e formação de um mercado consumidor interno. Juscelino Kubitschek com seu plano 50 anos em 5, que por sua vez, internacionalizou a indústria brasileira como o “motor” da economia, com seu capital estatal na indústria de base e investimentos em comunicação, energia e transporte, e o regime militar com o milagre econômico com grandes taxas de crescimento e tentou atrair capitais para o país para investir na indústria pesada nos tempos do milagre econômico. Todo esse esforço vem sendo desmantelado desde a década de 90 e embora pareça um tempo distante provoca efeitos na nossa economia e poderia ser a nossa solução, o que entenderemos mais lá frente.

A política brasileira vem sofrendo com uma mudança que desde a década de 80/90 vem diminuindo a condição do Estado intervir na economia. A exemplo deste período a estagflação que uma saída encontrada era a vendas e compra de títulos em um momento de fragilidade da economia e para isso era necessária a elevação dos juros que

¹⁶⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com

compensassem o risco e torna-los atraente entre outros fatores que levaram a necessidade de manter a taxa alta e a Moratória que sepultou a confiança da economia nacional. Já na abertura da economia brasileira uma maior movimentação dos recursos financeiros ocorreu e muitas dessas mudanças faziam parte do Consenso de Washington com seu viés liberal como também a política de privatização das Estatais que alterou a estrutura de nossa economia.

E enfim chegamos a instituição do Regime de Metas de Inflação após o governo brasileiro representado por Fernando Henrique Cardoso recorreu ao Fundo Monetário Internacional em 1998 cedendo a interferência das políticas internas como contrapartida que resultou no decreto 3088/99 em que seu artigo 1º onde fica fixado o regime de política monetária em sistemática metas de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mediante proposta do Ministro da Fazenda e de competência do Banco Central a execução das políticas necessárias para alcançar a meta. E na Circular 2868/99 do BACEN a criação da taxa Selic com a descrição o objetivo estabelecer diretrizes da política monetária.

E assim instrumentalizou a política monetária, primeiro a Selic no “objetivo” de controlar a inflação eleva a sua taxa para induzir a queda de consumo, alegando que alta dos índices de preços é provocada pela demanda, decisão que gera discordâncias. Ao escolher essa elevação da taxa de juros e tornando-a permanente, sendo uma inflação de demanda ou não, ela aumenta os custos financeiros das empresas e perca de investimentos na produção. E toda vez que a meta de 4,5% é ameaçada ser ultrapassada o seu controle é feito por meio da elevação da taxa de juros. Segundo é a necessidade de enxugar o excesso de moeda em circulação, partindo da ideia que este excesso tenha influencia no aumento dos preços, e quando teve a desvalorização do dólar houve uma grande movimentação o Brasil reteve dólares em troca de títulos.

O problema é que esses dois instrumentos não apresentam resultados, e pior, os agravam. A elevação dos preços não é causa por excesso de demanda, mas por constantes aumentos de preços de alimentos e preços administrados (combustíveis, telefonia, energia, serviços bancários, transporte público). Agora podemos verificar o quanto seria importante a estrutura econômica desenhada por os governos antes década da 80 que descrevi acima, foram sujeitas ao dismantelamento da estrutura econômica. Sobre a alegação que as estatais não geravam lucros e seria um peso para o estado, as empresas estatais não deveriam mesmo gerar lucros, mas sim promover o crescimento intervindo na economia. Ora, se tivemos as empresas estatais em mãos poderíamos

controlar os níveis de preço por intervenção governamental, no controle dos preços da gasolina, telefonia, energia, nos serviços bancários e até na construção civil pela indústria de aço. O modelo de privatização previa uma economia aquecida pelas empresas privadas que infelizmente não conseguem sequer controlar o poder de determinar os preços formados pelos carteis.

Enquanto isso o BACEN vai elevando a taxa de juros, que são aumenta os custos das empresas que afeta os preços dos produtos e fazem que as empresas percam a capacidade de investimento. Essas taxas de juros são determinadas pelo Copom (Comitê de Política Monetária), que não são determinadas por formulas econométricas e sim por analistas independentes, que de acordo com a CPI da Dívida Pública a composição de analistas tem 95% fazem parte do setor financeiro. Opa! Os principais beneficiários da dívida pública são os que determinam sua taxa de retorno? Sim. Em 2013, os beneficiários da dívida pública eram compostos da seguinte maneira: 47% Bancos Nacionais e Estrangeiros, 18% Fundos de Investimento, 13% os Fundos de Pensão, 11% Investimento Estrangeiros e os pequenos investidores não representam nem 0,5%, chamado Tesouro Direto. E parte desse rendimento vai embora do país por remessas de lucros.

Em seu outro instrumento, a operação de mercado aberto na expectativa de reduzir a inflação aplica o método de enxugar o volume de moeda nacional ou estrangeira. Quando o dólar estava desvalorizado, especuladores viram a oportunidade de trocar os dólares por dívida brasileira e sua seguridade no Regime de Metas de Inflação. O que fez o Brasil segurar uma grande quantia de reservas internacionais que possui baixo rendimento e juntamente com o volume de moedas nacionais deixam de circular na economia reduzindo a capacidade de produção nacional.

E o que a publicidade tem a ver com isso? Ela centraliza todo seu foco na inflação e justifica os seus métodos apoiados nessa política monetária superavitária, que somos reféns somente dos investidores por isso precisamos sacrificar para conquistar o seu capital, sem ao menos justificar as causas da inflação. Isso talvez se dê pelo fato de que os meios de comunicação só reproduzem um lado, o que é fácil de perceber quando os noticiários de maiores audiência coloca os representantes de grandes bancos e grupos de investimentos, ou seja, aqueles mesmo analistas que determinam a taxa de juros para induzir a perpetuar seu modelo e não de discute outras alternativa como por exemplo uma política de reforma agraria além de diversificar o mercado o abastecerá também reduzindo os preços dos alimentos que um fator determinante para o aumento dos

preços, e deixamos de ter uma agricultura de exportação, que esse recurso preso pela política monetária em parte distribuído no setor da agricultura familiar que gera 70% do consumo interno se modernizaria e inclusive abasteceria a indústria reduzindo também o custo de produção e reduzindo preços e agregando valor a economia.

Em vez disso sucumbimos a um modelo que explora o povo brasileiro e nos deixa num ciclo vicioso que somente agrava a estrutura econômica destruindo o pouco que conquistamos!

FALTA DE DEMOCRACIA NA MOBILIDADE URBANA: A QUESTÃO DAS CICLOVIAS

Alice Davi Ferreira¹⁶¹

A Mobilidade Urbana pode ser definida como um conjunto de políticas que, em teoria, possui o intuito de fazer com que o acesso ao espaço urbano seja amplo e democrático, a partir do uso de meios de transporte. Este artigo aborda as dificuldades relacionadas a um meio de transporte específico, a saber: a bicicleta. A falta de cicloviarias, em muitas cidades no Brasil, está, de maneira geral, relacionada a decisões políticas e econômicas e esta situação afeta a vida das pessoas, o meio ambiente e também a economia das cidades.

É fato que não é prioridade, para a maioria das políticas de mobilidade urbana dos governos municipais, a implantação de sistemas cicloviários. Se sistema de ônibus, tido como público está nas mãos de empresas privadas e é um dos principais meios de transporte para a população do Brasil, será muito mais difícil para a mesma conseguir construção de cicloviarias nas ruas das cidades devido à toda uma estratégia do governo, junto com as empresas, de propagar que pedalar é perigoso, que financiar um carro é mais seguro, sendo o governo o único setor que pode investir em cicloviarias.

Neste contexto, vale salientar o peso que tem as empresas de automóveis nessas decisões políticas. Desde 1950, quando Juscelino Kubitschek teve como proposta a modernização do Brasil e, para isso, ele abriu o país para o capital estrangeiro, houve um estímulo ao consumo de automóveis individuais como um bem “acessível” e necessário. Este intuito de modernizar o país, estimulando o consumo de carros, precarizou alternativas coletivas de meios de transporte, na época, e precariza, até hoje, com a mesma lógica, colocando o carro como meio mais viável, descartando a possibilidade de existir outros meios para o transporte.

Como o sistema capitalista necessita da economia das cidades para sobreviver, a intensificação do consumo, nestas, de produtos vindos de indústrias é fundamental para o desenvolvimento daquele e o consumo de carros faz parte deste cenário. Os interesses das empresas influenciam fortemente as decisões políticas e isso dificulta políticas alternativas como a implementação de cicloviarias, fazendo da mobilidade urbana algo nem um pouco democrático.

¹⁶¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

Não se pode esquecer que o número de carros nas cidades aumenta todos os anos, afetando o bem-estar social e ambiental. O uso de bicicletas apresenta diversas vantagens: é sustentável e é uma forma de transporte que revoluciona pessoas e tudo em sua volta, pois ocupa pouco espaço, é silenciosa e ainda contribui de forma benéfica para a saúde delas.

Um dos problemas que existe é que as ruas não foram construídas tendo em vista a possibilidade de construção de ciclovias. São ruas estreitas feitas somente para carros, sem estrutura para os ciclistas, que passam por dificuldades por terem que “dividir” as ruas com carros, motos e ônibus.

A construção de ciclovias incentiva o uso de bicicletas por parte das pessoas, segundo a pesquisa sobre Mobilidade Urbana, realizada pela Rede Nossa São Paulo e Instituto Ibope, em 2012. Das pessoas entrevistadas que afirmaram não utilizar nunca a bicicleta, 63% delas afirmaram que passariam a usar havendo melhores condições. Essa construção também faz acontecer um fenômeno interessante, que é o aumento da segurança no trânsito. *“Isso porque quanto maior a presença de ciclistas nas ruas, menos acidentes ocorrem, uma vez que os motoristas tendem a adotar um comportamento melhor. É o que comprova um estudo feito pela Universidade do Colorado em Denver, EUA”*, disse Alex Gomes, consultor em mobilidade urbana.

A escolha pelo uso de bicicleta como meio de transporte também é um meio de beneficiar a economia e o comércio da cidade. Isso porque as velocidades que as bicicletas alcançam são bem menores que as que os carros e motos alcançam, e por isso os ciclistas ficam mais atentos às fachadas das lojas. Em Nova York, quando a Times Square teve a circulação de carros restringida, houve um aumento de 50% no valor dos imóveis e na receita do comércio.

Observa-se, então, a grande força das empresas privadas nas decisões das políticas públicas, impedindo em muitas áreas o desenvolvimento do bem-estar social e ambiental. A criação de ciclovias é deixada de lado pela maioria dos governos municipais do Brasil e será deixada por muito tempo se a conjuntura continuar no mesmo sentido, pois a importância maior mostrada à população, devido às influências já citadas, é o consumo de carros e motos, resultando numa maior poluição das cidades, maior índice de sedentarismo para as pessoas, maior caos nas ruas etc.

OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E O PROCESSO MIGRATÓRIO: CASO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL¹⁶²

*Ednaldo de Almeida*¹⁶³

O processo de globalização aproximou as nações em seus aspectos econômicos, políticos e culturais, provocam transformações importantes na migração internacional, gerando também novas tensões e conflito. Entretanto, se a migração entre regiões de diferentes territórios não é um fenômeno novo, tem assumido novas formas com a globalização. Portanto, nas últimas décadas, não apenas é possível verificar um aumento dos fluxos migratórios entre países, como mudanças nas motivações e direções destas migrações.

As perspectivas apontadas pela literatura sobre migração internacional e globalização consideram as importantes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais das últimas décadas. Essas transformações vão dotar de novas características o fenômeno migratório, trazendo novas questões para os pesquisadores vinculados às ciências sociais. De acordo com Oliveira e Moreira *apud* Nhaga e Sales (2013), “as situações que atualmente são identificadas como manifestações da globalização são, ao mesmo tempo, a continuidade/desdobramento de processos historicamente presentes na trajetória social da humanidade e a configuração de uma situação inédita”.¹⁶⁴

Seguindo os parâmetros da globalização e migração, mobilidade espacial deve ser entendida, primeiramente, como um movimento temporal onde os agentes se deslocam geograficamente de uma origem a um determinado destino, configurando, também, um processo social (econômico político e cultural). Conforme Nhaga e Sales (2013, p.3):

Nesse sentido, estes deslocamentos são considerados movimentos de circulação ou mobilidade espacial de uma determinada população, que se dão durante certos períodos de tempo e em determinados setores da sociedade. Entretanto, composto por atores sociais que se incorporam em um universo amplo de determinantes estruturais ou conjunturais, os movimentos migratórios põem em circulação recursos humanos para a qualificação ou para a alta qualificação que vem, segundo Pelegrino, desde a capacitação técnica até as especializações mais sofisticadas, no caso da mobilidade para trabalho em áreas de ciência e tecnologia.¹⁶⁵

¹⁶² Artigo escrito em junho de 2016.

¹⁶³ Estudante do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista do PET-Economia. E-mail: *edprata45@hotmail.com*.

¹⁶⁴ NHAGA, B e SALES, e L. J. Inserção dos estudantes africanos nas universidades publicas brasileiras, 2013

¹⁶⁵ NHAGA, B e SALES, e L. J. Inserção dos estudantes africanos nas universidades publicas brasileiras, 2013. Pag 3

O processo de globalização, ao alterar as relações sociais e econômicas no mundo como um todo, fez crescer a imigração africana, principalmente dos PALOP – Países Africano de Língua Oficial Portuguesa – para o Brasil. Temporário ou não, tal imigração vem assumindo uma dimensão e uma realidade que exigem investigações consistentes e orientadas ao que é, ainda, uma realidade invisível no contexto brasileiro. O Brasil tem recebido estudantes de diferentes países da África e da América Latina para realização de estudos em nível de graduação e pós-graduação.

Apesar disso ou, talvez, por isso, estudantes africanos que aqui estão vêm produzindo, ainda de modo parcial, estudos sobre a experiência de estar fora de seu lugar, fora da própria terra e de estar em espaços acadêmicos de universidades públicas e privadas que os acolhem em terras brasileiras.¹⁶⁶

O Brasil, profundamente afetado por esse processo de reestruturação global, tem sua história associada com o fenômeno da migração, seja por ter sido importante destino de fluxos migratórios internacionais, seja pelas dinâmicas da migração inter e intra-regional. Portanto, do ponto de vista histórico, na formação social, econômica, política e, sobretudo, cultural, do Brasil, o fenômeno da imigração sempre esteve presente, seja com as imigrações forçadas dos africanos, seja com as migrações continentais estimuladas, com levas de populações vindas principalmente da Europa e do Japão.

Por outro lado, o fenômeno da migração, no contexto do continente africano, remete historicamente a processos antigos e complexos que envolvem, primordialmente, uma série de conflitos étnicos, intensificados pela violência e pela expropriação coloniais europeias e, mais recentemente, pela edificação dos Estados africanos pós-coloniais. A África é o continente no qual se deu a maior mobilidade populacional e é também o continente onde existe a maior proporção de Estados pobres do mundo¹⁶⁷. Verifica-se, nesse processo histórico, movimentos migratórios vinculados a conflitos pelo colonialismo e assentamentos que conduziram ao estabelecimento de sistemas de mão-de-obra migrante para as plantações e as minas.

Nesse contexto, o processo de descolonização, desde os anos 1950, fez com que padrões migratórios antigos convivam com novas formas de deslocamentos

¹⁶⁶ GUSMÃO, N. M. M. de. Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte:Autêntica, 2011

¹⁶⁷ CASTLES, S.; Miller, M. J. La era de La migración. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México. Editor Ángel Porrúa, 2004

populacionais, destacando-se os grandes fluxos de refugiados e pessoas internamente dispersadas pelos territórios africanos.

A migração, de acordo com Castles e Miller¹⁶⁸, representa, com frequência, uma maneira de escapar da pobreza e inclusive da morte pela desnutrição. Há, ainda, o agravante da escassez de informação sobre a população. Estes são fatores que tornam difícil a análise da migração internacional na África e, sobretudo, ao sul do Saara.

Para estes autores, os movimentos migratórios no continente africano, apesar da diversidade, apresentam tendências globais com especificidades de fluxos migratórios africanos, motivados por conflitos étnicos e, sobretudo, políticos. Neste contexto, analisam que também houve crescimento tanto no volume da migração recente como nas dificuldades de gestão nas políticas governamentais, como no caso dos refugiados e das possibilidades de repatriação.

Outra tendência que se apresenta nas dimensões globais da migração internacional e que também estão presentes nos processos migratórios locais no continente africano é a diferenciação nas classes de migração. Nesse sentido, o que se observa nos países africanos é que houve o movimento migratório para trabalhos internos (setores de agrícolas, de minas e petróleo) e, mais recentemente, há novas classes que fazem parte dos fluxos de emigração e imigração nesses países, haja vista uma necessidade dos indivíduos deslocarem-se como trabalhadores, tanto para os países próximos, quanto para os países mais distantes ou até para os outros continentes que oferecem melhores oportunidades.¹⁶⁹

O processo migratório africano recente para o Brasil, diferentemente do movimento migratório forçado de africanos para o Brasil, apresenta-se como importante objeto de pesquisa, sendo suas tendências e desafios carentes de uma quantidade maior de estudos.

¹⁶⁸ CASTLES; S.; Miller, M. J. La era de La migración. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México. Editor Ángel Porrúa, 2004

¹⁶⁹ DESIDÉRIO, E. J. Migração e Políticas de Cooperação: Fluxos migratórios entre Brasil e África, 2005. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: WWW.abep.unicamp.br/migração. Acesso em junho de 2005.

A PEC 241/2016 SERÁ BENÉFICA PARA QUEM?¹⁷⁰

Shayanne Silvana Alves da Silva¹⁷¹

O cenário econômico e político que o Brasil está passando é de grande instabilidade devido à crise que se instaurou no país. Com isso o governo de Michel Temer, tendo como orientador o ministro da fazenda Henrique Meireles apresentou no dia 15 de junho de 2016 ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 como uma alternativa eficaz para melhorar a situação do país e sair da crise em que se encontra, visando reduzir a relação dívida/PIB.

A PEC 241 consiste em estabelecer um teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A regra de congelamento do gasto público em termos reais valerá por 20 anos, podendo ser revista após 10 anos. Neste período de vigência o dinheiro economizado será canalizado para pagamento dos juros da dívida pública. Segundo o governo está é a melhor forma de equilibrar as despesas do governo.

No dia 10 de outubro de 2016 a PEC 241/2016 passou pela primeira votação na câmara dos deputados, sendo aprovada no primeiro turno, nos próximos dias será novamente votada na câmara para depois seguir para votação no Senado.

O novo regime fiscal é apresentado pelo governo como sendo o grande pilar para que o país retome o crescimento. O ministro Meireles coloca a PEC 241 como única solução e caso ela não seja aprovada o país irá remar para o fundo do poço. Mas o discurso acerca da PEC 241 está sendo muito intenso, pois o assunto vem dividindo opiniões, pois de um lado tem-se o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles representando o governo afirmando que a melhor solução para o país é a aprovação da PEC 241, mas por outro temos cidadãos que a criticam fortemente por considerarem ser uma solução ineficaz para equilibrar as contas do governo, por desrespeitar a constituição e representar um retrocesso para o país. Outros pontos que entram em discussão, é que junto da PEC 241/2016, vem a reforma na previdência e outras medidas como restrições na concessão de pensões, de aposentadorias por invalidez e de auxílio doença; novo arrocho na concessão do abono do PIS/PASEP e do seguro desemprego; no que tange os servidores públicos propõem a dispensa de servidor por

¹⁷⁰ Artigo escrito em Outubro de 2016.

¹⁷¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shayannesilvana@hotmail.com.

alegada insuficiência de desempenho; e mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores.

O debate sobre o novo regime fiscal é intenso, mas necessita de mais diálogo, pois é fato que o país necessita de um ajuste, mas esta proposta será muito dolorosa para a população pobre. Outras alternativas podem ser pensadas para tentar contornar a situação, uma delas seria a reforma tributária, cobrando mais impostos dos mais ricos e não penalizando tanto os pobres. Acredito que a partir do momento que se propõe diminuir os recursos para a saúde e educação que já não são eficientes com os recursos que recebem, um efeito dominó pode ser desencadeado e culminar no sucateamento desses serviços, visando posteriormente os privatizar.

Então, a PEC 241 será benéfica para quem?

O sonho de ter o próprio negócio, tanto por acharem que têm vocação empreendedora quanto para se livrarem dos padrões, infelizmente pode se tornar um pesadelo para o micro e pequeno empreendedor. Segundo a SEBRAE (2015), 7% dessas empresas fecham suas portas por falta de lucro, 20% por falta de capital e 50% pelos empresários não saberem se estão tendo lucro ou prejuízo. Ou seja, essas micros e pequenas empresas estão sendo geridas por alguém que não tem conhecimento na causa. Há também outros motivos como: Desconhecimento do público alvo, Desconhecimento do mercado, concorrentes e fornecedores, má localização e estrutura física da empresa, Equipe de vendas despreparadas, Falta de propaganda, Não cumprimento de promessas feitas, Falta de pós-vendas e Falta de gestão adequada dos recursos.

Os micros e pequenos empreendedores têm uma carência de informação no que diz respeito aos critérios considerados fundamentais para uma boa gestão desses recursos, a começar pelos conceitos básicos da administração, como ponto de equilíbrio, fluxo de caixa e estoque. Ou seja, eles não têm o conhecimento necessário sobre esses conceitos que acabam por levar por água a baixo todos os outros investimentos realizados no negócio.

É importante saber que hoje, mesmo os micros e pequenos empreendimentos não podem ser gerenciados de maneira informal, pois, a concorrência é grande e infelizmente quem sai na frente nesse mercado é aquele que além de investir na qualidade de seus produtos e serviços, também se preocupa com a profissionalização da gestão.

Para se ter ideia, mais da metade das micro e pequenas empresas fundadas no Brasil fecharam as portas após quatro anos de atividade, segundo a pesquisa Demografia das empresas, realizada pelo IBGE (2013).

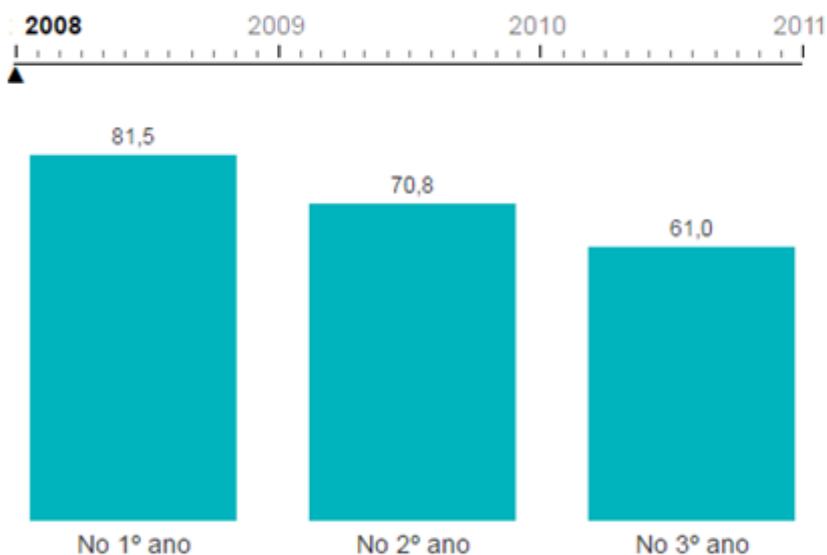
Das 694 mil empresas que nasceram em 2009, apenas 47,5% ainda estavam em funcionamento em 2013. Após o primeiro ano de funcionamento, 158 mil empresas fecharam as portas, segundo a pesquisa.

¹⁷² Artigo escrito em Setembro de 2016;

¹⁷³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camiila_noronha@hotmail.com.

TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS

De acordo com o ano de fundação, em %



Dados do ano de 2013

Fonte: IBGE

A sobrevivência das empresas sem pessoal ocupado fundadas em 2009 era de apenas 40,9% em 2013. Esse percentual subia para 76,7% entre as empresas com 10 ou mais pessoas assalariadas, isso porque, é custoso para o empresário fechar uma empresa que tenha muitos funcionários, diferente da empresa que não possui muitos ou nenhum.

Segundo a pesquisa do IBGE (2013), as atividades mais persistentes estão no setor de saúde humana e serviços sociais e de atividades imobiliárias, com taxas de 61,6% e 58,9%, respectivamente.

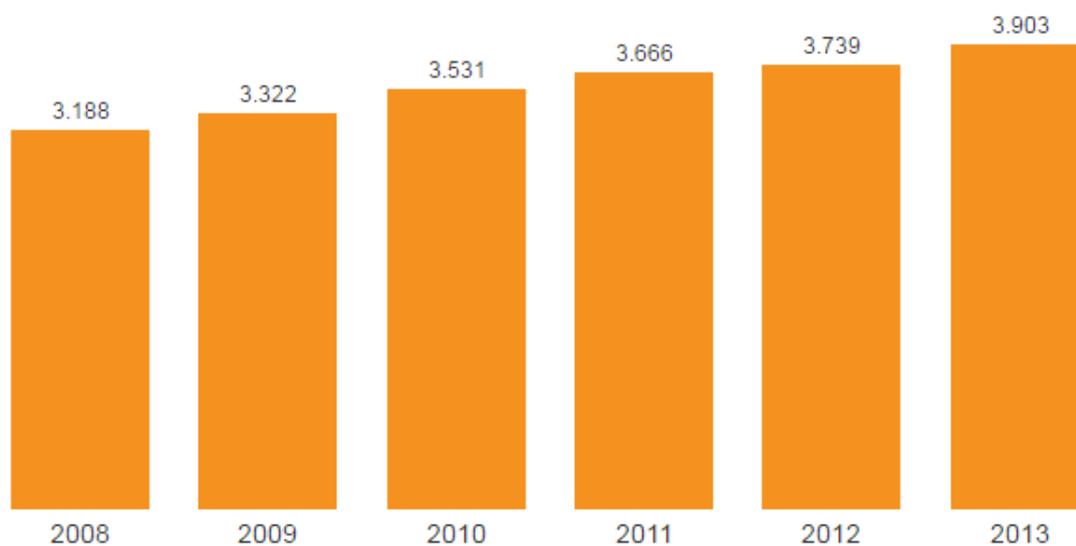
Em 2013, 696 mil empresas se tornaram inativas, ou seja, saíram do mercado. Porém, outras 871,7 mil entraram no mercado, entre nascidas (criadas no próprio ano) e reentradas (após ficar um ano ou mais fechadas).

O país tinha assim 4,8 milhões de empresas ativas em 2013. Desse total, 81,7% eram sobreviventes (com mais de um ano de operação). O restante são as empresas que entraram no mercado no ano de 2012.

Segundo dados do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), administrado pela Boa Vista, os pedidos de falência tiveram alta de 9,2% no primeiro semestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014. A recuperação judicial cresceu 17,2%.

EMPRESAS SOBREVIVENTES

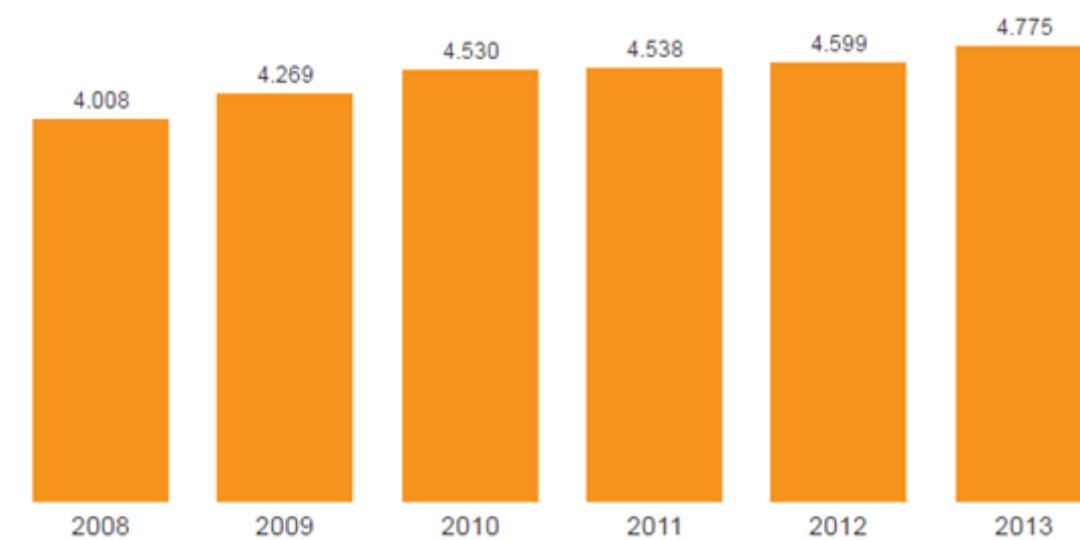
Com mais de um ano de atividade, por ano, em mil



Fonte: IBGE

EMPRESAS ATIVAS

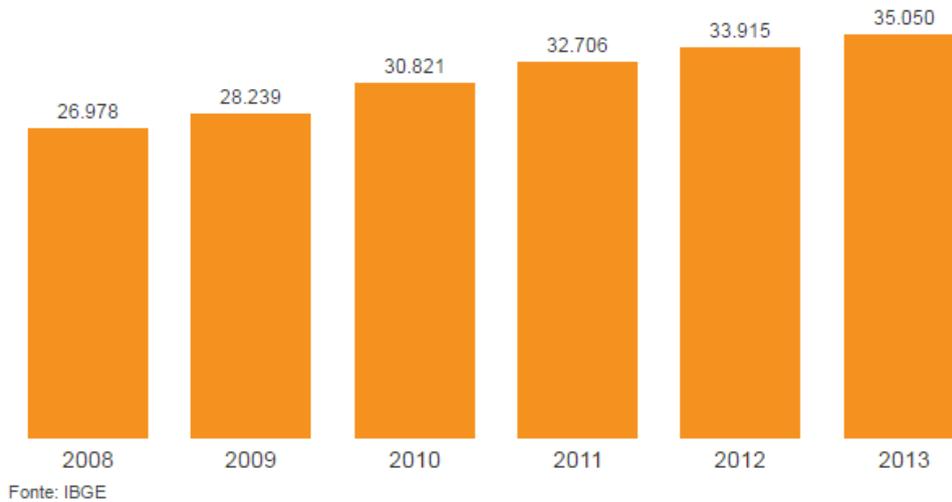
Por ano, em mil



Fonte: IBGE

EMPREGOS ASSALARIADOS

Por ano, em mil



Mas a culpa da morte precoce das micro e pequenas empresas é só do empreendedor? Não. Abrir um negócio e eventualmente fracassar é da vida de empreendedores. Apostas erradas, planos de negócios ruins, erros na administração fazem parte do risco de quem cria uma empresa a partir do zero.

Há também problemas como excesso de burocracia e carga tributária que são com frequência apontados como obstáculos no Brasil. Segundo Doing Business, relatório de competitividade do Banco Mundial, uma empresa de São Paulo dedica 2.600 horas por ano para pagar impostos. A média dos países da América Latina é 365 horas.

Segundo o Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP) Monroe Olsen, o Brasil tem hoje 5.565 municípios normatizando seus próprios tributos, 27 legislações estaduais e 4,3 milhões de normas tributárias federais editadas desde a promulgação da Constituição de 1988. Uma empresa que com atuação interestadual, por exemplo, deve atender a 3,5 mil exigências tributárias. Assim a complexa teia tributária que envolve o empresário iniciante seria um dos principais agravantes na mortalidade das micro e pequenas empresas.

Para ele, a falta de racionalidade na legislação força o empresário a deixar de pensar na inovação e nas estratégias do seu negócio para contornar problemas burocráticos.

O coordenador de estudos do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, acredita que a simplificação das normas poderia alavancar a abertura de novos negócios e a geração de empregos.

ECOVILAS: UMA NOVA OPÇÃO PARA UM MUNDO HUMANIZADO¹⁷⁴

João Paulo Fernandes de Lima¹⁷⁵

Diante do caos contemporâneo o qual a sociedade moderna se encontra, cheia de ódio, intolerância, sistemas monetários ineficazes, crises cíclicas de produção cada vez mais recorrentes, máxima concentração de renda e um elevado nível de pobreza globalizada, assim como a destruição do meio ambiente, uma nova opção de ‘vida’ está cada vez mais próxima a nossa realidade. Tratam-se das ecovilas, propostas por algumas pessoas/ecocomunidades ao redor do mundo, que surgem como uma nova opção para uma vida humana pura, saudável e espiritualizada que possa garantir o desenvolvimento das subjetividades humanas e um futuro de paz para as novas gerações. O óbvio está escancarado e as pessoas estão abrindo os olhos como nunca, o nosso planeta está passando por mudanças que com o tempo se tornarão irreversíveis. O sistema capitalista reproduz inúmeras desigualdades sociais, e chegamos a um nível de existência onde a realidade é de destruição total do meio ambiente isso só para atender as necessidades de algo denominado de “o mercado” pelo mainstream da escola econômica, e que indiscutivelmente é um conceito já fadado à falência por não explicitar mais os anseios dos que realmente sofrem com o modelo de vida atual no capitalismo globalizado. Portanto a preocupação em garantir a existência da raça humana e desenvolver todas as potencialidades de cada indivíduo é o objetivo central dessa proposta de sociedade alternativa.

O conceito se popularizou na década de 1960 em alguns países da Europa e trata-se de um modelo de assentamento humano sustentável, onde as comunidades rurais ou urbanas adotam um estilo de vida totalmente natural com a intenção de se integrar a uma vida social mais harmônica. As ecovilas, são entidades totalmente anônimas, que dentro de uma área específica e limitada pelas burocracias de existência, garantem as principais funções sociais: moradia, vida social, sustento, lazer, arte, etc.

Dentro dessa lógica de desenvolvimento o qual as ecovilas estão inseridas, percebem-se algumas prioridades que antes de tudo devem ser atendidas para a satisfação plena, quais sejam: a produção local de alimentos orgânicos, utilização de

¹⁷⁴ Artigo escrito em outubro de 2016.

¹⁷⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: joaopaulo.j52@hotmail.com.

energias renováveis, como cata-ventos e biodigestores, por exemplo, construção ecológica de tijolos, bambu e etc, interação social como esquemas de apoio familiar, incluindo até as diversidades culturais, religiosas e etc, utilização de novas técnicas de democracia que possam facilitar os conflitos existenciais, um modelo de economia autossustentável que se baseia na simplicidade voluntária, e também um sistema de saúde integrado com foco na prevenção apoiada por um estilo de educação livre baseada na percepção sistêmica da subjetividade de cada indivíduo.

Segundo os adeptos dos sistemas de ecovilas, o ser humano é por natureza social e amoroso, e o que se tem visto é a deturpação desses valores por uma sociedade onde o consumo insano tomou conta do ser. As pessoas se tornaram cada vez mais egoístas e individualistas. A competição, a violência e a apropriação são condições necessárias para fermentar o estado atual do sistema de mercado no capitalismo, e por essas razões acabamos criando um monstro que suga nossa energia vital, e tem sido cada vez mais difícil combater essa realidade. Sendo assim, reconectar os seres humanos novamente aos seus valores mais sinceros seria justamente ir contra essa lógica de destruição, nos enchendo de cooperação, amor, respeito, solidariedade e confiança, para que estas sejam as verdadeiras razões de nossas vidas; ter a existência como a principal obra humana.

Com o passar do tempo o conceito se tornou mais popular, fazendo parte das pautas políticas e acadêmicas. Em 1998 as ecovilas foram oficialmente incorporadas na lista da ONU como uma das 100 melhores práticas para o desenvolvimento sustentável. Parte dessa indicação vem de que o modelo propõe a celebração da diversidade cultural, espiritual e ecológica, que quando combinadas podem recriar relações saudáveis e sustentáveis com as comunidades humanas e com a própria Terra. O modelo também propõe soluções para erradicar a pobreza e a degradação do meio ambiente, portanto, é proposto um estilo de vida de baixo impacto ambiental e social. Logo, o que é sustendo para o desenvolvimento de uma ecovila não é o crescimento econômico, mas sim, construir as condições perfeitas de vida na qual depende a sobrevivência futura de longo prazo.

O DESEMPREGO NO BRASIL: A CRESCENTE MASSA DE DESEMPREGADOS AO LONGO DO TEMPO¹⁷⁶

Kassia Larissa Abrantes Alves¹⁷⁷

O desemprego é um dos piores problemas de exclusão social. Consequentemente, gera maiores desigualdades e injustiças sociais e coloca nosso país no cenário internacional com altos índices de criminalidade, milhões de miseráveis, carentes e subnutridos.

No ano de 2010 a taxa média de desemprego foi a menor em dez anos registrando o percentual de 6,7%. O índice médio de desemprego no país neste ano ficou em mais de um ponto percentual abaixo do registrado em 2008 (7,9%) e foi quase a metade da taxa de 2003 (12,4%), segundo o IBGE. Em comparação a 2009 a taxa foi quase 1,4 ponto percentual menor (8,1%). A média do número de desempregados no Brasil em 2010 foi de 1,6 milhão, uma redução de 15% em comparação com 2009 (1,9 milhão) e de 39% em relação a 2003 (2,6 milhões).

No ano de 2015 a taxa de desemprego foi de 8,4% superando as taxas registradas nos anos anteriores de 2014, 2013, 2012 e 2011. Esses valores se dão devido o cenário de intensa instabilidade econômica que o país enfrenta, diante das escolhas erradas na política econômica o país inteiro está enfrentando um momento de alta da inflação e juros, com recuo e desaquecimento da economia, o que impacta diretamente na questão do desemprego. O que ocorre é que muitos estão à procura de trabalho mais o mercado não tem como absorver essas pessoas, outro ponto é que com o fraco desempenho da economia brasileira, muitos empreendimentos estão fechando suas portas e outros reduzindo o quadro de funcionários o que ocasiona inúmeras demissões e o aumento da taxa do desemprego.

Porém o cenário instável da economia brasileira, que claramente também é afetada com a crise política que o país atravessa no momento, tende a se agravar todos os dias e assim no segundo semestre de 2016 a taxa de desemprego no Brasil chegou a 11,3%¹⁷⁸, esta é a maior taxa registrada pela série histórica da PNAD Contínua, iniciada

¹⁷⁶Artigo escrito em outubro de 2016.

¹⁷⁷Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa, Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), membro do Laboratório de Pesquisa em Economia Aplicada (LAPEA) e bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: klarissaabrantesa@gmail.com

¹⁷⁸Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/desemprego-fica-em-113-no-2-trimestre-diz-ibge.html>
Acesso em: 17/10/2016

em 2012, esses valores representam 11,6 milhões de pessoas desocupadas, se compararmos o mesmo período com o ano anterior teremos um aumento de 38,7%. Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o nível de pessoas ocupadas se manteve estável, porém esse número é menor que o ano anterior. Sobre o rendimento ele afirma que em um ambiente de desemprego em alta, o rendimento médio dos trabalhadores acabou caindo e atingiu R\$ 1.972. Sobre o 1º trimestre, a renda diminuiu 1,5% e em relação ao 2º trimestre do ano passado, 4,2%, pois, "Os trabalhadores estão ganhando menos. Você tem no segundo semestre massa de rendimento de trabalho circulando menos do que o que estávamos tendo no trimestre passado e no ano anterior. Isso vai reduzir consumo, gastos e vai refletir no comércio, na indústria, ou seja, vai criar esse círculo vicioso que você vê no mercado de trabalho", analisou o técnico.

Uma outra questão que vale ser levantada é que em períodos de desemprego, onde há queda da quantidade de empregados na indústria, nos setores de informação, comunicação, financeiro, imobiliários, comércio, serviços e afins, se eleva o número de trabalhadores por conta própria e trabalhos informais, de acordo com o IBGE estes correspondem a 22,9 milhões de pessoas no Brasil, mas os mesmos enfrentam diversos desafios para manter seus negócios ativos e rentáveis diante do desaquecimento da economia. Infelizmente a expectativa para os próximos meses é que esta taxa volte a aumentar e projeções de alguns bancos do Brasil apresentam estimativas referentes ao próximo ano (2017), segundo o Bradesco o índice de desemprego chegará a 11,9% e o Santander apresenta estimativas mais elevadas, apresentando um possível índice de 12,5%.

QUAL A DIMENSÃO DA VITÓRIA DE TRUMP NOS EUA? O QUE ESPERAR?¹⁷⁹

*Mattheus Rodrigues da Silva*¹⁸⁰

Sem sombra de dúvidas as eleições presidenciais norte americanas do ano de 2016 entrarão para a história, motivos não faltam para isto, seja por conseguir mobilizar muitos americanos a votar, chegando a bater o recorde de votos antecipados de todas as eleições realizadas, ou seja, pelas campanhas eleitorais baseadas em insultos, ataques e acusações, entre o candidato republicano (Donald Trump) e a candidata democrata (Hillary Clinton). Para a surpresa de todos e contrariando todas as pesquisas tivemos como desfecho a eleição do candidato Donald Trump, que mesmo tendo perdido por uma diferença de mais de 300 mil votos (populares) conseguiu vencer em um maior número de colégios eleitorais.

Desde o início, a campanha do candidato republicano se baseou em acusações e ofensas contra a rival, levantando temas polêmicos como a imigração, o aumento de gastos com a defesa e tornar o aborto possível só em casos que ofereçam riscos para as mães além de levantar bandeiras conservadoras no que diz respeito a seu modelo de política econômica, deixando claro que deseja que o livre mercado tomar as rédeas da maior parte da economia, passando por uma redução dos impostos e a penalização empresa que deem preferência a trabalhadores mexicanos e chineses, em detrimento dos trabalhadores norte americanos. Ou seja, em sua campanha Trump se aproveitou de assuntos polêmicos e estratégicos e mobilizou a maioria de seus eleitores com suas posições extremas e conservadoras, que de certa forma toca no que talvez seja a maior ferida dos cidadãos norte americanos, que é a segurança com suas posições a respeito do porte de armas e seu extremismo no que diz respeito ao terrorismo.

Com base no que foi exposta a eleição do candidato republicano à casa branca, propiciou um turbilhão de especulações e suposições a respeito de como isto iria afetar o mundo, e de modo geral podemos dizer que o mundo não reagiu bem à vitória de Trump, no dia seguinte os principais veículos de comunicação mundiais noticiaram o resultado das eleições norte americanas como uma catástrofe, ou pelo menos como o início de uma, o mercado financeiro acendeu o alarme, pois se espera que os

¹⁷⁹ Artigo escrito em novembro de 2016.

¹⁸⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) E do Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: Mattheusr36@gmail.com.

investidores optem cada vez mais por ativos mais seguros, e fica no ar um sentimento de preocupação, pois o mundo não sabe o que esperar da gestão do mesmo.

O caso brasileiro não é diferente do resto do mundo, é óbvio que quaisquer decisões tomadas pelo novo presidente norte americano podem e irão afetar a economia brasileira de forma significativa, principalmente quando estamos falando no segundo maior parceiro comercial brasileiro e que é destino de cerca de 20% de todas as exportações nacionais, caso cumpra o que foi prometido em campanha, devemos esperar dentre vários fatores, uma redução na importação dos nossos produtos e uma maior dificuldade para que os brasileiros consigam um visto para entrar nos EUA, enquanto no que diz respeito à relação diplomática entre os dois países, não se prevê nenhuma mudança drástica, mas se espera que o processo iniciado no governo Obama de ver o Brasil como um importante aliado no âmbito comercial perca a força no governo Trump.

REFERÊNCIAS

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1830660-trump-atropela-previsoes-e-e-o-45-presidente-dos-eua-diz-agencia.shtml> > Acesso em: Novembro de 2016.

G1. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/donald-trump-conheca-sua-trajetoria-e-suas-propostas.html> > Acesso em: Novembro de 2016.

G1. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/por-que-hillary-perdeu-a-eleicao-mesmo-recebendo-mais-votos-que-trump.html> > Acesso em: Novembro de 2016.

TERRA. Disponível em: < <https://noticias.terra.com.br/mundo/como-a-vitoria-de-trump-pode-afetar-o-brasil,bb74b53cd4b53cab17c7467ef73fd79f9vhxz7hc.html> > Acesso em: Novembro de 2016.

CRISE ATINGE FIES, QUE AOS POUCOS CONSEGUE SE REERGUER¹⁸¹

Mateus Cavalcante Honorato¹⁸²

Criado em 1999 reformulado em 2010, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos exames conduzidos pelo MEC.

Atualmente com a crise econômica muitos alunos que são contemplados com o FIES sentiram-se ameaçados com os atrasos repassados pelo governo e pelo suposto corte nas bolsas, devido à diminuição de gastos em decorrência da crise fiscal.

Em face ao exposto, o número de novos alunos no ensino superior no país, em 2015, teve a primeira queda desde 2009, segundo Censo da Educação Superior, divulgado no dia 6 de outubro. Entraram na universidade em cursos presenciais de graduação 2,2 milhões de estudantes, 6,6% a menos do que em 2014, quando foram registrados 2,4 milhões de novos alunos. A rede privada, que concentra o maior volume das matrículas, recebeu 1,7 milhão de novos alunos no ano passado, em 2014 foram 1,9 milhão, representando uma redução de 8%.

Segundo o presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Gastão Vieira, o investimento na renovação dos contratos neste semestre será de R\$ 8,6 bilhões. Para 2017, o órgão afirma que já foi enviado ao Congresso um Projeto de Lei Orçamentária contemplando recursos da ordem de R\$ 21 bilhões, o que garantirá a continuidade dos financiamentos e a manutenção dos contratos com os agentes financeiros do fundo.

Apesar de até 31 de novembro já terem sido passadas 980,177 bolsas, o FNDE e o MEC decidiram prorrogar o prazo de renovação para que alguns alunos não fossem prejudicados. Agora, os estudantes têm até as 23h59 do dia 15 de dezembro para realizar a renovação do cadastro no programa federal. O período inicial para fazê-lo terminaria nesta segunda, 31 de novembro. Ao todo, cerca de 1,5 milhão de contratos devem ser renovados¹⁸³.

¹⁸¹ Artigo escrito em outubro de 2016.

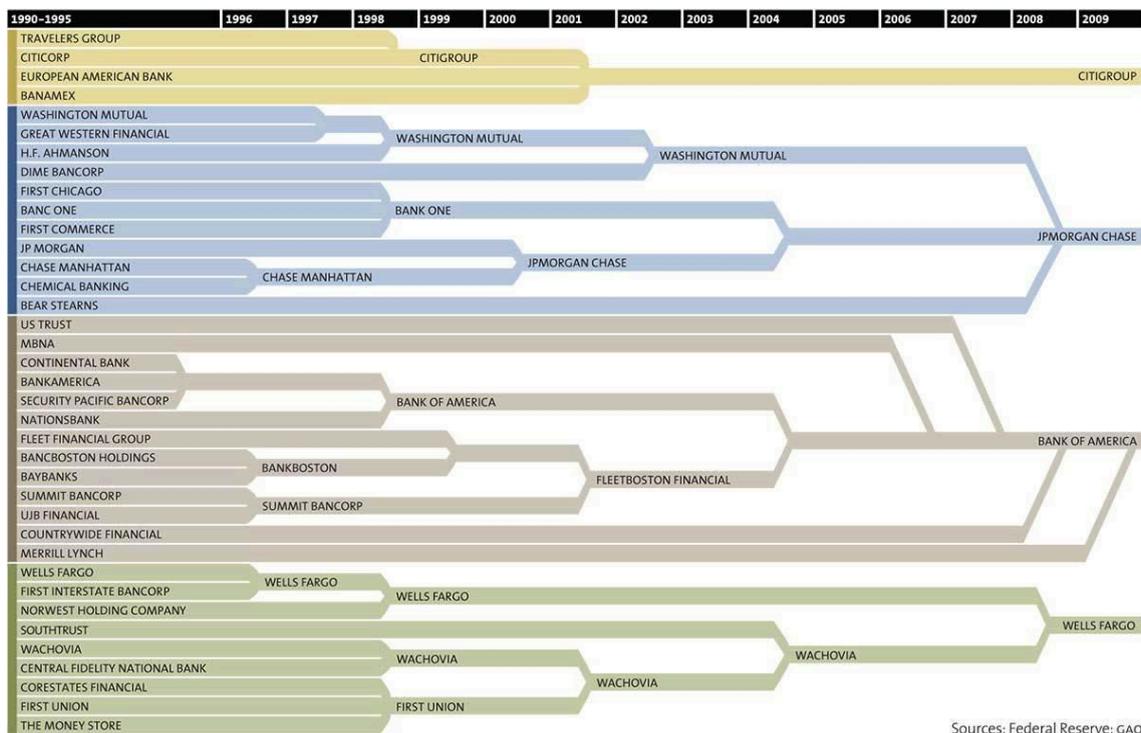
¹⁸² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mateuscavalcanteh@gmail.com

¹⁸³ Notícia disponível no link: <http://www.valor.com.br/empresas/4761975/prazo-para-renovar-contratos-do-fies-e-prorrogado-para-15-d-e-dezembro>

O investimento atual do governo na educação privada possibilita futuramente uma maior formação e capacitação de profissionais para alavancar um crescimento econômico. Apesar das falhas do programa e a possibilidade que estes recursos fossem repassados para a universidade pública que, em média, oferta formação profissional ainda melhor, o FIES tem sido uma porta de oportunidade para milhares de estudantes que sonhavam com o ensino superior e tem hoje a chance de ingressar e seguir carreira.

O que aconteceu para haver a concentração no setor bancário norte-americano que na década de 1990 possuía 37 bancos e resumiram em apenas quatro no curto tempo de duas décadas?

FIGURA 1 – Concentração bancária nos Estados Unidos da América entre 1996-2009



Fonte: Federal reserve¹⁸⁵

O que verificamos na figura 1 é que em um curto período este mercado que possuía uma considerável concorrência sofre intensa concentração. Defensores do mercado livre culparão a intervenção do Estado na economia e os estadistas dirão que isso é reflexo da desregulamentação do mercado. O propósito aqui não é entrar nesta disputa, mas sim demonstrar o modelo econômico capitalista tenderá ao monopólio.

A importância dessa concentração para o capitalismo está no direcionamento de recurso para determinados mercados com de aumentar sua taxa de retorno nas áreas

¹⁸⁴Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia. E-mail: economia.alexandresilva@gmail.com

¹⁸⁵Disponível em: <http://www.valuwalk.com/wp-content/uploads/2016/01/bank-chart.jpg> Acesso em 22/11/16

mais dinâmicas, estáveis e rentáveis e não de atender reais necessidades da Economia. Este processo culmina na integração de uma rede de produção em todas as etapas e diminui o comércio, alcança desde a produção primária e desenvolve suas tecnologias e, por conseguinte abre distância das pequenas empresas que não possuem integração no mercado. O fundamento da concorrência das empresas acaba sendo comprometido neste processo de concentração.

Vejamos se em um determinado mercado ocorre elevado nível de tecnologia com enorme emprego de capital, uma empresa simples terá de um aumento excessivo de procura para que possa produzir a nível das grandes empresas e concentrar capital, caso contrário ela criará um excedente de produção que reduziria os preços e não teria competitividade frente as empresas de grande concentração. Desta forma as empresas maiores vão destruindo as menores ou absorvendo. E essa concentração gera o monopólio.

Com poucas empresas no mercado o relacionamento entre elas se torna mais viável para distribuir seus campos de ação e apropriação da maior parte da produção no seu todo (matéria prima, mão de obra, logística, esgotamento de mercados, transações em condições do monopólio, controle de preços e crédito, boicote a instituições que não seguem seus termos).

Então dentro desta essência de tendência monopolista se consegue controlar a produção em todas as suas etapas e de forma global, por que não conseguir controlar Estados? E isso ocorre, já que as empresas monopolistas determinam o modelo de gerenciamento governamental de diversos Estados direcionando-os para medidas liberais ou de mais Estado a depender de suas necessidades. Controlam modelos de representação cidadã e designam as pessoas que ir controlar este ambiente. E para provar isso basta verificar o apoio que cada “representante do povo” teve destas empresas que domina o mercado.

É necessário fazer uma crítica profunda deste modelo econômico em que vivemos e não aceitar que somente 1% da população detenha a mesma renda que a soma dos 99% restante. Temos que buscar uma saída real para viver com qualidade e dignamente e enxergar que produzir para a obtenção de uma determinada renda não é a solução e nem a garante de uma vida melhor, entender nossas condições naturais e podemos evoluir ou viveremos eternamente na essência do que vivemos hoje “controlados por uma minoria”.

A EDUCAÇÃO NAS MÃOS ERRADAS: MÃOS DOS PODEROSOS

*Alice Davi Ferreira*¹⁸⁶

Sabe-se que em janeiro de 2015, na posse de seu segundo mandato, Dilma Rousseff anunciou o tema de seu novo governo: “Brasil, Pátria Educadora”. Seria até interessante este tema, se não fosse absurdo, porque neste mesmo ano da “Pátria Educadora”, de acordo com o Orçamento Geral da União, de R\$ 2,268 trilhões, somente 3,91% foi destinado à Educação. Para piorar um pouco mais, ainda em relação à educação, no dia 31 de agosto deste ano, Michel Temer assumiu a presidência após o impeachment (vulgo golpe) e, em menos de um mês, encaminhou ao Congresso Nacional uma Medida Provisória (MP 746/2016) para reforma do ensino médio.

Na teoria, esta reforma do ensino médio é completa e romântica. Porém, ainda mais porque vivemos no “país da corrupção”, a prática tem tudo para falhar, para entrar na lógica do mercado, na lógica da flexibilização e para ser incoerente. Primeiramente porque estamos num momento em que se tramita, no senado a PEC 55/241 (suposta solução para as contas públicas e para a reativação da economia), que propõe congelamento dos gastos primários durante 20 anos.

Nesse cenário, a MP 746/2016, que entrará em vigor a partir de 2018, vai sofrer enormes entraves financeiros e, de acordo com o presidente da setorial paranaense da Undime, Celso Augusto Souza de Oliveira, há o temor de que o custeio do novo ensino médio prejudique o financiamento das etapas anteriores da educação básica. Em segundo lugar, porque amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, de 800 horas para 1.400 horas. Se no modelo de ensino atual, 1,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos deixam a escola sem concluir os estudos (dos quais 52% não concluíram o ensino fundamental), dá para imaginar o índice de evasão após essa MP. Artes, filosofia, sociologia e educação física passarão a não ser mais obrigatórias no ensino médio; apenas português e matemática, o que é questionável, já que nunca ninguém mediu o nível de importância das disciplinas existentes para julgá-las mais ou menos importantes e precisas.

Outra proposta questionável dessa MP é em relação às instituições (provavelmente públicas) que não terão todas as áreas que os alunos escolherão para

¹⁸⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: alicedavi1997@gmail.com

aprofundamento: mais uma dificuldade. Até a secretária executiva do MEC, Maria Helena, disse que *“uma escola poderá oferecer aprofundamento só em ciências exatas e da natureza, por exemplo. Ela pode não ter condições de oferecer cursos voltados para letras e ciências sociais, modalidades que serão ofertadas por outra instituição”*. Em outras palavras, essa situação gerará menos vagas disponíveis na rede pública, abrindo um espaço muito maior para prováveis parcerias com o setor privado.

O que é importante ser pensado é que vivemos em uma “democracia” e, em um sistema democrático, ao menos no papel, o povo deve ser consultado e escutado em relação a alguma mudança no país. Porém, diferente disto, o governo Temer impôs essas mudanças (a Medida Provisória 746/2016) sem conversar e consultar a sociedade: alunos e alunas, professores e professoras, diretores e diretoras, pais e mães etc. E esta ação está sendo banalizada, porque muitas das pessoas que serão afetadas com essa MP, por não possuírem informação, estão defendendo-a. Isto também porque não está havendo muitos debates com a população.

A educação é muito importante em casa, na rua e nas escolas. Mas como as classes dominantes só existem porque as classes dominadas aceitam caladas, graças à sua falta de informação, graças, novamente, à falta de educação, *“seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”*, como ressaltou Paulo Freire.

Nota-se, então, o desejo do atual governo de inserir a educação ainda mais nos trilhos do mercado, de precarizá-la, de pôr professores e professoras em situações cada vez piores, flexíveis e inseguras. Se vivêssemos num contexto em que a educação fosse valorizada há tempos, talvez essa MP tivesse sucesso em alguns âmbitos. Mas a realidade é outra, e não adianta fechar os olhos.

GREVE E FUTURO DAS ESCOLAS PÚBLICAS¹⁸⁷

*Ednaldo de Almeida*¹⁸⁸

No Brasil, o primeiro grande movimento grevista ocorreu em julho de 1917, em São Paulo. Desde essa data vêm ocorrendo vários movimentos grevistas no país de modo a manifestar as insatisfações dos trabalhadores.

É certo que as greves são recursos fundamentais de modo a conseguir pressionar o empregador em virtude de algumas mudanças, mas quando sua frequência é grande, como no caso dos professores, geram mais perdas do que ganhos, como aponta Denise Vilardo:

As greves deram algum resultado, no âmbito da melhoria salarial, quando elas ainda pressionavam os governantes que, não sabendo lidar com a situação, ficavam assustados com o fato dos professores estarem se fortalecendo pela união. Mas isso foi no final dos anos 70 e início dos 80. A partir daquele momento até então, não lembro de nenhuma greve que tenha tido resultados significativos no bolso dos professores. Ao contrário, elas têm servido para o governo economizar luz, gás, telefone e merenda.¹⁸⁹

Não se pode retirar a importância das greves dos professores, pois elas têm uma importância para a sociedade, de modo que elas servem para denunciar o desrespeito, o descaso com a educação, para que saibamos que não há preocupação com a qualidade educacional, que os recursos são usados para outros fins.

Como todos os atos também têm suas consequências, e no caso das greves dos professores a principal é o abandono dos alunos nas escolas públicas. Os alunos e suas famílias estão preferindo, cada vez mais, pagar para estudar nas escolas privadas em vez e irem as públicas, em parte devido a frequência das greves. Os alunos querem se formar o mais rápido possível e as greves condicionam e tornam esse desejo quase impossível.

A jornalista Andressa Almeida entrevistou várias famílias e percebeu que vários alunos das escolas privadas estão mais felizes que nas públicas¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Artigo escrito em novembro de 2016.

¹⁸⁸ Estudante do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do PET-Economia. E-mail: edprata45@hotmail.com.

¹⁸⁹ Vilardo, Denise. Greve, escola e educação. Disponível

em: <http://revistapontocom.org.br/artigos/greve-escola-e-educacao>. Acessado em: 20/11/2016

¹⁹⁰ Almeida, Andressa. Greve dos professores leva muitos estudantes para escolas particulares.

Disponível em:

<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/06/greve-dos-professores-leva-muitos-estudantes-para-escolas-particulares.html>. acessado em: 20/11/2016

Com isso se vê que as greves que estão sendo realizadas nas escolas públicas estão denegrindo a imagem das mesmas, apesar de serem de extrema importância para a consolidação da carreira docente e na luta por uma melhor educação para todos. Contudo, a utilização do instrumento carece de reflexão e de busca por métodos alternativos de reivindicação, para que esta tendência de desgaste da imagem não se solidifique ainda mais.

ELEIÇÕES DOS EUA E SUAS SURPRESAS¹⁹¹

*Shayanne Silvana Alves da Silva*¹⁹²

Durante toda a campanha eleitoral nos Estados Unidos os dois principais candidatos, Hillary Clinton representando os democratas e Donald Trump representando os republicanos, estabeleceram um debate intenso e polêmico, com muita troca de acusações e poucas propostas.

A candidata dos democratas era vista como a candidata da continuidade do governo de Obama, mas durante a corrida presidencial se envolveu em uma grande polêmica, quando foi divulgado que estava sendo investigada novamente pelo FBI, pois o órgão encontrou novos emails comprometedores de quando a mesma era secretária de estado entre 2009 e 2013. Este fato mudou o foco das eleições, visto que provocou muitas críticas.

O candidato dos republicanos durante a campanha foi bastante polêmico por defender propostas como a deportação de milhões de imigrantes ilegais, a suspensão da imigração de alguns países, a aplicação de um exame ideológico aos que querem migrar para o país, de fazer o México pagar pela construção de um muro na fronteira entre os dois países para impedir a entrada de imigrantes, entre outros.

E então no dia 09 de novembro de 2016 para a surpresa de muitos norte americanos e do resto do mundo o magnata Donald Trump elegeu-se presidente dos Estados Unidos aos 70 anos de idade, sendo um empresário e sem trajetória política, derrotou a candidata Hillary Clinton que nas pesquisas se apresentava como a futura presidente.

Um ponto importante a ser observado nas eleições dos EUA foi que Donald Trump, apesar de aparentar ser um sociopata impulsivo, soube conquistar os eleitores que se sentem abandonados, trabalhadores operários esquecidos pelo governo, prometendo criar empregos com projetos de infraestrutura, com isso soube cativar uma população já fragilizada. Já a candidata Hillary era percebida como distante dos trabalhadores, seguidora de Washington e aliada do grande capital.

Uma questão importante é que a vitória do republicano trouxe instabilidade para o mercado internacional e local, pois a incerteza acerca das decisões de política

¹⁹¹ Artigo escrito em Novembro de 2016.

¹⁹² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Integrante do PET-Economia e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: shayannesilvana@hotmail.com.

econômica que será adotada pelo novo presidente é um grande ponto de interrogação devido ao fato de Trump ser uma pessoa impulsiva, contudo, considera-se que a sociedade norte americana tem instituições sólidas para evitar mudanças bruscas em suas decisões e caminhos.

Após as eleições os democratas começaram a questionar os resultados das eleições e não aceitar a derrota que foi uma realidade amplamente difundida, após duas semanas do fim das eleições do EUA cresceu a pressão para a recontagem dos votos em três estados decisivos para a vitória de Donald Trump, Michigan, Wisconsin e Pensilvânia.

Então, o que resta é esperar a recontagem e vermos se os resultados serão mantidos ou se a política norte americana vai virar um circo.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM O MUNDO?¹⁹³

*Karla Vanessa B. S. Leite*¹⁹⁴

“*O que está acontecendo? O mundo está ao contrário e ninguém reparou*”. Esse verso da música *Relicário*, escrita por Cássia Eller, nunca fez tanto sentido. Hoje, 09 de novembro de 2016, o candidato republicano, Donald Trump, venceu a disputa presidencial dos Estados Unidos. Com um discurso marcado pelo machismo, pelo preconceito religioso, pela violência e por tantos outros pontos negativos, Trump chegou à Casa Branca. Mas por quê? Seria uma forma de protesto da sociedade americana ou há algo mais grave por trás desse cenário que precisa ser avaliado com cuidado? O que isso significa/representa para o mundo?

No Brasil, os últimos acontecimentos também nos levam aos mesmos questionamentos. Uma Presidenta democraticamente eleita foi impedida, sem que fossem efetivamente comprovados crimes de responsabilidade fiscal. Cinquenta e dois milhões de votos, aproximadamente, foram invalidados por um grupo cuja corrupção está escancarada, embora seja, em grande medida, omitida pela grande mídia. O Estado Democrático de Direito, doravante EDD, foi frontalmente ferido e está fortemente ameaçado.

As gerações que não experimentaram a ditadura militar podem supor que a democracia é o estado natural das coisas. Mas não é! A democracia brasileira foi conquistada, a duras penas, por aqueles que lutaram e resistiram, bravamente, ao domínio militar. Ao invalidar as eleições de 2014, atacou-se a principal manifestação do nosso tão jovem EDD: o sufrágio universal. Não se tira do poder uma Presidenta por não se concordar com sua política econômica ou pelo fato da mesma não concordar em implementar o projeto de partido político A ou B. Como se impede uma Presidenta, mas não se cassam seus direitos políticos? O que há de errado? Quais as implicações e os riscos que corremos, a partir de agora?

Não apenas no Brasil, mas também no resto do mundo, parece estar se intensificando uma crise política na esquerda e na sociedade, de forma mais ampla. De maneira surpreendente, posições cada vez mais radicais, homofóbicas, misóginas, machistas, preconceituosas contra as minorias vem ganhando um espaço cada vez

¹⁹³ Artigo escrito em setembro de 2016.

¹⁹⁴ Professora Adjunta I da UAECOM/UFMG e coordenadora do GAACE.

maior. No campo econômico, políticas contracionistas e excludentes estão aparecendo como sendo a panaceia para os problemas pelos quais a economia brasileira está navegando. Direitos trabalhistas, garantias sociais e avanços econômicos e sociais conquistados com luta e a duras penas estão sendo gravemente ameaçados.

Passeando um pouco pelos títulos de algumas notícias impressas de jornais de grande circulação (Valor Econômico e Folha de São Paulo, por exemplo), podemos ter uma rápida noção do que está acontecendo. *“A Igreja Universal do Reino de Deus consolida seu plano de poder elegendo o prefeito da segunda maior cidade do país”*. *“Os jornais brasileiros vão à Justiça contra sites como BBC Brasil, EL PAÍS Brasil, The Intercept Brasil, entre outros, que coincidentemente mostram uma visão dissonante da pauta homogênea da grande mídia brasileira”*. *“Colunista d'O Globo propõe enquete para saber se homens e mulheres devem ter direitos iguais”*. *“Juiz autoriza método de tortura para desocupação de colégio no Distrito Federal”*. *“Pesquisa mostra que 6 em cada 10 brasileiros concordam com a afirmação que “bandido bom é bandido morto”*”. *“Estudo mostra que Brasil registrou 5 estupros por hora em 2015”*. *“Ministério Público arquiva processo contra Alexandre Frota por apologia ao estupro pois isso “cercearia seu direito à liberdade de expressão”*”. *“Ministério da Educação pressiona reitores a entregar lista de nomes de alunos que estariam participando de ocupações nos IFES, e o tempo e a quantidade de trabalhadores dos IFES que aderiram à paralisação e/ou greve”*. *“Ministério da Cultura quer rever metade das instruções normativas publicadas pela ANCINE - Agência Nacional do Cinema nos últimos anos”*. *“A Empresa Brasil de Comunicação vai comprar conteúdo da TV Globo”*. *“Romero Jucá (aquele mesmo, do Pacto Nacional para deter a Lava Jato) voltará a ser o líder do Governo no Congresso”*. *“A Polícia invade, atirando e sem mandato, a ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”*. *“A Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro é extinta”*. *“A Justiça no Espírito Santo determina que os pais de alunos que ocuparem escolas devem pagar multa de até 30 salários”*. *“O governo do Estado do Rio quer taxar em 30% os vencimentos dos servidores para cobrir o rombo do seu sistema de previdência”*.

Esses são apenas alguns exemplos das notícias que estamos sendo obrigados a ler e digerir todos os dias. Seria o fim do mundo como nós o conhecemos? Talvez! E isso é muito grave, muito sério. Possivelmente, as próximas gerações já não tenham acesso a um sistema de educação superior público ou a um sistema de saúde inteiramente gratuito. Talvez, nossos filhos não possam mais viver em um país que não

está no mapa da fome, segundo a ONU, ou ainda numa sociedade em que os filhos dos patrões e dos empregados possam estudar na mesma escola ou universidade.

O momento que atravessamos e as mudanças que estamos vivenciando, com ou sem resistência, podem transformar profundamente o perfil da sociedade como conhecemos. A despeito dos efeitos deletérios para a economia, cientistas econômicos continuam insistindo na *insanidade* da lei dos mercados. Continuam propagando a ideia de que os problemas da economia e da sociedade estão no tamanho do nosso Estado. Com essa retórica, querem nos impor uma emenda constitucional de corte e congelamento de gastos que, em nada, altera a nossa estrutura de receita tributária e a nossa principal despesa: o gasto com juros da dívida pública. E quem *paga o pato*? A essa altura e com o desenrolar dos acontecimentos, não é possível que alguém ainda acredite que as elites e grandes empresas irão sofrer as perversas consequências do ajuste fiscal proposto por um governo ilegítimo.

E por falar nas elites... as elites! Nos últimos 12 anos, as classes mais abastadas não *empobreceram*, não perderam *privilégios* e não viram sua renda diminuir. Os governos do Partido dos Trabalhadores foram extremamente favoráveis às classes mais altas. Mas por que elas estão tão descontentes? Por que a ascensão das classes mais baixas incomoda tanto? Seria a herança dos tempos da escravidão onde às classes não *se misturavam*? Qual o problema da nossa sociedade? Não deveríamos todos comemorar o fato do país ter saído do mapa da fome e de milhares de seres humanos terem saído da linha da miséria? Não deveríamos estar todos lutando para que a situação continuasse avançando? Não, mas não estamos! E isso é preocupante!! ‘Entregamos’ nossas riquezas ao capital privado, ‘aceitamos’ mudanças que vão sucatear nossos serviços públicos (para então privatizá-los), ‘colocamos’ em risco o futuro das próximas gerações. E por quê? Para que? É difícil responder e mais ainda entender.

E Donald Trump? É um mistério! Não sabemos os rumos que a economia mundial vai seguir com Trump na presidência da maior potência capitalista, até o momento. Não sabemos como sua política externa irá afetar a dinâmica da economia brasileira. Esperamos que tudo que foi feito e dito durante o processo eleitoral não passe de um personagem montado por ele para vencer, sabe-se lá como, o pleito. Enquanto as coisas se desenrolam por lá, por aqui, continuamos em luta. Como bem dizia Darcy Ribeiro, alguns fracassos são a nossa vitória. Embora estejamos perdendo algumas batalhas, seguimos na luta: por uma política econômica que não intensifique a recessão em curso, que não coloque na conta dos pobres (maior parte da população) os custos do

ajuste fiscal, que forneça mecanismos e instrumentos para se atingir um crescimento minimamente sustentado, por uma sociedade mais justa, mais incluyente, menos preconceituosa, mais igualitária... Utopia? Talvez! Mas o que seria de nós se não fossem os sonhos? Ainda concordando com Darcy Ribeiro, nesse momento, eu detestaria estar do lado dos 'vencedores'.

UMA ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE MAIO E AGOSTO DE 2016: QUAIS OS PRINCIPAIS GERADORES DE SUPERÁVITS COMERCIAIS PARA O BRASIL?¹⁹⁵

Ricardo Schmidt Filho¹⁹⁶

O prolongamento da crise econômica na economia brasileira vem se refletindo na balança comercial brasileira. Destacaremos neste trabalho como a crise vem afetando a balança comercial em termos de saldo total e com relação aos maiores destinos de exportações entre os meses de maio e agosto.

TABELA 1 – Informações sobre a balança comercial brasileira entre Maio e Agosto de 2016/2015 – em US\$.

Maio/Ago	Exportações	Importações	Saldo
2016	67.624.219.298	48.506.834.033	19.117.385.265
2015	70.416.040.230	58.051.031.915	12.365.008.315
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-2.791.820.932 (-4,13%)	-20.292.787.969 (-19,68%)	6.752.376.950 (35,32%)

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A TAB 1 nos mostra que, apesar da queda de 4,13% das exportações o saldo comercial deu um salto e cresceu 35,32%, saindo de um superávit no período analisado frente ao mesmo período em 2015 de 12 bilhões para um de 19 bilhões. O grande fator responsável por este movimento foi a redução significativa nas importações (10 bilhões de queda) que foram 19,68% menores que no mesmo período do ano anterior. Razões que podem ser destacadas para esta trajetória são a queda no emprego, no PIB e a redução do investimento, todas associados a uma redução na confiança no futuro de nossa economia.

¹⁹⁵ Artigo escrito em outubro de 2016.

¹⁹⁶ Professor de Economia da UFCG e vice coordenador do GAACE. E-mail: rschmidtilho@hotmail.com.

TABELA 2 – Informações sobre a balança comercial brasileira, por grupo de grandes parceiros, entre Maio e Agosto de 2016 – em US\$.

Maio/Agosto	Exportações	(%)	Importações	(%)	Saldo	(%)
BRIC	11.414.595.618	16,88	7.653.662.296	15,78	3.760.933.322	19,67
EUA	11.179.213.278	16,53	8.229.163.878	16,96	2.950.049.400	15,43
EU	10.557.106.038	15,61	7.948.478.537	16,39	2.608.627.501	13,65
MERCOSU L	10.496.981.199	15,52	8.963.542.299	18,48	1.533.438.900	8,02
Total	43.647.896.133	64,54	32.794.847.010	67,61	10.853.049.123	56,77

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MDIC.

A TAB.2 mostra os principais destinos de exportações e principais fontes de importações do Brasil no período de estudo. Temos que juntos os BRICs, EUA, União Europeia e Mercosul representam 64% das exportações, 67% das Importações e 56% do saldo comercial brasileiro entre maio e agosto de 2016. Os dados mostram que, entre estes 4 destinos, a melhor situação se dá com os BRICs, para os quais mais exportamos, menos importamos e conseqüentemente temos o maior saldo. A pior situação é com relação ao Mercosul, que apesar de gerar um superávit, este é o menor entre os maiores destinos.

As expectativas quanto ao comportamento até o final do ano é de que este um superávit aumente e o setor externo seja um ponto de apoio para a recuperação de nossa economia. Com relação aos destinos, uma estratégia que parece adequada é a de incentivar ainda mais as parcerias comerciais com os BRICs.

GAAACE